

UILSON ROBERTO BEZERRA DE PAIVA

**O governo de Luiz Inácio Lula da Silva
e o MST em *O Estado de S. Paulo* em 2003: estudo
de elementos da ação política do jornal**

SÃO PAULO
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UILSON ROBERTO BEZERRA DE PAIVA

**O governo de Luiz Inácio Lula da Silva
e o MST em *O Estado de S. Paulo* em 2003: estudo
de elementos da ação política do jornal**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação junto ao Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE) da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Otilia Bocchini

SÃO PAULO
2006

COMISSÃO EXAMINADORA

São Paulo, ____ de _____ de 2006.

- Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a conta menor
que tiraste em vida.

- É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio.

- Não é cova grande,
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.

- É uma cova grande
para teu pouco defunto,
mas estarás mais ancho
que estavas no mundo.

- É uma cova grande
para teu defunto parco,
porém mais que no mundo
te sentirás largo.

- É uma cova grande
para tua carne pouca,
mas a terra dada
não se abre a boca.

Dedicatória

A meus pais, Paulo e Leni, pelo exemplo de vida.

À minha irmã Naire, pelo incentivo desde cedo ao conhecimento.

À Rosângela, minha mulher, pela vida que construímos, por todo o apoio e por suportar minhas ausências.

À Manuela, minha filha, concebida durante este trabalho, que iluminou as exaustivas horas à frente do computador, engatinhando, ensaiando palavras e dando seus primeiros e encantadores passos.

Agradecimentos

À Prof^a. Dr^a. Maria Otilia Bocchini, pelas lições acadêmicas e de vida, pela compreensão, amizade e orientação tão sábia e generosa.

À Prof^a. Dr^a. Alice Mitika Koshiyama, cujos conselhos, na banca de qualificação, contribuíram decisivamente para os resultados deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Boris Kossoy e ao colegas da disciplina Fotografia, Comunicação e Memória, pelo incentivo e observações pertinentes no despertar metodológico desta pesquisa.

À Prof^a. Dr^a. Maria Célia Paoli, pela fundamental obra de Hannah Arendt, e aos colegas da disciplina Conflitos Sociais, Direitos e Cidadania, pelas descobertas em conjunto.

Aos colegas do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Cidadania do Departamento de Jornalismo da ECA-USP, pela enriquecedora troca de experiências.

Ao jornalista Iuri Pitta, pela colaboração sistemática e paciente.

À Cláudia Gonçalves, à Nicole Takahashi Righetti, à Vera Caputo e a Cléber Zofrea, pela imprescindível ajuda técnica e operacional.

À dna. Wanda, minha sogra, pela presença constante e amorosa, suporte fundamental neste momento de nossas vidas.

Aos colegas da Agência Repórter Social, pelos ideais em comum a favor de um jornalismo socialmente responsável.

PAIVA, Uilson Roberto Bezerra de. *O governo de Luiz Inácio Lula da Silva e o MST em O Estado de S. Paulo em 2003: estudo de elementos da ação política do jornal*. São Paulo, USP, Escola de Comunicações e Artes, 2006. 212 p. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação.

Resumo

Esta pesquisa estuda as edições impressas do jornal *O Estado de S. Paulo*, no ano de 2003, observando o tratamento dado pelo jornal às relações entre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), no primeiro ano de seu mandato, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), tanto nos editoriais, quanto em outros gêneros. O estudo se inscreve entre outros que investigaram a ação e intervenção política do jornal em momentos da história do País, por meio da expressão de sua opinião. A análise ocorre num contexto político marcado pela adesão do jornal aos princípios neoliberais (ou neoconservadores), em que a economia passa a ser vista como o centro da organização do País, predominando sobre a ordem social. O trabalho investiga como o jornal organiza suas edições de forma a manter presente nelas, ao longo do ano, sua visão política contrária à realização de qualquer ação favorável à reforma agrária, e que elementos de retórica são utilizados para exposição dessa visão nos diversos gêneros jornalísticos. É estudada a visão do jornal diante de dois episódios que marcaram a relação entre governo e MST: as nomeações de pessoas com alguma vinculação ao MST e a outros movimentos sociais para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para presidência e superintendências regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e o uso do boné do MST pelo presidente da República em solenidade oficial no Palácio do Planalto. Foi encontrada forte preponderância da posição política do jornal e verificada a utilização de uma estratégia de apresentação e reapresentação de cada tema em diversos gêneros jornalísticos, inter-referência entre eles e criação de matérias pelo jornal para manter sua opinião em evidência nas edições, ao longo do tempo. Além disso, estudou-se a participação, nesse contexto, do articulista Xico

Graziano, a quem o jornal reservou um espaço fixo para abordar exclusivamente as questões agrárias. Identificado pelo próprio jornal como “destacado porta-voz do ponto de vista dos ruralistas”, em 2003 ele escreveu 25 textos, opinando contra a eficácia da reforma agrária, afirmando que não há mais um número significativo de sem-terra no Brasil e redefinindo o conceito de latifúndio, ao defender que já não existem mais grandes extensões de terras improdutivas no País, mas sim grandes empresas rurais exportadoras e geradoras de empregos. A análise da retórica do jornal sobre os dois episódios estudados e de Xico Graziano em seus artigos apontou o uso das teses da Perversidade, Ameaça e Futilidade, características da Retórica da Intransigência, conforme formulação de Albert Hirschman. Como ator político, *O Estado de S. Paulo* procurou indicar ao Poder Executivo e aos leitores os caminhos que julgou melhores para seus próprios interesses, contrários à realização da reforma agrária e à ação do MST, aparentemente demonstrando confiança na dupla estratégia de apresentar sua opinião como correta e preponderante, e de intimidar, atribuindo futuros efeitos negativos às ações do governo e do governante.

Palavras-chave:

Jornalismo, *O Estado de S. Paulo*, MST, reforma agrária, governo Luiz Inácio Lula da Silva, Retórica da Intransigência

PAIVA, Uilson Roberto Bezerra de. *The Luiz Inacio Lula da Silva Administration and MST seen through O Estado de São Paulo in 2003: an elemental study of the newspaper's political action*. São Paulo, University of São Paulo, School of Communications and Arts, 2006. 212 p. Master's dissertation in Communicational Sciences.

Abstract

The present study researches printed editions of the newspaper *O Estado de S. Paulo* in 2003, observing the paper's approach, both in editorials and other texts, to relations between the government of president Luiz Inacio Lula da Silva, of the Workers' Party (PT), in the first year of his mandate, and the Landless Rural Workers Movement (MST). The study is a follow-up to other previous investigations on the political actions and interventions of such paper by expressing its opinions on certain Brazilian historical moments. The present analysis occurs in a political context marked by the paper's adhesion to neoliberal or neoconservative principles, which see the economy as the country's center of organization, in detriment to the social order. The study shows (i) how the paper organized its editions and imbued them with its political vision, contrary to all actions leading to the Agrarian Reform, and (ii) which rhetorical elements were used to elaborate such vision throughout the range of journalistic articles. The paper's vision is studied against the background of several episodes marking the relationship between the Administration and the MST: (i) nominations for the Agrarian Development Ministry of people entailed to MST and to other social movements; (ii) nomination of the President and Regional Superintendents for the Colonization & Agrarian Reform National Institute (INCRA), and (iii) the wearing of the MST Head-Cap by the President of the Republic at an official solemnity at the Planalto Palace. The paper shows strong preponderance of its political position. It verifies the use of a strategy consisting in presenting & re-presenting each subject on diverse articles. The paper works on cross-references among them all, and its articles intend to put its opinion on such issues in evidence in the long term. Under such context, the participation of contributor Xico Graziano,

to whom the paper reserved a fixed space to exclusively approach agrarian issues, was studied. The paper calls him “a renowned spokesman for the ruralists’ point of view.” In 2003 Graziano wrote 25 texts, opining against the effectiveness of the Agrarian Reform, affirming that there no longer are a significant number of landless Brazilians, and redefining the concept of large landed-estates, sustaining that rather than large extensions of unproductive lands nowadays Brazil has large rural companies that export products and generate jobs. Both the episodes and the Graziano articles point to the rhetorical use, by the paper, of the Perversity, Threat, and Futility Theses, which are characteristic of the Rhetoric of Intransigence denounced by Albert Hirschman. As a political player, *O Estado de S. Paulo* has tried to lead the Executive Power and its readers on ways that, though judged best for its own interests, are contrary to the accomplishment of the Agrarian Reform as well as the MST actions. The paper is apparently relying on the double strategy of intimidation through the anticipation of future negative effects from the acts of both the Administration and the Administrator himself, while pretending its opinions to be correct and mainstream views.

Key words:

Journalism, *O Estado de S. Paulo*, MST, Agrarian Reform, Luiz Inácio Lula da Silva Administration, Rhetoric of Intransigence

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1. As nomeações para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Incra na visão de <i>O Estado de S. Paulo</i>	15
1.1 Agendamento interno do tema e predominância da opinião do jornal	16
1.2 OESP como ator político: críticas à ação do governo e defesa da demissão do ministro	21
1.3 A posição política de OESP	27
1.4 As nomeações e o fluxo contínuo de reapresentação da posição política do jornal	31
1.4.1 Uso de fontes não identificadas para a criação de notícias	34
1.5 Fórum de Debates e Fórum dos Leitores: concordância com as opiniões do jornal e cartas repetidas de um mesmo leitor	38
1.6 Estratégia interna do ator político OESP	39
Capítulo 2. O presidente da República e o boné do MST na visão de <i>O Estado de S. Paulo</i>	41
2.1 O boné do MST em OESP, de julho a dezembro: 119 citações	43
2.2 O boné do MST na cabeça do presidente da República, em abril, na capa de OESP: sem comentários	46
2.3 O boné do MST na cabeça do presidente da República, em julho, na capa de OESP: “rendição incondicional”	49
2.4 A repetição do gesto pelo presidente e a “justaposição dos bonés simbólicos”	57
2.5 A interlocução política do MST	62
2.6 Muitas versões para o boné em OESP, menos a do presidente	63

2.7	O boné e o fluxo contínuo de reapresentação da posição política do jornal	65
-----	---	----

Capítulo 3. Elementos de retórica da intransigência em *O Estado de S.*

	<i>Paulo</i>	69
3.1	A retórica de OESP sobre as conseqüências das nomeações para MDA e Incra: retrocesso, incitação à violência e ameaça ao agronegócio	73
3.2	A retórica de OESP sobre as conseqüências do uso do boné do MST pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva: violência, “salvo-conduto para a baderna” e ameaça à economia rural brasileira	80
3.3	Intransigência em colunas, artigos e cartas.	83
3.4	A repetição da intransigência: predominância das teses de Ameaça e Perversidade	86

Capítulo 4. Xico Graziano: “o destacado porta-voz do ponto de vista dos ruralistas” em *O Estado de S. Paulo*

4.1	A voz dos ruralistas em OESP, do primeiro ao último dia de 2003	91
4.2	Latifúndio, não. Empresas rurais. A redefinição unilateral como arma política	93
4.3	Inter-referenciação e presença em vários gêneros	96
4.4	Ameaça, Perversidade e Futilidade: a retórica da intransigência nos artigos de Xico Graziano	103
4.5	O ideólogo onipresente	109

Considerações Finais

Referências bibliográficas

Anexos

Figuras

Figura 1	
Reprodução de quadro comparativo sobre a presença do MST em relação a outras entidades sociais nos editoriais dos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>O Estado de S. Paulo</i> , <i>O Globo</i> e <i>Jornal do Brasil</i> , no período de 1993 a 2000.....	8
Figura 2	
Editorial “Bomba de retardamento”	17
Figura 3	
Editorial “Demissão certa do homem errado”	18
Figura 4	
Editorial “Estréia desastrosa”	19
Figura 5	
Fluxograma com ciclo de apresentação e reapresentação do tema “Nomeações para o MDA e Incra” nos diversos gêneros jornalísticos em <i>O Estado de S. Paulo</i> , em 2003	32
Figura 6	
Foto 1 e Foto 2, publicadas em OESP, 3/7/2003, Capa	41
Figura 7	
Editorial “Rendição Incondicional”	44
Figura 8	
Foto 3, publicada em OESP, 8/4/2003: Capa	46
Figura 9	
Foto 4, publicada em OESP, 8/4/2003: A9	48
Figura 10	
Foto 5, Foto 6, Foto 7 e Foto 8, publicadas em OESP, 4/7/2003: A4	51
Figura 11	
Foto 9, publicada em OESP, 6/7/2003: A7	53

Figura 12	Quadro com 10 elementos textuais e Foto 10, publicada em OESP, 3/8/2003: A4	57
Figura 13	Foto 11, publicada em OESP, 21/11/2003: A10	58
Figura 14	Foto 12, publicada em OESP, 22/11/2003: Capa	59
Figura 15	Foto 13, publicada em OESP, 21/12/2003: A10	61
Figura 16	Fluxograma com ciclo de apresentação e reapresentação do tema “boné do MST” nos diversos gêneros jornalísticos em <i>O Estado de S. Paulo</i> , em 2003	66
Figura 17	Quadros com as supostas conseqüências apontadas pelos editoriais de OESP para as nomeações para MDA e Incra, e sua classificação, de acordo com as teses de Albert Hirschman	74
Figura 18	Quadros com as supostas conseqüências apontadas pelos editoriais de OESP para o uso do boné do MST pelo presidente da República, e sua classificação, de acordo com as teses de Albert Hirschman	80
Figura 19	Quadros com as supostas conseqüências apontadas em colunas, artigos e cartas de OESP para as nomeações para MDA e Incra e para o uso do boné do MST pelo presidente da República, e sua classificação, de acordo com as teses de Albert Hirschman	84
Figura 20	Quadros com as supostas conseqüências apontadas nos artigos de Xico Graziano em OESP para a realização da reforma agrária no Brasil, e sua classificação, de acordo com as teses de Albert Hirschman	104

Siglas

CNI	Confederação Nacional da Indústria
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Fetarn	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte
Incrá	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MNP	Movimento Nacional de Produtores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OESP	jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
UDR	União Democrática Ruralista
Unesp	Universidade Estadual Paulista

Apresentação

Busco na memória as razões de meu interesse numa pesquisa em Jornalismo sobre o MST e o jornal *O Estado de S. Paulo*, e o regresso no tempo me impõe alguns fatos, dos quais recolho pistas.

Ainda criança, em Canguçu, no interior do Rio Grande do Sul, lembro de ouvir, por meio do noticiário da televisão que meus pais assistiam, alguns nomes que guardaria para sempre na memória como sinônimos de coisas importantes, muito sérias, solenes como a voz dos locutores da TV: Nonoai, Encruzilhada Natalino, Fazenda Anoni, colonos sem-terra. Corria o ano de 1978, e as referências sucessivas no noticiário, que chegavam aos ouvidos do menino de 7 anos de idade, eram os primeiros registros das ações que viriam a gerar o MST.

Avanço no tempo para 1990. Já na faculdade de Jornalismo, em Porto Alegre, acompanho de perto um dos episódios mais dramáticos e violentos dos conflitos envolvendo os sem-terra: a morte, por degola à foice, de um soldado, na Praça da Matriz, centro da cidade. Noticiário nacional de TV, manchetes de jornal, fotos, protestos, reuniões emergenciais do diretório acadêmico para “se posicionar” e, nas ruas, polícia de um lado, sem-terra de outro. Recordo que a cobertura tendenciosa dos meios de comunicação, contra os sem-terra, foi tema de inúmeras discussões em sala de aula.

O tempo passa e, em 1995, ao começar efetivamente minha atuação profissional como repórter do jornal *Zero Hora*, tenho a oportunidade eventual de fazer a cobertura de alguma ocupação ou desocupação de terra e das negociações do MST com órgãos do governo. Nas viagens pelo interior do estado, apurando temas variados, volta e meia cruzo com acampamentos, mobilizações de sem-terra e conflitos agrários em alguma cidade – como a própria Nonoai.

Mudo-me para São Paulo e, como repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*, a partir de 1997, mantenho forte interesse sobre a chamada questão agrária. Mas,

como repórter das editorias de Cidades e Política, tenho pouco contato direto com essas notícias, a não ser como leitor do próprio jornal onde trabalho. A assiduidade de assinaturas de Carlos Soulié do Amaral nas matérias relacionadas ao MST e sobretudo o caráter editorializado de seus textos me fazem perguntar aos colegas quem ele é, onde fica na redação. A resposta intriga ainda mais: Soulié não fica na redação.

Sua assinatura “Especial para o Estado”, assim como a minha, em meu primeiro ano de trabalho, indicava a ação de um jornalista *freelancer*. Mas como o jornal poderia abdicar de um jornalista contratado para uma questão tão séria? Quem o pautava? Qual o seu conhecimento sobre o tema? Seria um “latifundiário amigo da casa”, diziam uns. “É contato pessoal dos Mesquita”, falavam outros. A busca por informações sobre o currículo de Soulié do Amaral acrescenta ingredientes ainda mais curiosos: artista plástico, poeta, vencedor do Prêmio Jabuti de Poesia, em 1996.

Foi com todos esses fatos guardados na mente que submeti meu projeto de pesquisa de mestrado para analisar as relações entre o recém-eleito governo de Luiz Inácio Lula da Silva e o MST nas edições de 2003 de *O Estado de S. Paulo*.

O assunto continuava tão ou mais sério e importante do que na minha infância. As mortes nos conflitos agrários seguiam ocorrendo, em grandes tragédias, como Eldorado de Carajás, ou apresentadas a conta-gotas diariamente pelos jornais. E *O Estado de S. Paulo* – já sem a colaboração de Soulié do Amaral – destinava amplo espaço aos conflitos agrários, sobretudo os que envolviam o MST.

Chego, portanto, às origens deste trabalho em busca de muitas respostas que não encontrei durante meu período de trabalho nas redações. Na tentativa de obtê-las, transformo-me em pesquisador acadêmico.

Introdução

O objetivo deste trabalho é estudar as edições impressas de *O Estado de S. Paulo*, em 2003, observando o tratamento dado pelo jornal às relações entre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), no primeiro ano de seu mandato, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Pretendeu-se investigar como o jornal organiza suas edições de forma a manter presente ao longo do ano sua visão política sobre o tema da reforma agrária e seus desdobramentos, e que elementos de retórica são utilizados para exposição dessa visão nos diversos gêneros jornalísticos.

Desde sua fundação, em 4 de janeiro de 1875, o jornal *O Estado de S. Paulo* tem participado ativamente, como ator político, dos fatos históricos mais importantes do País, tomando posição e apresentando suas opiniões sobre tais episódios. Já no período de sua fundação, sob o regime do Império, com o nome de *A Província de São Paulo*, defendia os ideais republicanos e a abolição da escravatura.

Em 1885, tirava 4000 exemplares; em 1888, ascendia para 7500. Com a saída de Alberto Sales, Júlio de Mesquita ficava ao lado de Rangel Pestana, de redator passaria a diretor, e o jornal entraria na campanha pela Abolição e pela República. (Sodré, 1983: 228. Grifo nosso.)

A utilização dos editoriais para marcar sua posição ou defender-se de seus detratores foi um recurso de uso sistemático do jornal ao longo da história. Em 1915, por exemplo, na I Guerra Mundial, após impactos financeiros em razão do aumento dos preços do papel, o jornal viu instaurada contra si uma campanha germanófila em que “sofre prejuízos em publicidade e assinaturas, mas não em

prestígio” (Bahia, 1990:134). Ainda no final de 1915, o jornal foi colocado sob suspeita de participação em créditos subvencionados pelo governo estadual.

As reflexões de Júlio Mesquita partem de sua constatação de que circulam histórias sobre favores financeiros a *O Estado*. Para destruí-las, o militante liberal recorre à única munição de que dispõe – a pena, a tinta e o papel. (...) *O Estado* (...) já é o intérprete da potência econômica que começa, então, a despertar. Em suas colunas floresce o pensamento de São Paulo e se desenha uma ideologia de índole prática, que conjuga doutrina liberal, ação civilista, ideal republicano e federativo com visão empresarial, aspiração de desenvolvimento social e nascente capitalismo industrial. (Bahia, 1990: 161-162)

Estudos acadêmicos importantes analisaram a participação de *O Estado de S. Paulo* em momentos decisivos da história republicana brasileira, tomando como objeto de investigação os editoriais, gênero que expressaria de maneira privilegiada as posições ideológicas dos proprietários do jornal e que seria utilizado como instrumento de ação política. Em *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”* (1980), Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, analisaram, por meio da leitura de seus editoriais, a ação política do jornal, auto-apresentado como “órgão modelador da opinião pública” (Capelato e Prado, 1980: XIX), na fase de transição da Primeira República liberal para a Revolução de 30.

Maria Aparecida de Aquino, em *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978)*, analisa as relações entre os princípios liberais e a democracia na ação política empreendida pelo jornal no período entre 1964 e 1968 (Aquino, 1999: 39). A autora traz para o debate a participação direta da família Mesquita na conspiração que reuniu civis e militares para a derrubada do governo de João Goulart e instalação de um governo militar, mas recorre sobretudo aos próprios textos de OESP para analisar seu posicionamento político no período, quando o direcionamento do governo tomou rumos indesejados pelos proprietários do jornal. Aquino deu especial

atenção não só aos editoriais não assinados da página 3, mas também às matérias assinadas pelas sucursais, que então ocupavam a coluna da direita dessa mesma página 3. A autora atribuiu a essas matérias o peso de editoriais, o papel de representantes do pensamento de *O Estado de S. Paulo*, já que “eram de responsabilidade de suas chefias que, obviamente gozavam de confiança extrema dos proprietários de OESP, pois ocupavam altos cargos na empresa” (1999: 42).

Amaury César Moraes (1991), em sua dissertação de mestrado *Imprensa e Constituinte: o projeto político do jornal O Estado de S. Paulo (1987-1988)*, seleciona os editoriais daqueles anos como campo para sua análise das formas de ação e intervenção política do jornal no período da Assembleia Nacional Constituinte:

Entendemos que o projeto político do jornal *O Estado de S. Paulo* abrange esses dois movimentos da ação política: 1) apresenta um discurso que repõe, diariamente, os princípios e argumentos liberais; 2) apresenta-se como referência política, interlocutor intérprete e formador da opinião pública. Enquanto no primeiro caso destacamos o plano teórico da *praxis*, no segundo, encontramos objetivamente um ator político e, por isso, o plano prático. Como os dois movimentos dão-se simultaneamente nos editoriais, podemos dizer que a *praxis* desse ator político – *O Estado de S. Paulo* – é, no âmbito entendido em nossa pesquisa, a própria prática discursiva. (Moraes, 1991: 173. Grifos do autor.)

A não coincidência entre liberalismo e democracia, já apontada por Aquino, reaparece no estudo de Moraes, que identifica em OESP, para o período estudado, uma posição ideológica radical, expressa na opção neoliberal (ou neoconservadora), em que a economia deveria passar a ser o centro da organização do País, predominando sobre a ordem social. A referência para a argumentação do jornal seriam as políticas de Ronald Reagan nos EUA e de Margareth Thatcher na Inglaterra, que pretendiam retomar a eficiência econômica, a concorrência e a lucratividade como princípios do desenvolvimento econômico (Moraes, 1991:171).

Moraes destaca que um ator político como o OESP aparece sempre em relação a outro ator político, numa relação que explicita os lados num campo de conflito. O conflito seria um jogo em que os adversários falariam sempre uma mesma linguagem, repisando seus argumentos, combatendo ponto a ponto os elementos antagônicos (Moraes, 1991: 19-21). Ao assumir um determinado papel político, o jornal identifica seu opositor explícito: no período da Constituinte, a oposição é ocupada pela esquerda e o jornal fica numa posição liberal que supostamente seria de centro, evitando o desgaste de explicitar uma posição de direita, costumeiramente identificada com tendências autoritárias ou totalitárias fascistas (Moraes, 1991:18).

No ambiente político posterior à Constituinte, observa-se o fortalecimento do MST e a visibilidade do antagonismo entre esse movimento, de um lado, e as classes proprietárias, de outro, especialmente os setores organizados na UDR e no MNP, e suas representações públicas no MDA e Incra.

No início da década de 2000, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é considerado o movimento social mais ativo no País. Sua existência resulta da falta de resolução para o problema da reforma agrária, que vem sendo protelado historicamente desde a independência do Brasil. O MST surgiu da reunião de vários movimentos populares de luta pela terra, que, na primeira metade da década de 1980, promoveram, com participação de alas da Igreja Católica, ocupações de terra nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul (Comparato, 2003).

Segundo Bernardo Mançano Fernandes¹, o nascimento do movimento ocorre em meio a um contexto político e econômico marcado pela sucessão de governos militares no Brasil e pela implantação de um modelo econômico de desenvolvimento agropecuário que visava acelerar uma certa modernização da agricultura com base na grande propriedade, causando profundas transformações no campo. Esse modelo,

¹ Bernardo Mançano Fernandes é doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo e há mais de 20 anos dedica-se a estudar o MST, do qual é membro do setor de Educação. Em sua tese de doutorado, *A Formação do MST no Brasil* (2000), pesquisou o nascimento e formação do MST em 21 estados brasileiros, apresentando importante contribuição teórica para compreensão do momento atual do campesinato brasileiro ao analisar a ocupação como forma de acesso à terra.

De um lado, aumentou as áreas de cultivo da monocultura da soja, da cana-de-açúcar, da laranja entre outras; intensificou a mecanização da agricultura e aumentou o número de trabalhadores assalariados. De outro lado, agravou ainda mais a situação de toda a agricultura familiar: pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, parceiros etc., que continuaram excluídos da política agrícola. Essa política que ficou conhecida como modernização conservadora promoveu o crescimento econômico da agricultura, ao mesmo tempo que concentrou ainda mais a propriedade da terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas, que migraram para as cidades e para outras regiões brasileiras. (Fernandes, 2000: 49)

Fundado oficialmente em 1984, o MST está presente em 23 dos 26 estados da federação. Em junho de 2004, de acordo com sua coordenação², o movimento contava com cerca de 350 mil famílias assentadas e aproximadamente 150 mil vivendo em acampamentos à espera de serem assentadas. Considerando-se uma média de quatro integrantes por família brasileira, o número de pessoas direta ou indiretamente ligadas ao MST chegaria, portanto, a quase 2 milhões.

Ao longo de sua história, o MST vem atraindo interesse de pesquisadores nacionais e internacionais, que se debruçam sobre os mais variados aspectos do movimento, sejam sua estrutura, os métodos de ação, a questão educacional ou a comunicação. O próprio movimento dispõe de um setor exclusivamente dedicado à pesquisa.³ O Centro de Documentação do MST, que opera em convênio com o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (Unesp), reúne ao menos 112 trabalhos acadêmicos sobre o movimento, concluídos em universidades brasileiras e do exterior.⁴

² Letraviva, Ano 3, número 56, 2 de fevereiro de 2004 (newsletter eletrônica enviada por e-mail pelo MST).

³ São sete grandes áreas de concentração, em que estão contidas as principais linhas de pesquisa e os eixos temáticos: Educação e Formação; Estratégias de Construção do Sistema Cooperativistas dos Assentados (SCA); Direito e Questão Agrária; Organicidade do MST; Desenvolvimento Humano; História e Geografia Camponesa; Cultura. Para mais informações, ver Fernandes, B. M. Questão agrária, pesquisa e MST (2001).

Eduardo Ferreira de Souza, em *Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST* (2004), analisou o tratamento dado pela revista *Veja* ao MST e procurou demonstrar as estratégias adotadas pela revista, cronologicamente, a partir de 1995, para sucessivamente, silenciar, cooptar, dividir e, por fim, satanizar o movimento. Souza analisou o texto de 32 reportagens distribuídas entre os anos de 1995 e 2001.

Embora o MST tenha sido fundado em janeiro de 1984, a entidade passou quase dez anos num lento processo de estruturação nacional e acomodação interna das várias tendências que compunham o cenário da luta pela terra no Brasil. Nunca deixou, porém, de realizar ocupações de terra e mobilizações de camponeses. Mas a entidade ganhou notoriedade só a partir da segunda metade da década de 90. (...) Levando-se em conta que FHC assumiu o governo em 1994, pode se dizer que a história do MST se confunde com aquilo que a imprensa convencionou chamar de “era FHC”. (Souza, 2004: 57)

Conforme o autor, a partir do momento em que “aparece” na mídia em geral⁵, com o Massacre de Corumbiara, em setembro de 1995, o MST passa a receber de *Veja* um tratamento que varia de acordo com o desenvolvimento da relação do movimento com o governo federal. Após a fase do silêncio, uma tentativa de cooptação teria ocorrido quando o governo de Fernando Henrique Cardoso movimentou-se para trazer o MST para seu arco de alianças. Segundo Souza, “como a cooptação não produziu resultados satisfatórios, passou a ser necessário isolar o movimento para que ele não ganhe ainda mais força” (Souza, 2004: 85).

Fracassada a tentativa de cooptação e, em seguida, de divisão do movimento para enfraquecê-lo, teria começado a fase de “satanização”, quando passaram a ser destacados todos os pontos negativos das atividades do MST. Para Souza, em *Veja*, essa estratégia teria se manifestado por meio do uso de um vocabulário

⁴ Dados fornecidos pelo Centro de Documentação do MST ao autor em dezembro de 2004.

⁵ Tomando como base o jornal Folha de S. Paulo, Souza (2004: 58) mostra que, em 1994, apenas 40 notícias faziam referência ao MST. No ano seguinte, esse número passa a ser 405 e, em 1996, chega a 710 citações.

bélico nas reportagens, associando diretamente o movimento a palavras como “baderna”, “guerra”, “tática”, “invasão”. Souza afirma que “desta forma a revista cria, por meio do vocabulário usado, pressupostos que visam associar o MST à idéia da violência oriunda do embate militar” (2004: 137). O autor conclui que “a reportagem da revista *Veja* sobre o MST reproduz o discurso da classe dominante, conforme uma estratégia que visa conduzir e formar a opinião do leitor conforme a ideologia defendida pela revista” (2004: 139).

A popularização nacional do tema agrário e da luta do MST ainda ganharia um ingrediente adicional, vindo da ficção, com a exibição, pela *TV Globo*, da novela “O rei do gado”, entre junho de 1996 e fevereiro de 1997, que retratou, aos moldes de folhetim, as relações entre os trabalhadores rurais e os proprietários de terra.

A novela (...) surgiu, não por acaso, dois escassos meses após o massacre de Eldorado dos Carajás, que expôs à nação, com toda a crueldade, a miséria no campo. Era necessário algo que ajudasse a cicatrizar a chaga exposta. A novela “vende” uma imagem irreal do MST, na pessoa de Liana (personagem interpretado pela atriz Patrícia Pillar), e do latifundiário típico, Bruno Mezenga (Antônio Fagundes). Depois de muitas idas e vindas típicas de qualquer telenovela, a solução final encontrada, tanto para o enredo quanto para o conflito de terras, foi o casamento entre o latifúndio e a miséria, uma alegoria populista. (Arbex Jr., 2003: 155)

A afirmação do MST como interlocutor político do governo federal e sua presença como ator político, com presença importante no cenário político atual, foi apresentada por Bruno Konder Comparato em *A ação política do MST* (2003). Entre outros elementos, esse trabalho sobre a ação do MST comparou a presença do movimento à de outras entidades sociais, nos editoriais de quatro grandes jornais brasileiros (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*) no período de 1993 a 2000 (Figura 1). A análise abrange dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, período em que o tema agrário – e aí,

mais particularmente, a ação do MST – ganhou evidência em todo o país (Comparato, 2003).

<i>Folha de S. Paulo</i>								
	93	94	95	96	97	98	99	2000
MST	-	1	7	11	31	17	9	11
Reforma Agrária	-	1	10	16	11	6	6	0
Contag	-	0	0	0	2	0	0	0
CUT	-	5	9	12	6	7	1	2

<i>O Estado de S. Paulo</i>								
	93	94	95	96	97	98	99	2000
MST	-	-	20	37	48	46	27	21
Reforma Agrária	-	-	4	13	12	4	2	5
Contag	-	-	4	6	1	1	4	2
CUT	-	-	42	43	21	6	10	10

<i>Jornal do Brasil</i>								
	93	94	95	96	97	98	99	2000
MST	0	4	9	17	35	19	14	21
Reforma Agrária	0	5	6	14	9	14	5	0
Contag	1	0	0	0	1	0	0	0
CUT	14	18	45	25	15	17	6	5

<i>O Globo</i>								
	93	94	95	96	97	98	99	2000
MST	-	-	5	30	33	27	12	14
Reforma Agrária	-	-	5	15	6	6	4	3
Contag	-	-	0	0	1	0	0	1
CUT	-	-	5	13	4	5	2	0

Figura 1. Reprodução da tabela comparativa sobre a presença do MST em relação à de outras entidades sociais, nos editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, no período de 1993 a 2000. (Comparato, 2003: 123-124)

Os números do estudo de Comparato permitem dizer que o MST tomou o lugar da CUT como principal oponente das classes proprietárias e empresariais. Para o autor, “a análise da relação entre o MST e a imprensa revelou um aparente paradoxo: apesar dos principais meios de comunicação serem contra este movimento e não hesitarem em criticá-lo duramente, é por meio das reportagens jornalísticas que o MST se torna conhecido nas cidades” (Comparato, 2003: 216-217).

No período analisado por Comparato, *O Estado de S. Paulo* liderou as manifestações editoriais sobre o MST, publicando um total de 214 editoriais sobre esse movimento (média de 30 por ano), enquanto sobre a CUT foram 132 editoriais. O jornal *O Globo* publicou 121 editoriais sobre o MST e 29 sobre a CUT. *A Folha de S. Paulo* publicou 87 sobre o MST e 42 sobre a CUT. O único jornal que contrariou a tendência foi o *Jornal do Brasil*, com 119 editoriais sobre o MST e 131 a respeito da CUT.

Ao estudar a questão da eventual produção do consenso no âmbito da imprensa, Bernardo Kucinski (1998) pondera que esse processo midiático seria iniciado pela inclusão ou exclusão de determinados itens na agenda nacional de discussões ou pela definição de enfoque a ser adotado. Para o autor, um exemplo típico desse processo teria sido a tentativa do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1997, de colocar alguns raros atos de violência dos sem-terra como tema central da agenda de discussões: “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por meio de ocupações de fazendas, havia conseguido erigir a reforma agrária em tema central da agenda de discussões. O governo tentava desqualificar essa reivindicação, explorando sentimentos latentes contra a violência.” (Kucinski, 1998:23-24).

Em janeiro de 2006, dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC) mostram que *O Estado de S. Paulo* tem uma tiragem média de 245 mil exemplares, entre segunda-feira e sábado, e de 346 mil exemplares, aos domingos. Os limites de influência do jornal, no entanto, vão além deste universo, como ressalta Bernardo Kucinski.

Por suas razões oligárquicas, seu caráter documental, alta qualidade gráfica e circulação entre as elites e os condutores da mídia, cabe aos quatro grandes jornais brasileiros de temática

nacional a iniciativa na definição da agenda de discussões: *O Globo, Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo*. Esses jornais são lidos todas as manhãs extensamente pelos condutores de programas de rádio, servem de pauta para as ordens de cobertura das equipes de TV e para as grandes revistas semanais; são recortados pelas assessorias de imprensa dos políticos, das grandes empresas, para circular entre seus quadros dirigentes. A maioria dos jornais das outras capitais assinam os serviços de informação desses jornais, além de comprar as colunas de seus comentaristas. (1998: 24)

As tentativas de agendamento de discussões políticas costumam ser visíveis, óbvias mesmo, em muitos momentos, nos circuitos jornalísticos apontados por Kucinski. No entanto, não são poucas as dificuldades para estabelecimento de evidência empírica da responsabilidade exclusiva dos grandes jornais pela iniciativa de tal agendamento. Os jornais estão fortemente associados a setores econômicos e partidos políticos, e é lícito supor que é nesse âmbito extra-jornalístico de classe que se definem agendamentos e diretrizes de comunicação para o enfrentamento de determinados conflitos em nossa sociedade.⁶

Depois dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, entre 1994 e 2002, instaurou-se uma nova conjuntura política, constituída a partir de 2003, com a ascensão, à presidência da República, de uma aliança liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), cujas afinidades com os movimentos sociais, entre eles o MST, eram conhecidas e remontavam, em muitos casos, à própria fundação do partido.

A postura historicamente defensora dos postulados liberais e seu vínculo com as oligarquias rurais brasileiras fazem o jornal *O Estado de S. Paulo* adotar, diante do tema agrário, uma posição manifestadamente a favor do direito quase

⁶ Estudando as relações entre os produtores da Coluna Victor Hugo, do jornal A Gazeta, do Espírito Santo, os parlamentares da Assembléia Legislativa daquele estado e os jornalistas encarregados da cobertura de rotina daquela casa legislativa nos jornais diários capixabas, Iluska Coutinho identifica notas praticamente reproduzidas em outras colunas, outras tantas que poderiam ter suscitado pautas e, além disso, desdobramentos que poderiam ser relacionados a um registro inicial na coluna estudada. No entanto, a autora mostra-se bastante cautelosa quanto ao real poder de agendamento desse tipo de coluna. (Coutinho, 2005: 93).

absoluto de propriedade e contra proposições mais progressistas, como a da reforma agrária.

Se antes de 2002 *O Estado de S. Paulo* já atribuía grande proeminência ao MST, identificando-o como principal oponente das classes proprietárias e empresariais, como se viu no estudo de Comparato, constituiria um aspecto rico para análise a postura a ser adotada por OESP no primeiro ano de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando seriam definidas e anunciadas as posições do novo governo sobre a questão agrária. Obviamente, esperava-se que o novo governo retiraria, da área de influência sobre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra, os representantes dos setores autodenominados “ruralistas” ou “produtores rurais”.

A expectativa era a de que, nesse contexto, o jornal dispensaria uma atenção especial ao MST, em razão de o movimento ser a mais forte oposição aos setores agrários que com ele disputam a realização de seus interesses, verbas públicas, interlocução com o governo e busca de uma opinião pública favorável a seus propósitos.

A partir do exame do material jornalístico de todas as edições impressas de *O Estado de S. Paulo*, em 2003, foram separados todos os textos, de qualquer gênero jornalístico, em que houvesse menções ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tomando como base a simples citação ao movimento, de seu nome por extenso ou de sua sigla.

A quantificação inicial do material demonstrou que o MST constituiu-se num tema fortemente presente no jornal no primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. No total, a palavra MST apareceu 1253 vezes no jornal entre 1/1/2003 e 31/12/2003⁷, em média 3,4 citações por dia. Esteve na capa do jornal em 121 edições (um terço das edições, entre manchetes e títulos menores), mereceu 44 editoriais, 61 artigos assinados, 47 colunas de opinião e 132 cartas.

Após a leitura de todo o material de *O Estado de S. Paulo* que citava o MST em 2003, foram separados aqueles que traziam o tema das relações entre o MST e o governo federal. Dentre esses, foram selecionados para análise dois temas que

⁷ Dados confirmados pelo sistema eletrônico de catalogação Doc Center, do banco de dados de *O Estado de S. Paulo*.

ocuparam vários dias do noticiário e estiveram presentes em vários gêneros jornalísticos: as nomeações de pessoas ligadas ao MST para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e para os cargos de presidente e superintendentes regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o uso do boné do MST pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em solenidade oficial no Palácio do Planalto. Outros temas com cobertura contínua foram descartados da análise por não se enquadrarem na pretendida relação entre MST e governo, como as discussões sobre a revogação da Medida Provisória que proibia a desapropriação de terras invadidas (chamada de “MP Antiinvasão”) e a prisão de um dos líderes do MST, José Rainha, e de sua mulher Diolinda Alves de Souza.

Escolhidos os dois temas, foram selecionados todos os textos que continham citações ou referências diretas ou indiretas a eles⁸, em todos os gêneros jornalísticos presentes nas edições do jornal. As citações foram agrupadas conforme sua origem: editoriais, reportagens, artigos de opinião, colunas diárias, outras colunas e cartas de leitores (seção Fórum de Debates e seção Fórum de Leitores).

O passo seguinte consistiu em analisar os editoriais sobre cada tema, em busca de identificar os elementos da posição política do jornal no gênero jornalístico que costumeiramente melhor a expressa e que vem sendo tomado por diversos autores como objeto de estudo (Capelato e Prado, Aquino, Moraes). Em seguida, as menções ao tema nos demais gêneros jornalísticos foram cotejadas com os elementos encontrados nos editoriais, no sentido de verificar se reafirmavam, ou não, a posição do jornal expressa nos editoriais. Havia uma expectativa de que esses elementos se apresentassem repetidos, sobretudo nos artigos de opinião normalmente produzidos por pessoas de extrema confiança da direção do jornal, aos quais se poderia atribuir peso de editoriais, como havia feito Aquino (1999: 42) em relação aos textos de sucursais da página 3 de OESP, em sua análise. A análise também procurava verificar se a estratégia de repetição de seu ideário (encontrada nos editoriais por Moraes) também estaria presente no conjunto das menções ao tema em outros gêneros jornalísticos. No Capítulo 1 são apresentados os resultados da análise sobre a manifestação do posicionamento político do jornal a respeito do

⁸ Referências nominais a “boné” e “Incra” acrescidas de “nomeações”, “aparelhamento”, “superintendências” e outras claramente vinculadas aos assuntos em questão.

episódio das nomeações para MDA e Incra. No Capítulo 2, a posição política de OESP é analisada em relação ao uso do boné do MST pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em solenidade oficial no Palácio do Planalto.

Uma segunda análise foi realizada sobre os editoriais, desta vez sobre o tipo de retórica utilizada para a defesa de seus pontos de vista. Esperava-se, pela posição histórica conservadora do jornal, que os editoriais de OESP utilizassem os elementos descritos por Albert Hirschman (1992), como Retórica da Intransigência. O autor procura delinear os tipos formais de argumentos que melhor expressariam posturas e manobras políticas mais utilizadas por aqueles que têm como objetivo desalojar e derrubar os movimentos de idéias “progressistas”. Essa retórica estaria condensada em três teses: da Ameaça, da Perversidade e da Futilidade. No Capítulo 3 é apresentada uma análise desses elementos de retórica nas argumentações de *O Estado de S. Paulo* sobre as nomeações para MDA e Incra e sobre o uso do boné do MST pelo presidente da República.

Ao longo da análise do material selecionado, verificou-se que, dos 61 artigos com citação ao MST, 14 eram de autoria do engenheiro agrônomo e ex-presidente do Incra (1995) Francisco Graziano Neto, mais conhecido como Xico Graziano. Em 2003, Graziano teve espaço fixo reservado na página A2 de *O Estado de S. Paulo* e escreveu ao todo 25 colunas mantendo naquele ano uma média de dois textos publicados por mês. Sua temática, invariavelmente, esteve relacionada ao campo, abordando o desempenho positivo do agronegócio, questões ligadas à agricultura familiar, transgênicos, conflitos agrários e as ações do MST.

A manutenção pelo jornal de um espaço fixo para um articulista abordar exclusivamente as questões agrárias dá um indicativo da importância do tema para *O Estado de S. Paulo*. Mas a presença de Xico Graziano não esteve restrita àqueles espaços. Sua opinião foi evocada em três editoriais e dois artigos, em oito oportunidades seu nome apareceu no setor de cartas dos leitores e o próprio Xico Graziano surgiu como fonte em quatro reportagens, identificado como “especialista” ou “estudioso” do assunto.

Graziano foi chefe do gabinete pessoal do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995), presidente do Incra (1995), secretário da Agricultura do Estado de São Paulo entre 1996 e 1998, deputado federal pelo PSDB de São Paulo nas legislaturas de 1998-2002 e 2005-2006. Além de pertencer ao partido (PSDB) do

qual aparentemente OESP mais se aproxima, Graziano é, também, segundo o próprio OESP, “*estudioso da questão agrária e destacado porta-voz do ponto de vista dos ruralistas (...)*” (Arruda, Roldão. “Entre o pragmatismo e o sonho”, OESP, 31/12/2003: X9).

Essas qualificações e a deferência concedida pelo jornal a Graziano, fornecendo-lhe amplos espaços para manifestação, aparentemente indicam que OESP escolheu Xico Graziano como seu ideólogo ou formulador de argumentos a respeito do tema agrário, razão pela qual neste trabalho se tratou de analisar sua argumentação com base nos elementos de *A retórica da intransigência*, de Albert Hirschman (1992). No Capítulo 4 apresentam-se os resultados de tal análise.

A seleção dos materiais analisados e os instrumentos de análise aparentemente ajudaram a compreender a estratégia de organização das edições do jornal de forma a manter presente, ao longo do ano, sua visão política sobre o tema das relações entre o governo federal e o MST, e sobre a reforma agrária, evidenciando elementos de retórica da intransigência utilizados para a exposição dessa visão nos editoriais e em outros gêneros jornalísticos.

Capítulo 1. As nomeações para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Incra na visão de *O Estado de S. Paulo*

Este capítulo trata do primeiro dos dois episódios, escolhidos para análise, da visão de *O Estado de S. Paulo*, sobre as relações entre o governo do recém-empossado presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Analisa-se a manifestação do posicionamento político do jornal, em 2003, sobre as nomeações para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), presidência e superintendências regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Incra foi criado em 9 de julho de 1970, pelo Decreto nº 1.110, a partir da fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), ambos criados pelo governo militar a partir do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964). O Incra é o órgão executor da reforma agrária, cabendo-lhe, dentre outras atribuições, a vistoria de terras passíveis de desapropriação para reforma agrária, a regularização fundiária, a formação e administração de assentamentos rurais e a liberação de verbas da União para sua manutenção.

No início de 2003, era plausível esperar que o jornal demonstrasse especial interesse nas nomeações e no perfil ideológico dos profissionais que ocupariam as funções mais destacadas do MDA e do Incra, o que se comprovou à medida que foram anunciados os nomes de Miguel Rossetto como ministro, de Marcelo Resende como presidente do Incra e dos 29 superintendentes regionais do órgão.

Apesar de as primeiras nomeações para o Incra terem ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003, observou-se a presença do tema, de forma editorializada, ao longo de todo o ano nas edições do jornal, sob a forma de registros predominantemente factuais, em reportagens, ou nos demais gêneros jornalísticos.

1.1 Agendamento interno do tema e predominância da opinião do jornal

No total, ao longo de 2003, apareceram 184 vezes citações ao episódio das nomeações do Incra em *O Estado de S. Paulo* – sendo aí contabilizadas todas as menções diretas ou indiretas ao fato (como, por exemplo, a ação considerada parcial do Incra em favor dos sem-terra em razão das nomeações), realizadas pelo jornal ou por fontes diversas, em vários gêneros jornalísticos.

O tema esteve presente em 55 reportagens, 17 editoriais, 15 colunas fixas de opinião (14 delas de Dora Kramer), 12 artigos de opinião e em 19 cartas de leitores. As citações foram agrupadas em quadros distintos, que podem ser vistos no Anexo 1, nesta ordem: editoriais, reportagens, artigos de opinião, colunas diárias, colunas semanais fixas, e as seções de cartas de nome Fórum de Debates e Fórum de Leitores.¹

Dos 17 editoriais de *O Estado de S. Paulo* em que há referências às nomeações para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra, em 2003, foram encontrados três cujos conteúdos tratavam diretamente do tema. Eles aparecem reproduzidos nas páginas seguintes: Bomba de Retardamento, de 21 de fevereiro (Figura 2), A demissão certa do homem errado, de 4 de setembro (Figura 3) e Estréia desastrosa, de 6 de setembro (Figura 4).

¹Nos quadros, quando dentro de um mesmo texto houver mais de uma citação ao fato, mas feita por diferentes sujeitos, elas aparecerão separadas. Na análise, também foi feita separação entre as citações individuais de personalidades sobre o tema (seja em forma de narração indireta ou quando a opinião aparece em forma de aspas) e àquelas feitas pelo próprio jornal (no texto do repórter). Cada texto recebeu uma numeração dentro do gênero jornalístico em que se encontra. Em cada um deles, está identificada a página de publicação e a data da edição.

Bomba de retardamento

A entrevista do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, reproduzida há cerca de uma semana na coluna de Dora Kramer, no Estado, revelava uma grande confusão conceitual e um perigoso comprometimento ideológico com o processo de reforma agrária, que para ser bem-sucedido exige, antes de mais nada, definição clara de objetivos e critérios técnicos. Nela, Rossetto afirmava que não haverá condescendência com a violência, nos conflitos no campo, e logo em seguida explicava que se manteve em silêncio no episódio da manutenção em cárcere privado do secretário da Agricultura de Alagoas, detido como refém por militantes do MST, porque as informações que recebeu não conferiam gravidade ao caso. Ora, se o ministro considera que a manutenção de um secretário de Estado como refém é ato banal, o que será, para ele, violência, desrespeito aos direitos humanos e desacato à autoridade?

Ao que parece, ele acredita que sua afinidade ideológica com o MST basta para garantir a tranquilidade no campo. Certamente não compartilham essa opinião os militantes que, armados com porretes

e foices, prenderam o secretário da Agricultura de Alagoas por mais de sete horas. Muito menos seguem a cartilha do ministro Rossetto os líderes do MST, como os coordenadores nacionais João Pedro Stédile e João Paulo Rodrigues, que menosprezaram o anúncio de que o governo desapropriará 203 mil hectares de terras, para assentar 5,5 mil famílias. "É apenas propaganda", afirmou Stédile, acrescentando que o governo deveria apresentar "14 medidas dessas por semana" – o que mostra o nível de exigências que o governo enfrentará assim que o MST desistir da moratória que decretou nas manifestações conflituosas no campo, para dar tempo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para pôr seu governo em funcionamento.

O ministro Miguel Rossetto também insistiu na revogação da Medida Provisória que proíbe a inspeção, para fins de reforma agrária, das propriedades invadidas, congelando por dois anos os respectivos processos de desapropriação. E quer extinguir o cadastro das pessoas que, tendo invadido terras, perdem o direito de receber glebas. A revogação dessa legislação é uma das principais reivindicações

do MST, e não por acaso. Essas medidas, afinal, constituem o principal fator de contenção da violenta ocupação de fazendas pelo MST.

Mas o ministro considera que a "legislação punitiva" criminaliza o movimento social e predispõe a sociedade contra ele. Ora, não são as medidas que condenam o que provoca a escalada de violência no campo, pois o que está na raiz dessa violência é a ideologia revolucionária da liderança do MST, que objetiva a destruição do regime democrático e representativo que o PT agora conduz.

E a escalada da violência acaba de receber estímulo extra do ministro Rossetto. Usando critérios exclusivamente ideológicos, nomeou para as 20 superintendências regionais do Incra conhecidos militantes do MST, da CUT, da esquerda do PT e da chamada ala progressista da Igreja. Do ponto de vista administrativo, o loteamento político das superintendências do Incra já seria um grave retrocesso, pois liquida o sistema de preenchimento de cargos, estabelecido há dois anos

pelo então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, através de uma espécie de concurso de títulos e avaliação técnica dos candidatos. Do ponto de vista ético-político, porém, a ocupação – esse é o termo apropriado – do órgão que executa a reforma agrária como mediador entre as partes em conflito, definindo o que são terras produtivas ou

não, por uma das partes em conflito, constitui uma grosseira e escandalosa trapaça, que um governo sério não pode ferrenhar, mesmo porque o que fez o militante radical

Nomeações deixam o Incra sem condições de mediar conflitos

colocado à frente do ministério encarregado da reforma agrária foi montar uma bomba de retardamento que explodirá nas mãos do governo. Isso porque atenta contra a paz social e, ao aumentar o potencial de conflito no campo, coloca em risco o setor da atividade econômica – a agricultura de escala, com alto conteúdo tecnológico –, que tem sustentado o crescimento do PIB nos últimos anos, fornecendo alimentos baratos e ajudando substancialmente o País a equilibrar suas contas externas.

Figura 2. Editorial "Bomba de retardamento" (OESP: 21/2/2003: A3).

Demissão certa do homem errado

O primeiro nicho da Administração Pública federal em que se manifestou o surto do "aparelhamento" - doença aguda da partidarização, que se espalhou, com intensidade galopante, por quase todos os setores do governo petista instalado no Planalto - foi o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) - que passou, por obra e graça do ministro Rossetto, a ser literalmente ocupado por militantes, prepostos ou simpatizantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e de outros movimentos sociais. (Neste caso não foram os 70% de José Genoíno, mas 90%, isto é, 26 em 29.) Não é que do Incra esse espírito sistema de substituição da competência técnica pelo apadrinhamento político tenha contaminado os vários outros órgãos e instituições - como o Instituto Nacional do Câncer, Funasa, Anvisa, BNDES, Correios, ANP, etc. -, pois a epidemia parece ter surgido de maneira simultânea em todas as repartições públicas receptoras dos 22 mil cargos de confiança sob responsabilidade de preenchimento da Presidência da República. Os sintomas se tornaram mais claros e rapidamente detectáveis, no Incra, pelo repentino recrudescimento das invasões de fazendas produtivas,

da multiplicação de acampamentos às margens das estradas, dos saques de cargas dos caminhões, das depredações de bens públicos (como cabines de pedágio) e privados (como sementes e equipamentos de fazendas) e toda a violência que levou a grande tensão no campo.

Certamente, foi tendo em vista diminuir essa tensão, que já causava o sério risco de prejudicar a produtividade e afugentar os investimentos no agronegócio, setor em que o Brasil consegue assinalar, de longe, o seu melhor desempenho no comércio internacional, que o presidente Lula decidiu demitir o presidente do Incra, Marcelo Resende, colocando em seu lugar o economista Rolf Hackbart, da equipe de assessores técnicos do senador Aluizio Mercadante (PT-SP). Como apontavam não só os líderes dos produtores rurais mas quem quer que tivesse um mínimo contato com o assunto - e conhecesse as posições político-ideológicas do sr. Marcelo Resende -, era evidente que o ex-presidente do Incra não tinha um mínimo de condição de isenção, ou neutralidade, para arbitrar conflitos entre os movimentos sociais e os produtores rurais, tendo se transformado, assim, em um fator permanente de cisãria e belicosidade no campo.

Forçoso é reconhecer, contudo, que na melhor das hipóteses essa aparente correção de rumos do governo ficou - ou ainda está - pela metade. Primeiro porque as 26 superintendências do Incra - do total de 29 -, para as quais foram nomeadas, desde o início, pessoas umbelicalmente ligadas aos movimentos dos sem-terra, permanecem sob mesma a direção, o que se confirma pelas declarações do novo presidente do órgão, que disse: "Nossa decisão é pela manutenção dos atuais superintendentes. Segue a mesma política de reforma agrária do governo Lula." Segundo porque nada indica, pelo menos até o presente momento, que será removida a verdadeira causa de toda a confusão levada ao campo, no Brasil, desde a investitura do governo Lula, ou seja, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

A propósito, assim o ministro Rossetto justificou a substituição do presidente do Incra: "O que estamos buscando é um padrão de ajuste na gestão que crie melhores condições, maior eficiência", acrescentando: "Faz parte de um processo de gestão pública: ajustes, sinto-

nias mais claras, padrão mais afinado." Quer dizer, o ministro falou, acrescentou, e não disse absolutamente nada. Pois o que viria a ser a "maior eficiência" não conseguida pelo ex-presidente do Incra? Acaso seria a obtenção de um número maior de assentados, de acampados ou de invasores no campo? - isso não ficou nada claro.

E, se não era para mudar as superintendências do Incra - justamente onde se processa a intervenção regional do governo federal nas questões fundiárias existentes nos Es-

tados -, por que foi demitido o sr. Marcelo Resende?

Estamos diante de um caso de "demissão certa do homem errado". Pode ser que a permanência dos superintendentes seja temporária e estratégica, para não agravar a animosidade de alguns setores - como o da parte da Igreja Católica mais afinada com a ideologia do bispo D. Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT). De qualquer forma, serão os próximos acontecimentos - relacionados às perspectivas de paz ou não no campo - que revelarão a verdadeira consistência dessa mudança operada pelo governo.

Se se trata de uma correção de rumos do Incra, é preciso agora completá-la

Figura 3. Editorial "Demissão certa do homem errado". (OESP: 4/9/2003: A3).

Estréia desastrosa

A falsa mudança gera frustração maior do que a que causava a situação que se pretendia mudar – pois, aí, ao prejuízo se soma o engano. Eis por que os empresários rurais, que se sentiram aliviados com a substituição do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Marcelo Resende, se mostraram tão indignados com as primeiras declarações – desastrosas, é bem de ver – do novo presidente da instituição, Rolf Hackbart, criticando e prometendo empenhar-se na revogação da Medida Provisória 2.183, editada no governo Fernando Henrique Cardoso, que exclui por dois anos, das vistorias para efeito de desapropriação, dentro do programa governamental de reforma agrária, todas as terras invadidas.

“Ele já estragou todo o mandato com essas afirmações”, disse o presidente da Sociedade Rural Brasileira, João Sampaio, acrescentando: “Não esperou muito para mostrar que não veio para pacificar.” Para o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Antonio Ernesto de Salvo – um dos que haviam considerado positiva a troca de comando no Incra –, as

declarações de Hackbart indicam que ele é, claramente, a favor das invasões.

Na verdade, o novo presidente do Incra teve a especial inabilidade de tocar, justamente, no ponto nevrálgico dos conflitos no campo – e assumir o lado dos invasores. Pois foi a referida Medida Provisória – que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, ao tomar posse avisou que iria tentar revogar, do que recuou, certamente por advertência do presidente Lula – que inibiu o aumento descontrolado do esbulho possessório em nosso meio rural. E a prova disso é que, em 1999, antes de editada a MP, foram registradas 502 ocupações, que diminuíram para 236 no ano seguinte (com a MP já em vigor) e foram reduzidas para 103 em 2002. Certamente o sr. Hackbart afirmou sua sabida afinidade ideológica com o ministro Rossetto, ao dizer que a MP “não contribui em nada para a reforma agrária” e que “o arcabouço institucional e legal existente é mais do que suficiente para realizar e agilizar a reforma agrária”.

Mas, considerando-se as circunstâncias em que foi nomeado para a presidência do Incra sua atitude só pode ser definida como “uma burri-

ce”. O que ele e Rossetto pensam, todo mundo sabe, mas o mínimo que se esperava dele é que soubesse disfarçar.

Mas há um outro ponto ainda muito mais concreto a comprovar o pleno continuísmo de gestão no Incra: segundo o novo presidente, todos os superintendentes regionais do órgão permanecerão em suas funções. E sempre é bom lembrar que, de seus 29 dirigentes regionais, 26 são pessoas ligadas diretamente aos movimentos sociais, especialmente ao hegemônico

Movimento dos Sem-Terra (MST). Então, a indagação óbvia que se impõe é esta: por que cargas d’água se trocou o sr. Marcelo pelo sr. Rolf?

Aqui já dissemos que na substituição do presidente do Incra o governo litera a “demissão certa do homem errado”, visto que, para diminuir os conflitos e a tensão no campo, que já trazem o sério risco de prejudicar a produtividade e afugentar os investimentos no agronegócio – que tem assinalado o melhor desempenho do Brasil no comércio internacional –, o substituído deveria ter sido o próprio ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. Rolf

Hackbart, mais cedo do que poderíamos supor, confirmou, plenamente, a nossa tese.

O mais preocupante é que, na medida em que entre os produtores vai se expandindo a descrença, quanto à possibilidade de o governo impor uma orientação de respeito à lei e à ordem, assegurando o direito de propriedade e a condição de

os fazendeiros poderem produzir em paz, e na medida em que os mandados de reintegração de posse vão deixando de ser cumpridos, por omissão de autoridades poli-

ciais dos Estados ou acordos feitos à revelia das vítimas do esbulho, começam a surgir movimentos como o dos fazendeiros do sul do Pará, que decidiram comandar, por conta própria, o despejo de invasores de mais de 20 fazendas da região. Convenceram-se eles de que a Polícia Militar, à qual cabe cumprir liminares de reintegração de posse, resolveria paralisar a operação por força de acordo feito com o Incra.

Realmente, difícil é acreditar que a paz voltará ao campo com a simples troca – nos setores do governo encarregados da reforma agrária – de seis por meia dúzia.

A pergunta é: precisava trocar o presidente do Incra por um fac-símile?

Figura 4. Editorial “Estréia desastrosa”. (OESP: 6/9/2003: A3).

A posição política manifestada por OESP nesses editoriais pode ser assim resumida: o jornal é contra o fato de o ministro do MDA, o presidente do Incra e os superintendentes regionais daquele órgão possuírem alguma vinculação ou objetivos políticos em sintonia com os movimentos sociais, especialmente o MST.

A análise de todas as citações sobre o episódio tomando como base a posição política do jornal indica a preponderância de manifestações publicadas pelo jornal que estão de acordo com sua linha editorial. Do total de 184 manifestações, 144 reafirmaram a linha editorial do jornal (**78,3%**). Em apenas 40 ocasiões (21,7%) foram publicadas visões que discordavam da opinião do jornal.

Essas manifestações discordantes foram feitas por 12 fontes diferentes, listadas a seguir: três do MDA, cinco do MST, duas da Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma da Contag e uma do PT.

- Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto
- Antônio Canuto, da coordenação nacional da CPT
- José Valdir Miesnerovicz, coordenador do MST
- João Paulo Rodrigues, coordenação nacional do MST
- Marcelo Resende, presidente do Incra
- Gilmar Mauro, coordenação nacional do MST
- Rolf Hackbart, presidente do Incra
- D. Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT)
- Maria da Graça Amorim, secretária de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
- Economista Plínio de Arruda Sampaio Jr., do MST
- Deputado federal Adão Preto (PT-RS)
- Geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, doutor em Geografia, professor da Unesp e membro do setor de educação do MST

Como se pode observar, todas são vozes representantes do espectro mais à esquerda politicamente e representam, no governo ou fora dele, os grupos considerados pelo jornal inadequados para comandar as ações do governo. Vindas de onde vêm, essas opiniões só poderiam ser frontalmente opostas à posição política do jornal.

Assim, o registro por OESP, em minoritários 21,7%, de opiniões contrárias a sua, antes de representar a ação de praxe do jornalismo de apresentar versões discordantes, reforça a impressão de uma intencionalidade do jornal para apresentar aos leitores a grande maioria das vozes como detentoras da posição correta.

1.2 OESP como ator político: críticas à ação do governo e defesa da demissão do ministro

Para dar uma idéia do posicionamento do jornal no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, convém revisar as principais linhas do tratamento dado ao tema entre 3 de janeiro e 3 de março. Nesse período, as críticas às ações do governo transformaram-se em defesa da demissão do ministro do MDA.

O contexto da época pode ser resumido da seguinte forma: de um lado, o Poder Executivo, nomeando pessoas que sinalizavam sua aproximação histórica com os movimentos populares e em favor da realização da reforma agrária; de outro lado, o jornal, posicionando-se em sintonia com os interesses dos grandes proprietários de terras, ora chamados de ruralistas.

Nota-se que, desde as primeiras referências ao tema, o jornal reage às ações do governo federal, posicionando-se contra as nomeações para o MDA e o Incra, tanto em seus espaços de opinião quanto no espaço noticioso, por meio de títulos e referências editorializadas (ver Anexo 1, Quadro 2, Textos de Reportagens).

Já no parágrafo de abertura da reportagem sobre a posse de Miguel Rossetto, no dia 3 de janeiro de 2003, *O Estado de S. Paulo* fazia uma qualificação sobre o novo ministro em que os fatos destacados, as declarações escolhidas e suas palavras, entre aspas ou não, davam uma noção de como o jornal via a posição do ministro em relação à questão agrária:

O novo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, tomou posse ontem dizendo que não será tutelado pelos movimentos sociais, mas também não sufocará nenhuma manifestação pela reforma agrária. *Vice-governador do Rio*

Grande do Sul, nos últimos quatro anos, quando o governo gaúcho foi acusado pelos fazendeiros de omissão diante das ocupações do Movimento dos Sem-Terra (MST), Rossetto prometeu uma política sem violência, fazendo um “amplo chamamento” de “mobilização social” pela reforma agrária. (Gobetti, Sérgio. “MST não tutelar nem será sufocado”, diz Rossetto”, OESP, 3/1/2003: A9. Grifo nosso.)

A reportagem também registrava manifestações de Rossetto sobre uma das principais questões surgidas diante do novo cenário político que se instaurava no país: o tratamento que, a partir dali, o governo do PT supostamente iria dispensar ao MST, o principal interlocutor político sobre o tema reforma agrária. O tom escolhido pelo jornal às declarações pode ser percebido tomando como exemplos o título, o olho e a janela de destaque da notícia, que diziam:

- MST não tutelar nem será sufocado, diz Rossetto
- Novo ministro promete política sem violência e pela mobilização social em favor da reforma agrária
- Discurso é bem recebido por líder sem-terra

Ao abordar as negociações para a nomeação do novo presidente do Incra, o texto não deixava de informar, mesmo de forma discreta, que o nome passaria por uma avaliação do MST: “A indicação do presidente do Incra está sendo discutida com Lula e o objetivo é que receba o aval dos líderes do MST.” (Idem, OESP, 3/1/2003: A9)

Na edição de 9 de janeiro, após a nomeação do geógrafo Marcelo Resende, o assunto ganhou destaque na capa do jornal, com o resumo “Sem-terra apóiam sucessão no Incra”. O título da reportagem, na página A13, sintetizava o fato com uma abordagem opinativa: “Reforma agrária ficará na mão de aliados de sem-terra”. A janela de destaque agregava: “Incra terá mais força no atual governo”.

Ao longo de toda a reportagem eram destacadas as supostas ou reais relações e vinculações dos indicados com os movimentos sociais:

A equipe responsável pelo programa de reforma agrária no governo Lula terá quatro técnicos indicados pelos movimentos de trabalhadores rurais, como o Movimento dos Sem-Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e a CUT-Rural. O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) será o geógrafo Marcelo Resende, que tem relações com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). (...) Seu nome foi apoiado pelos líderes do MST. “Ele tem um compromisso grande com a reforma agrária e sempre se posicionou contra o mercado da terra”, adisse a deputada Luci Choinacki (PT-SC), ligada à CPT e ao MST (...) Na Secretaria de Agricultura Familiar assumirá o paranaense Valter Bianchini, ligado ao setor rural da CUT. A Contag emplacou os nomes de Eugênio Peixoto, na Secretaria de Reforma Agrária, e Humberto Oliveira, na Secretaria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, voltada para o Nordeste. (Gobetti, Sérgio; Arruda, Roldão. “Reforma agrária ficará na mão de aliados de sem-terra”, OESP, 9/1/2003: A13)

A reportagem do dia 10 de janeiro, intitulada “Presidente do Incra quer acelerar desapropriações”, relatava o discurso de posse de Marcelo Resende para a presidência do Incra, em que ele externava, entre outras coisas, a intenção de propor a revisão dos índices de produtividade das terras sujeitas à desapropriação. O jornal pôs em evidência que o discurso de Resende teria recebido apoio dos sem-terra. A janela de destaque da mesma notícia era: “MST e Contag aprovam discurso”.

O texto ainda trazia um breve perfil do novo condutor do Incra, reiterando sua ligação com a CPT e citando um episódio em que Resende esteve em Washington, nos Estados Unidos, para protestar contra o Banco Mundial:

O discurso de posse do novo presidente do Incra, que comandou o Instituto da Terra no governo Itamar Franco, foi bem recebido pelos líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), presentes à cerimônia. Ligado à Comissão Pastoral da Terra (CPT), Resende disse que “a reforma agrária não será feita pelo mercado”, uma alusão ao Banco da Terra, um dos programas do governo Fernando Henrique Cardoso mais combatidos pelo MST. O próprio Resende já esteve em Washington para um protesto contra o programa, que é financiado pelo Banco Mundial. (Gobetti, Sérgio. “Presidente do Incra quer acelerar desapropriações”, OESP: 10/1/2003: A10)

Ao lado, compunha a página uma notícia sobre a primeira ocupação de terras do ano, protagonizada pelo MST, em Aracaju, Sergipe. O mês de janeiro se encerraria sem mais referências às nomeações para o MDA e o Incra.

No dia 11 de fevereiro, o jornal fazia nova referência ao perfil político dos nomeados para o MDA e o Incra, na coluna de Dora Kramer, intitulada “Rossetto propõe anistia no campo”:

Oriundo de uma das tendências à esquerda do PT e vice-governador de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul, Rossetto não teme ser acusado de assumir a defesa de uma das partes nem de ser responsabilizado por leniência por causa de suas posições políticas pessoais. “Tenho perfeita noção, de resto como todo o PT tem também, de que o exercício de funções de Estado pressupõe a estrita obediência à lei e a observância daquilo que é mais justo para o conjunto da sociedade. Agora, se o MST recebe bem minha indicação e apóia o presidente do Incra, melhor

assim, o trabalho de restabelecimento de um ambiente civilizado fica muito mais fácil.” (OESP: 11/2/2003: A6)

Uma semana depois, no dia 18 de fevereiro, o jornal noticiaria a nomeação de 21 pessoas para o Incra nos Estados, sem divulgar os nomes, o que dificultava qualquer verificação, mas destacando, novamente, a suposta vinculação delas com os movimentos sociais:

Entre os 21 nomes já indicados, há nove engenheiros agrônomos, sendo três técnicos de carreira do Incra, cinco ex-assessores de administrações petistas, um pedetista, dois dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dois indicados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) e até um padre, ligado à Comissão Pastoral da Terra, que vai coordenar o Incra no Piauí. (Gobetti, Sérgio. “Rossetto define 21 nomes para o Incra nos Estados”, OESP, 18/2/2003: A12)

Na mesma reportagem, o jornal dá espaço a Raul Jungmann, ex-ministro do Desenvolvimento Agrário na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em sua fala, ele critica as nomeações do novo governante e afirma ter criado, dois anos antes, “uma espécie de concurso de títulos para o preenchimentos dos cargos” do Incra.

A notícia dizia que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, “Além de serem selecionados pelo currículo, os novos superintendentes foram avaliados de acordo com metas preestabelecidas, como número de assentamentos.” (Idem, OESP, 18/2/2003: A12). Não há qualquer outra informação no texto sobre como seria o método adotado pelo governo anterior, nem quanto ao concurso de títulos, nem quanto ao critério de produtividade “por número de assentamentos” realizados. Mesmo assim, o método é tomado por OESP como modelo para as nomeações. Assim, o jornal tenta contrapor às escolhas supostamente ideológicas do novo governo, escolhas fundadas em critérios supostamente “não-ideológicos” do governo anterior.

Sem dizer diretamente, o texto deixa quase como certo que dentre os profissionais do Incra da gestão anterior não haveria integrantes vinculados ao MST e aos movimentos sociais de ideologia convergente à do MST.

A reportagem termina com um conteúdo que se mostraria raro nas edições de OESP: a publicação da justificativa do novo governo para a mudança de enfoque nas nomeações e, no caso específico, para a nomeação do superintendente regional do Incra em São Paulo, Raimundo Pires da Silva:

A justificativa apresentada para a inclusão do critério político nas escolhas é que o Incra está sendo revalorizado no atual governo, absorvendo funções que antes estavam sob responsabilidade da Secretaria de Reforma Agrária do ministério. Em contrapartida, é exigido do superintendente do Incra que seja alguém com uma “compreensão global” e comprometido politicamente com a reforma agrária. Em São Paulo, por exemplo, o superintendente do Incra será o engenheiro agrônomo Raimundo Pires da Silva, que assessorou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (Concrab) e coordenou o projeto de assentamento da Fazenda Pirituba, na região de Itapeva. (Idem, OESP, 18/2/2003: A12)

Nova coluna de Dora Kramer, publicada no dia 20 de fevereiro, elevaria o tom da crítica ao dizer sobre as superintendências do Incra que “(...) ao entregar metade delas para pessoas ligadas ao MST, à CUT e à Pastoral da Terra, o ministro Miguel Rossetto poderá ter dificuldades para exercer a função de árbitro (...)”(OESP, 20/2/2003: A6).

Na mesma edição, outra notícia com o título “Ruralistas protestam contra nomeações no Incra” afirmava que “Para membros da UDR e de sindicatos, escolha de pessoas ligadas ao MST dificultará diálogo”. A reportagem voltava a informar sobre a suposta forte influência do MST no órgão, que estaria “sendo vista por setores ruralistas como provocação”:

A nova safra de superintendentes estaduais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), anunciada há pouco pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, está sendo vista por setores ruralistas como provocação. (...) Dos 20 nomes anunciados para as superintendências (faltam 9), 10 saíram diretamente dos quadros do MST. E os outros só foram confirmados depois de aprovados pela organização, num processo de consultas que envolveu também a Comissão Pastoral da Terra (CPT) a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), diretórios petistas e organizações regionais de trabalhadores rurais. (Arruda, Roldão. “Ruralistas protestam contra nomeações no Incra”, OESP, 20/2/2003: A10)

1.3 A posição política de OESP

O crescente descontentamento de OESP com as nomeações originaria o primeiro editorial do ano sobre o tema, publicado no dia 21 de fevereiro. Sob o título de “Bomba de retardamento”, já na abertura é feita referência à entrevista do ministro Rossetto (tratado como “militante radical”) a Dora Kramer e às ações empreendidas pelo MST até aquele momento.

Note-se que para tachar as nomeações como um “grave retrocesso” o jornal irá evocar a menção que havia feito em reportagem sobre o suposto “sistema de preenchimento de cargos, estabelecido há dois anos pelo então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, através de uma espécie de concurso de títulos e avaliação técnica dos candidatos”, sem novamente preocupar-se em detalhá-lo para o leitor.

E a escalada de violência acaba de receber estímulo extra do ministro Rossetto. Usando critérios exclusivamente ideológicos, nomeou para as 20 superintendências regionais do Incra conhecidos militantes do

MST, da CUT, da esquerda do PT e da chamada ala progressista da Igreja. Do ponto de vista administrativo, o loteamento político das superintendências do Incra já seria um grave retrocesso, pois liquida o sistema de preenchimento de cargos, estabelecido há dois anos pelo então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, através de uma espécie de concurso de títulos e avaliação técnica dos candidatos. Do ponto de vista ético-político, porém a ocupação – esse é o termo apropriado – do órgão que executa a reforma agrária como mediador entre as partes em conflito, definindo o que são terras produtivas ou não, por uma das partes em conflito, constitui uma grosseira e escandalosa trapaça, que um governo sério não pode referendar, mesmo porque o que fez o militante radical colocado à frente do ministério encarregado da reforma agrária foi montar uma bomba de retardamento que explodirá nas mãos do governo. Isso porque atenta contra a paz social e, ao aumentar o potencial de conflito no campo, coloca em risco o setor de atividade econômica – a agricultura de escala com alto conteúdo tecnológico - que tem sustentado o crescimento do PIB nos últimos anos, fornecendo alimentos baratos e ajudando substancialmente o País a equilibrar suas contas externas. (OESP, 21/2/2003: A3)

A tomada definitiva de posição sobre o assunto ocorre no editorial “O desafio do MST”, de 13 de março, em que, com apenas dois meses de ação do novo governo, *O Estado de S. Paulo* pede a demissão do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. As razões para isso seriam a evidência, para o jornal, que os fazendeiros estavam “abandonados à própria sorte” e que o presidente da República “ainda não avaliou realisticamente a ameaça que essa situação traz para o êxito de seu governo”.

(...) tanto o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, quanto o presidente do Incra, Marcelo Resende, fornecem apoio logístico ao MST, sem esboçar reação ante atitudes violentas ou vandálicas – contra as sedes regionais do Incra. Diante da evidência

de que estão abandonados – pelo Estado – à própria sorte, os fazendeiros estão se mobilizando para defender suas propriedades. Nas primeiras escaramuças já houve tiros e feridos e há notícia de um morto. Ao que parece, o presidente da República ainda não avaliou realisticamente a ameaça que essa situação traz para o êxito de seu governo. Esse é um desafio que ele não tem condições de enfrentar se não começar pela demissão do ministro que entregou o Incra ao MST e seus “companheiros de viagem”. (OESP, 13/3/2003:A3)

A manifestação é uma evidência do que Moraes (1991) identifica como uma posição ideológica radical de OESP, expressa na opção neoliberal (ou neoconservadora), em que a economia passa a ser o centro da organização do país, predominando sobre a ordem social. Também reafirma a postura do jornal de ator político que “repõe, diariamente, os princípios e argumentos liberais” (...) e “apresenta-se como referência política, interlocutor intérprete e formador da opinião pública” (Moraes, 1991:173).

Entre março e setembro, os editoriais de *O Estado de S. Paulo* continuaram a evocar o tema das nomeações para o MDA e Incra. A seguir, listamos algumas referências retiradas desses editoriais, incluindo novo pedido explícito de demissão do ministro Rossetto, em 23 de maio:

- o Incra se tornou um órgão público praticamente ocupado pelos movimentos dos sem-terra (...) seu presidente e o ministro do Desenvolvimento Agrário revelaram clara submissão às diretrizes emessetistas (...) (20 de março)
- (...) a entrega dos postos-chave do Incra ao MST e seus coligados, em lugar de representar uma solução, representa um sério agravamento do problema, uma vez que os hábitos de irresponsabilidade – dos que jamais assumiram responsabilidade formal – podem contaminar um importante setor da administração pública brasileira. (11 de maio)
- (...) o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma intervenção direta para corrigir rumos ou acabar com crises – mas não no ministério encarregado da reforma agrária que em má hora ele entregou a um “militante” do MST.

- (...) Se não corrigir o erro inicial que foi a nomeação de Rossetto, a tempestade não vai amainar. Pelo contrário. (23 de maio)
- O ministro afirma que escolheu, para preencher os quadros do Incra, pessoas ligadas ao MST, à Contag e à Comissão Pastoral da Terra (CPT) “porque são as pessoas mais capacitadas para desenvolver o programa (*de reforma agrária*)”. Nenhuma pessoa bem informada leva a sério o que diz o ministro. E o presidente da República, supostamente, é a pessoa melhor informada “deste país” sobre o que se passa no seu governo. E, felizmente, ao contrário do ministro, é uma pessoa de boa-fé. (8 de junho)
- (...) o ministro Rossetto entregou o Incra ao MST. (25 de junho)
- (...) O comentário é tão irrepreensível como inequívoco o fato de que o seu autor é nada menos do que o cavalo de Tróia do MST no governo, tendo transformado o Incra numa sucursal desse “movimento civil”. (4 de julho)
- (...) É assim, com a tibia “política do avestruz”, que o governo parece estar reagindo, diante de um País aturdido, à nova estratégia do MST, com a ativa cumplicidade dos seus feudos geminados no Executivo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra. (26 de julho)
- (...) nada indica, pelo menos até o presente momento, que será removida a verdadeira causa de toda a confusão levada ao campo, no Brasil, desde a investidura do governo Lula, ou seja, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. (4 de setembro)

Vê-se no último trecho selecionado que, apesar de sua insistente postura em arvorar para si a tarefa de conselheiro dos atos do governo, OESP, no começo de setembro, parece resignado por não haver indícios de que seu desejo de substituição do ministro seria realizado. De fato, até janeiro de 2006 o ministro Miguel Rossetto permanecia no cargo.

1.4 As nomeações e o fluxo contínuo de reapresentação da posição política do jornal

Além da preponderância numérica de visões alinhadas com sua posição ideológica expressada nos editoriais, e reproduzidas em outros gêneros, há indícios de uma estratégia empreendida por OESP na organização interna de suas edições. Trata-se do estabelecimento de um ciclo de apresentação e reapresentação de notícias e opiniões sobre o caso em questão, em diversos gêneros jornalísticos, sucessivamente, de forma manter a exposição de sua linha editorial ao longo do tempo nas edições.

No fluxograma apresentado a seguir (Figura 5) é possível observar como o tema vai sendo abordado numa seqüência de referências em vários gêneros, que perpassa todo o ano. Assim, por exemplo, as nomeações do MDA e Incra foram fatos que desencadearam um ciclo de repercussão interna do jornal, a começar pelo registro em reportagens (descrevendo a proximidade dos nomeados com os movimentos sociais e as reações das principais entidades de ruralistas), continuando com críticas na coluna de opinião de Dora Kramer, dando origem a editoriais, que, por sua vez, reforçaram a argumentação dos articulistas – caso de José Nêumanne, João Mellão Neto e Gaudêncio Torquato – e, invariavelmente, recebendo apoio dos leitores por meio de cartas tão-somente elogiosas à argumentação do jornal e contrárias às declarações iniciais dos integrantes do MDA e do Incra.

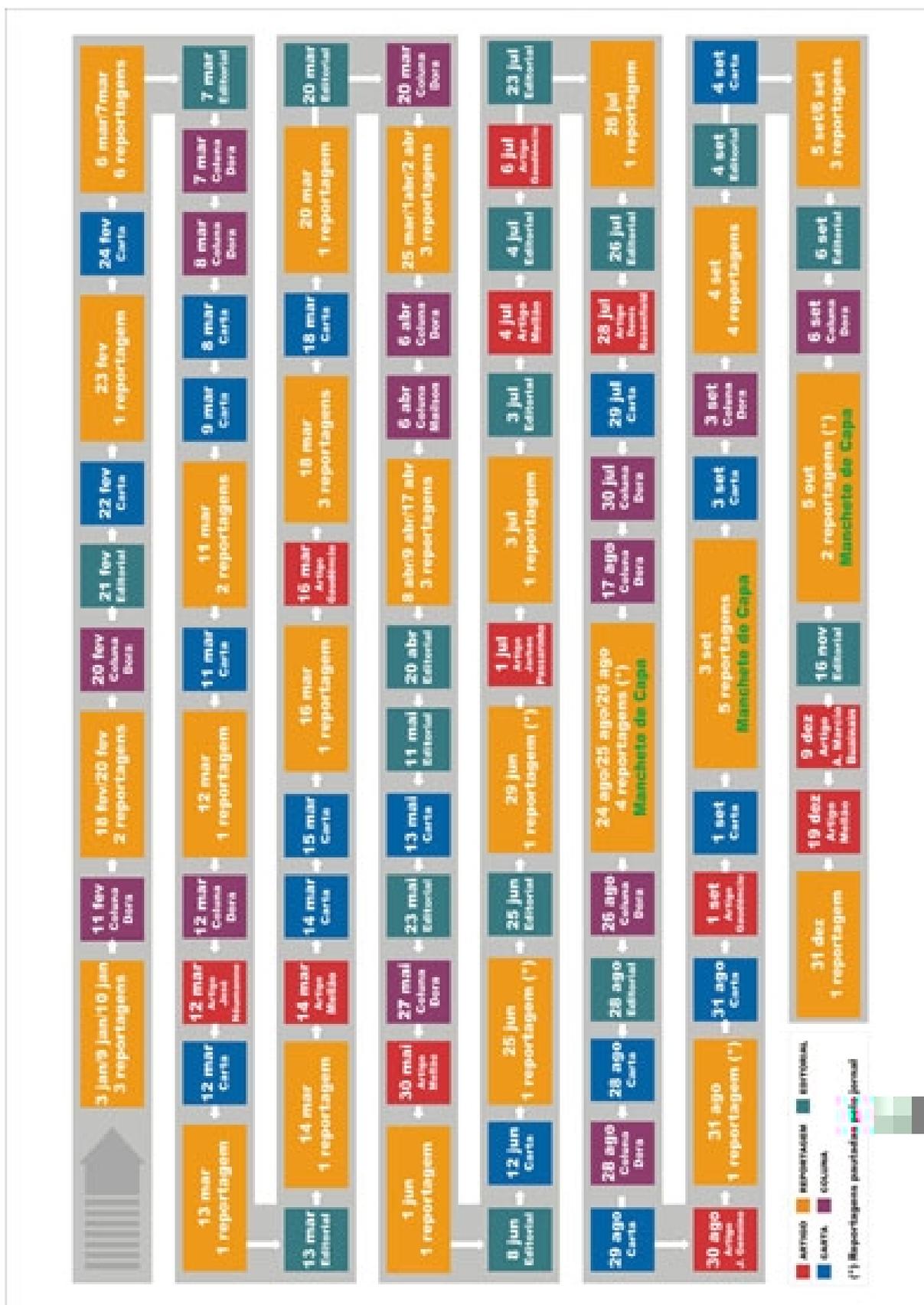


Figura 5 - Fluxograma com ciclo de apresentação e reapresentação do tema “Nomeações para o MDA e Incri” nos diversos gêneros jornalísticos em *O Estado de S. Paulo*, em 2003.

Percebe-se que os ciclos de apresentação e reapresentação do mesmo fato em cada gênero considerado tradicionalmente como opinativo (editorial, artigo, coluna, carta)² ocorre sucessivamente, sendo entremeado e alimentado por noticiário contínuo. O jornal, por exemplo, destaca como notícia as declarações de concordância do presidente do Incra, Marcelo Resende, com algumas ações dos sem-terra. É o que ocorre no trecho abaixo, extraído da reportagem, de título editorializado, “Para Incra, o que não pode é invadir prédio público” e traz como linha e apoio “Presidente do órgão vê abuso em depredação de sede em Cuiabá, mas não em ocupações de fazenda”:

O presidente nacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Marcelo Resende, buscou ontem restringir as críticas aos sem-terra ao episódio de Mato Grosso, onde o prédio do órgão foi depredado pelos invasores, mas disse que não vê “nenhum problema” em outras ações promovidas pelo MST durante o feriado de Carnaval. (...) De acordo com o dirigente do Incra, as críticas feitas na véspera pelo ministro Miguel Rossetto referem-se “apenas” à quebradeira de Cuiabá (MT) e não se estendem às ocupações de terras ocorridas em São Paulo, Santa Catarina e Paraná. (Gobetti, Sérgio. “Para Incra, o que não pode é invadir prédio público”, OESP, 7/3/2003: A4)

Ao mesmo tempo, na reportagem “Incra ajuda invasores a adiar desocupação”, o jornal noticia a suposta intervenção parcial do órgão em defesa dos sem-terra:

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) assumiu ontem a defesa das 400 famílias de sem-terra que desde sábado ocupam a Fazenda Santa Isabel, em Alambari, na região de Sorocaba. (Tomazela, José Maria; Lacerda, Ângela; Fadel, Evandro. “Incra ajuda invasores a adiar desocupação”, OESP, 7/3/2003: A5)

²Ver Mello (1985).

1.4.1 Uso de fontes não identificadas para a criação de notícias

Quando não extrai material jornalístico dos fatos gerados pelos protagonistas (decisões administrativas, declarações de servidores públicos, protestos dos ruralistas, ações envolvendo ocupações de terras e, inclusive, das sedes do Incra), para manter o tema presente em suas edições, OESP faz uso de expedientes como a utilização de fontes não identificadas nas reportagens e a criação de matérias que não dependem de declarações ou fatos, mas, aparentemente, apenas do desejo político do jornal de falar no assunto.

No final de junho, por exemplo, quando já havia mencionado a influência do MST no Incra em nove editoriais, cinco colunas fixas de opinião e quatro artigos de opinião – sem, no entanto, ouvir qualquer reparo do governo federal quanto à chamada “ideologização” do Incra – o jornal publica reportagens (ver Anexo 1, Quadro de Reportagens, Textos 31 e 32) em que afirma ter recolhido manifestações sobre suposto conhecimento que o presidente Lula teria a respeito de suposta piora na situação do campo associada às nomeações para o Incra. No texto, essas informações são tratadas como *off*, ou seja, sem a identificação das fontes:

Numa reunião com os ministros mais chegados, Lula ouviu a avaliação de que a situação no campo piorara com a nomeação de indicados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) para boa parte das superintendências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nos estados. (Domingos, João. “Sem-terra não podem passar por cima da lei”, OESP, 25/6/2003: A4)

Quatro dias depois, é publicada notícia semelhante, atribuindo determinada preocupação ao presidente, sem fonte identificada:

O Palácio do Planalto também decidiu não mexer na estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão no qual os movimentos sociais ligados aos sem-terra – MST,

Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e CUT-Rural – têm influência em 27 das 29 superintendências espalhadas por todo o País. De acordo com interlocutores do presidente, o Palácio do Planalto chegou a ficar preocupado com o tamanho da estrutura montada pelos sem-terra nas superintendências regionais do Incra, mas concluiu que não há nada a fazer por enquanto. (Domingos, João; Gobetti, Sérgio. “Planalto insistirá em tratar MST como parceiro”, OESP, 29/6/2003: A6)

Outro exemplo de material produzido pelo jornal para manter o tema em suas edições ocorreu no dia 24 de agosto, quando uma reportagem ampliava as críticas à interferência do MST no Incra, abordando os supostos reflexos nos assentamentos feitos pelo governo e, inclusive, na relação com a rede bancária. Intitulada “MST usa Incra para expandir seu poder”, a notícia ganhou destaque máximo de capa (manchete do dia), com a linha de apoio “Movimento indicou novos superintendentes do instituto e interfere na seleção de assentados”, e o seguinte texto:

Em todo o País, a nomeação de superintendentes regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) provenientes do MST ou endossados por ele tem interferido diretamente nos assentamentos. Os líderes do movimento têm passado por cima das normas de seleção de assentados, procurando instalar nos lotes os candidatos que lhe são mais fiéis. Ao mesmo tempo, aumenta sua fatia no orçamento da reforma agrária e espalha temor entre profissionais que entram em conflito com ele, como gerentes de banco. (Sant’Anna, Lourival. “MST usa Incra para expandir seu poder”, OESP, 24/8/2003: A10)

A publicação desta reportagem propicia que, na edição seguinte, do dia 26 de agosto, seja dada voz ao ministro titular do MDA, Miguel Rossetto. É uma das

raras vezes que OESP veicula uma versão para as nomeações em que a aproximação com os movimentos sociais é vista como virtude. Demonstrando ter visão política diametralmente oposta à do jornal, o ministro também defende a legalidade das relações do MST com o Incra. A matéria ganhou o título de “Rossetto defende relação Incra-MST”, e tem um trecho reproduzido a seguir:

Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, as boas relações e os vínculos existentes entre superintendentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Movimento dos Sem-Terra (MST) não devem ser vistos como fato desabonador. Segundo ele, manter boas relações com os movimentos sociais é uma virtude. Rossetto fez essas declarações ao comentar a reportagem de Domingo do Estado, segundo a qual o MST estaria usando o Incra para expandir seu poder. Ele foi enfático ao afirmar que as relações do Incra com o MST são transparentes e dentro dos limites da legalidade. “Estamos numa República e as normas de administração pública são rigorosamente respeitadas pelo MDA e pelo Incra.” Ainda segundo o ministro, os superintendentes foram escolhidos pela sua capacidade: “Nossos gestores são analisados pela sua conduta. Para nós, relações positivas com os movimentos sociais, nos termos da reforma agrária e da valorização da agricultura familiar, são virtudes.”(Arruda, Roldão. “Rossetto defende relação Incra-MST”, OESP, 26/8/2003: A9)

Em 28 de agosto, a troca no comando do Incra, que ocorreria no dia 2 de setembro, é anunciada com exclusividade pela colunista Dora Kramer (“Rossetto fica, mas Incra muda”, OESP, 28/8/2003: A6), explicitando a existência de fontes não identificadas do jornal, parcialmente bem-informadas.

Nos dias posteriores, entre o anúncio da queda do presidente do Incra e a notícia sobre a concretização dessa queda, o jornal continuaria apresentando e

reapresentando o assunto, com a publicação de uma notícia originada no próprio jornal, um artigo de opinião e uma carta de leitor.

A matéria produzida pelo jornal ganhou a manchete principal da edição de domingo, 31 de agosto: “Máquina pública emperra; 70% das nomeações são políticas”. Já na edição do dia 1º de setembro, foi a vez do articulista Gaudêncio Torquato abordar o tema, fazendo referência aos quadros do Incra nomeados por indicação do MST no texto “O petismo e a estrutura do Estado”. Esse é também o tema da carta do leitor José Konegae, de Ribeirão Preto, sob o título “Governo loteado”.

Após esse conjunto de reapresentações do tema, foi publicada no dia 3 de setembro a manchete anunciando a concretização do desejo explicitado desde o começo do ano pelo jornal, e que confirmava o furo jornalístico dado pela colunista Dora Kramer alguns dias antes: “Cai o presidente do Incra, ligado ao MST”.

A substituição, que é de início bem recebida por produtores rurais a quem o jornal dá voz, logo cede lugar à frustração, diante da nomeação do novo titular do posto, Rolf Hackbart, e de suas primeiras declarações em que anuncia não ter disposição de realizar trocas nas superintendências regionais do Incra. O fato origina o editorial “Estréia desastrosa”, publicado em 6 de setembro:

(...) Eis por que os empresários rurais, que se sentiram aliviados com a substituição do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Marcelo Resende, se mostraram tão indignados com as primeiras declarações – desastradas, é bem de ver – do novo presidente da instituição, Rolf Hackbart. (...) O que ele e Rossetto pensam todo mundo sabe, mas o mínimo que se esperava dele é que soubesse disfarçar. Realmente, difícil é acreditar que a paz voltará ao campo com a simples troca – nos setores do governo encarregados da reforma agrária – de seis por meia dúzia (OESP, 6/9/2003: A3)

Desse momento em diante, até o fim do ano de 2003, o jornal não noticiaria alterações nos quadros de superintendentes regionais do Incra nomeados pelo novo governo, nem voltaria a utilizar as fontes não identificadas para revelar críticas de membros do governo ao perfil ideológico dos integrantes daquele órgão.

Sem ver concretizadas as suas preferências políticas para o Incra, resta a *O Estado de S. Paulo* prosseguir com o agendamento do tema. Assim, o denominado “aparelhamento do Incra” volta a ganhar manchete de capa em 5 de outubro, em outra reportagem produzida pela equipe do jornal, “MST recupera verba pública e se fortalece”. O texto da capa resume que:

O governo derrubou as restrições criadas entre 2000 e 2002 para repasse de recursos públicos a entidades ligadas aos sem-terra. Parte dessa verba era usada para financiar invasões, segundo conclusão de assessores do então presidente Fernando Henrique Cardoso (...) A maior parte dos repasses, no entanto, sai das superintendências regionais do Incra, agora ocupadas por simpatizantes do MST. (OESP, 5/10/2003: Capa)

1.5 Fórum de Debates e Fórum dos Leitores: concordância com as opiniões do jornal e cartas repetidas de um mesmo leitor

Ao contrário dos articulistas e colunistas de confiança de OESP, que são convidados pelo jornal a manifestar-se, a seção de cartas de leitores poderia ser imaginada como espaço a ser utilizado para a expressão de diversidade de posições e opiniões dos leitores. Em 2003, OESP manteve dois espaços destinados às manifestações dos leitores: as seções Fórum de Debates, em que o jornal sugere temas para as cartas, e Fórum dos Leitores, para manifestações sem determinação de assunto.

No entanto, como pode ser visto nos quadros com os textos das cartas (Anexo 1, Quadros 5 e 6), em OESP as manifestações dos leitores são utilizadas para endossar opiniões expressas em outros gêneros, servindo para cumprimentar o colunista, o articulista ou elogiar a cobertura que o jornal apresenta de determinado

fato. Assim, a exemplo dos outros gêneros, as cartas trazem opiniões majoritariamente em consonância com a linha editorial do jornal.

Além disso, no caso em análise, chama a atenção a publicação de mais de uma carta de um mesmo remetente, na seção Fórum de Debates. No dia 11 de junho, em carta intitulada “Tolerância tem limite”, o leitor Maurício Petrosino, de São Paulo, cumprimenta Xico Graziano pelo artigo “O devaneio dos sem-terra” (OESP, 10/6/2003: A2) e também critica as nomeações para o Incra. Nos dias 31 de agosto e 3 de setembro são publicadas novas cartas do mesmo leitor, ambas com críticas à distribuição de cargos no Incra para simpatizantes ou membros do MST.

Mesma situação ocorre com a leitora Leila E. Leitão, de São Paulo. Ela escreve em 14 de fevereiro (“Massa de manobra”, seção Fórum de Debates, OESP: A2) cumprimentando artigo de João Mellão Neto, apelando ao “bom senso do presidente Lula” com relação ao MST. E, depois, em 13 de maio, com o título “Balela?”:

O Estadão tem sido importante nos esclarecimento sobre o MST, trazendo a público diferentes opiniões em entrevistas, editoriais e reportagens, dando-nos a oportunidade de avaliá-lo.

A coincidência faz pensar se a utilização do espaço de cartas, longe de se constituir numa maneira de democratizar as opiniões publicadas em *O Estado de S. Paulo*, não serviria, ao contrário, para uniformizar as repercussões manifestadas pelos leitores em relação ao que aparece nos editoriais, reportagens, artigos e colunas, fazendo chegar aos leitores uma opinião majoritariamente em linha com o pensamento do jornal.

1.6 Estratégia interna do ator político OESP

Como se viu, a análise do episódio das nomeações para o MDA e o Incra permitiu a observação do agendamento temático ao longo do ano e a predominância, em vários gêneros jornalísticos, de opiniões que reafirmam a posição ideológica de OESP. Para isso, aparentemente o jornal fez uso de uma lógica interna de

apresentação e reapresentação do tema, ao longo do ano por meio de seus editoriais, da editorialização de reportagens, da criação de notícias, do uso de fontes não identificadas, dos colunistas e articulistas de sua confiança, e das cartas que seleciona para publicar. Como consequência, o jornal apresenta aos leitores, continuamente, a sua opinião.

Considerando-se mais sábio que o governo eleito para nomear seus escalões ou demitir seus quadros, o jornal reafirma seu papel de ator político.

No Capítulo 3, será apresentada uma análise das construções retóricas utilizadas por OESP na expressão de suas posições políticas quanto às nomeações para o MDA e o Incra, com base nas estratégias propostas por Albert Hirschman em *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça* (1992).

Capítulo 2. O presidente da República e o boné do MST na visão de *O Estado de S. Paulo*

A imprensa ficou com medo porque o Lula vestiu o boné. Foi uma mensagem emblemática: “Esses são meus aliados”. E a burguesia não aceita isso.

João Pedro Stédile



Figura 6. Foto 1 (à esquerda) e Foto 2 (à direita) publicadas em OESP, 3/7/2003, Capa, com a legenda: *Tensão – Grupo treinava com armas pesadas no Pontal enquanto Lula (foto menor) recebia o MST e um boné do movimento.*

No dia 2 de julho de 2003, ao receber uma comitiva de líderes do MST, no Palácio do Planalto, em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi presenteado com um boné do movimento. Vestiu-o por cerca de três segundos (conforme descrição das reportagens à época), antes de prosseguir com a audiência.

O flagrante do presidente com o boné do MST foi registrado por fotógrafos e cinegrafistas e, em OESP, uma foto desse ato foi publicada no dia seguinte, na capa (Figura 6, Foto 1). A partir desse uso do boné, teve início um debate do qual participaram integrantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o jornal OESP e outros veículos de comunicação.

O objetivo deste capítulo é analisar o papel de ator político de OESP ao dar sua visão sobre as relações entre o governo federal e o MST a partir do gesto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de vestir o boné do movimento, observando não só as referências em texto, mas também as fotos publicadas.

Como consequência e estimulada pelo episódio, a oposição, no dia seguinte, apresentou e aprovou na Câmara dos Deputados a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os atos do MST –chamada por integrantes do PT de a “CPI do Boné”.

Diferentemente das nomeações para o MDA e o Incra, atos que fazem parte da rotina esperada para o cargo de chefe do Poder Executivo, o gesto do presidente originou-se de sua vontade pessoal, que poderia estar reafirmando uma afinidade política histórica. Afinal, a aproximação do PT e seus integrantes com o MST é bastante conhecida, conforme relato de Stédile e Fernandes em *Brava gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*:

Por acreditar no caráter classista do PT, ajudamos a fundá-lo em vários lugares. Muitas lideranças que surgiram da luta pela terra passaram a militar no partido, como dirigentes ou como parlamentares. A proposta de reforma agrária do PT também sempre esteve muito próxima à do MST. Algumas vezes, até mais radical. (1999: 36)

Para o jornal, o gesto do presidente proporcionou uma oportunidade para externar sua insatisfação contra a aproximação do presidente com o MST e o reconhecimento desse movimento como interlocutor para os temas agrários.

O tratamento dado pelo jornal ao gesto do presidente materializou-se no fluxo de apresentação e reapresentação do tema e majoritariamente de sua opinião, nos vários gêneros jornalísticos das edições, por dias consecutivos, durante 17 edições, concentradas nos meses de julho e o começo de agosto.

2.1. O boné do MST em OESP, de julho a dezembro: 119 citações

Em *O Estado de S. Paulo*, a citação da palavra “boné”, suas variações “bonés” e “bonezinho”, ou que diziam respeito claramente ao episódio do MST mesmo sem dar nome ao objeto, apareceu 119 vezes ao longo de 17 edições¹. O tema esteve presente em 27 reportagens, mereceu 2 editoriais, esteve em 9 colunas (seis delas diárias e três no Caderno 2), em 4 artigos de opinião e 10 manifestações nas seções reservadas às cartas de leitores (duas no Fórum de Debates e oito no Fórum dos Leitores).

A listagem completa das menções encontradas sobre o episódio está no Anexo 2, agrupada em quadros nesta ordem: editoriais, reportagens, artigos de opinião, colunas diárias, colunas semanais fixas, Fórum de Debates e Fórum de Leitores.²

A opinião de OESP sobre o gesto do presidente foi externada no editorial “Rendição Incondicional”, de 4 de julho de 2003, exclusivamente dedicado ao tema. Nele, em síntese, o jornal condena a ação do presidente, afirmando que o

¹ As citações apareceram nos dias 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 15, 28 de julho; 3, 4 e 6 de agosto; 4 de setembro; 21 de novembro; 21 de dezembro; 26 e 31 de dezembro de 2003.

² Citações feitas por diferentes sujeitos, dentro de um mesmo texto, aparecem separadas. Também estão separadas as menções individuais de personalidades sobre o tema (seja em forma de narração indireta ou quando a opinião aparece em forma de aspas) e àquelas feitas pelo próprio jornal (no texto do repórter). Cada texto recebeu uma numeração dentro do gênero em que se encontra. Para cada um deles, está identificada a página de publicação e a data da edição.

A observação do material coletado demonstra a desproporção entre o espaço reservado às críticas ao gesto do presidente - portanto, em sintonia com o pensamento de OESP - e para a opinião de quem não se importa ou aprova o uso do boné. Do total de 77 manifestações em texto, 63 reafirmaram a linha editorial do jornal (**81,8%**). Em apenas 14 oportunidades, foram publicadas manifestações que discordaram da opinião do jornal (18,2%). Essas manifestações discordantes apareceram 12 vezes em reportagens, e foram feitas pelas seguintes vozes:

- Líder do governo na Câmara, Aldo Rebelo, do PC do B
- Presidente do PT, José Genoíno (duas vezes)
- Ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu (título, texto e janela)
- Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues
- Assessor Especial da Presidência, Frei Betto
- Senador Aloizio Mercadante, do PT
- Líder do governo no Congresso, senador Amir Lando, do PMDB
- João Pedro Stédile, líder do MST

Como visto, o jornal registrou opiniões contrárias apenas de integrantes do governo (três), políticos da base partidária do governo (quatro) e de um líder do MST. As outras três manifestações discordantes da linha editorial do jornal apareceram em forma de uma carta de leitor, na coluna de Verissimo, no Caderno 2, e num texto-legenda do próprio jornal para quatro fotos que mostram o presidente vestindo ornamentos diversos na cabeça (a análise dessas fotos e a reprodução do texto estão no item 2.4 deste capítulo).

Os leitores de OESP, portanto, não leram nenhum artigo de opinião, nenhuma menção em coluna diária, nem qualquer manifestação de outros integrantes da sociedade brasileira, que não os aliados e integrantes do governo, de forma favorável à aproximação do presidente da República com o MST, materializada no uso do boné do movimento pelo presidente.

Novamente, a exemplo do episódio das nomeações para MDA e Inbra (Capítulo 1), a apresentação por OESP de uma pequena cota (18,2%) de fontes com versões discordantes à sua reforça a impressão de uma deliberada tentativa do

jornal de parecer aos leitores que esta é a posição majoritária, e portanto correta, seguida pela grande maioria da sociedade.

Para além dos textos, ganharam destaque nas páginas de OESP várias fotografias relacionadas ao uso do boné do MST. A análise desse recurso à fotografia é apresentada nas seções 2.2, 2.3 e 2.4 deste capítulo.

2.2 O boné do MST na cabeça do presidente da República, em abril, na capa de OESP: sem comentários



Figura 8. Foto 3, publicada em OESP, 8/4/2003: Capa, com a legenda: *Festividade – O presidente no Instituto Butantã: promessas a crianças e adolescentes.*

No dia 7 de abril de 2003, durante uma solenidade no Instituto Butantã, em São Paulo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi agraciado com um presente, entregue por uma criança. Depois de ter o acesso permitido ao local reservado às autoridades, um menino, de provavelmente 6 anos, vestindo camiseta branca, colocou sobre a cabeça do presidente da República um boné, vermelho, que trazia na frente um círculo branco com um mapa do Brasil sobre ele.

A foto desta cena, reproduzida acima (Figura 8), estampada no dia seguinte na capa do jornal *O Estado de S. Paulo*, permitiria a um leitor mais atento a identificação do símbolo colocado sobre a cabeça do presidente: o boné do

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), considerado o mais importante e atuante movimento de luta pela reforma agrária no Brasil. No entanto, aquilo que poderia ser alvo de destaque – o presidente da República ostentando, em uma solenidade oficial, o boné de um movimento social acusado por seus opositores de ilegalidade e de violência em muitas de suas ações – passou completamente despercebido.

Ao lado do presidente, destaca-se a presença do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Apesar de ter a boca encoberta pelo braço esquerdo do menino, é possível perceber, pela expressão dos olhos, que o governador ri da cena. Sorrindo também está o presidente, que segura com as duas mãos uma bandeira vermelha, não identificada, que poderia ser do PT ou do MST.

Nenhum desses elementos, no entanto, foi destacado por OESP naquele dia, já que não havia qualquer menção ao gesto nem na legenda da foto, nem em título ou texto da capa ou mesmo no interior do jornal. A legenda dada pelo jornal à foto foi: “Festividade – O presidente no Instituto Butantã: promessas a crianças e adolescentes”.

Ao lado da foto, no alto da capa, o jornal trazia o título “*Lula faz balanço: ‘O mundo voltou a acreditar no Brasil’*” – referência a um pronunciamento do presidente em cadeia nacional de rádio e televisão no dia anterior. As demais fotos destacadas na capa daquela edição traziam um palácio iraquiano destruído pela guerra, agentes sanitários inspecionando bagagens no aeroporto de Cumbica, em Guarulhos (SP), e uma panorâmica de Machu Picchu, anunciando uma reportagem de turismo.

Apesar da ausência de chamadas para matérias sobre o MST na capa, duas reportagens publicadas com destaque na página A9 davam uma noção de como o jornal estava vendo a questão agrária naquele mês no país. A principal delas fazia referência à polêmica sobre a nomeação de pessoas com alguma vinculação com o MST para o Incra, órgão do governo responsável, dentre outras coisas, pelas desapropriações de terras.

O texto trazia como título “Incra nomeia mais 4 diretores ligados a sem-terra”. E, no subtítulo: “Dos 29 superintendentes regionais do órgão, 26 têm raízes no MST, Pastoral ou Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura” (Ver Capítulo 1).

Chama a atenção na página A9 uma fotografia (Figura 9), colorida, de um líder do MST (João Paulo Rodrigues), de camisa vermelha, fazendo o tradicional gesto de colar os dois dedos indicadores das mãos para significar “unidos”. Atrás dele, bastante visível, a bandeira do MST, com o mesmo símbolo presente no boné do movimento entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva: um mapa do Brasil em verde e, dentro dele, a reprodução em desenho de um homem com chapéu apontando um facão para cima, ao lado de uma mulher. A inscrição diz “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Brasil”.



Figura 9. Foto 4, publicada em OESP, 8/4/2003: A9.

Na mesma página, outra matéria com o título “Tocaia mata outro líder rural no Pará” possibilitava uma amostra da conotação de violência constante envolvendo o tema da reforma agrária no país, sobretudo nas edições de OESP. Para se ter uma idéia, reproduzimos alguns títulos de notícias do próprio jornal *O Estado de S. Paulo*, naquele mesmo mês de abril:

- MST faz a décima ocupação em PE
- Pastoral acusa fazendeiros de formar milícias
- Movimentos sociais já dão sinais de impaciência
- Sem-terra invadem a sede do Incra no Recife
- Número de invasões quadruplicou no governo Lula
- Para UDR, ministro é cúmplice do MST

Nada disso, no entanto, foi suficiente para que o jornal destacasse o fato de o presidente da República ter vestido publicamente o boné do MST, tendo ao seu lado o governador de São Paulo. A reação do jornal seria bem diferente três meses depois.

2.3 O boné do MST na cabeça do presidente da República, em julho, na capa de OESP: “rendição incondicional”

A apresentação de uma nova foto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o boné do MST na capa de *O Estado de S. Paulo*, em 3 de julho de 2003, ganhou amplo destaque e seria o ponto de partida de uma reação sistemática e continuada do jornal, a partir de então.

A diagramação colocou o registro fotográfico do presidente com o boné dos sem-terra ao lado de uma fotografia de oito homens mascarados, com o rosto coberto por toucas pretas, perfilados lado a lado, segurando armas de grosso calibre, tendo ao fundo árvores, numa nítida indicação de uma paisagem rural (Figura 6).

Sob as duas fotos, a legenda não identificava que grupo era aquele, mas deixava clara a relação entre os fatos, ao dizer: “Tensão – grupo treinava com armas pesadas no Pontal enquanto Lula (foto menor) recebia o MST e um boné do movimento”.

Acima das duas fotos a manchete em seis colunas destacava: “MST vai a Lula, mas nega trégua”. Debaxo da foto do presidente, o título ainda não dava a entender quem seriam os mascarados armados: “Milícia pratica tiro ao alvo em fazenda de SP”. Somente na oitava linha do pequeno texto que acompanhava esse título vinha a informação: “(...) O grupo, *pago por fazendeiros, se destina a evitar*

ocupação por sem-terra e usa até armas restritas às Forças Armadas.”(Grifos nossos)

Para quem olhava a capa de OESP, porém, seria difícil não associar os mascarados de arma em punho ao MST, e sua negação de trégua (que significa, portanto, a manutenção da guerra), ao tiro ao alvo. Em meio a esse contexto, aparece a fotografia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de boca entreaberta e, graças à composição na página, com o olhar direcionado para a foto da milícia armada, segurando uma bola de futebol, com a mão esquerda, e a aba do boné do MST, com a mão direita.

Conforme observa Kossoy:

(...) são muitas as possibilidades de manipulação elaboradas pelos meios de comunicação impressa. Desde sempre as imagens foram vulneráveis às alterações de seus significados em função do título que recebem, dos textos que “ilustram”, das legendas que as acompanham (...) (2002: 54)

Ampliada e reproduzida rapidamente, uma foto do presidente com o boné chegou no mesmo dia do fato aos corredores do Poder Legislativo. Parlamentares de oposição apressaram-se em condenar o gesto do presidente. Um deles, o deputado federal José Carlos Aleluia, do PFL, subiu à tribuna para discursar levando nas mãos uma fotografia de Luiz Inácio Lula da Silva vestindo o boné. A foto do deputado segurando a foto do presidente com o boné seria publicada três dias depois, em 6 de julho, na edição dominical de *O Estado de S. Paulo*.



Figura 10. Foto 5 (primeira à esquerda), Foto 6 (segunda foto, da esquerda para direita), Foto 7 (terceira foto, da esquerda para direita) e Foto 8 (última à direita), publicadas em OESP, 4/7/2003: A4.

Na edição seguinte à publicação da fotografia do presidente vestindo o boné do MST na capa do jornal, em 4 de julho *O Estado de S. Paulo* apresentou uma seqüência de quatro fotos em que o presidente aparece vestindo dois bonés, um chapéu e uma boina (Figura 10). Todas apresentam um corte fechado, indo da altura do peito ao rosto do presidente. A primeira foto é a do menino vestindo o boné do MST no presidente, em São Paulo, ao lado do governador Alckmin, que, conforme mostrado anteriormente (2.2), havia passado despercebida pelo jornal. Foi republicada em preto-e-branco, em menor proporção e editada com corte diferente do primeiro (Figura 10, Foto 5).

A fotografia seguinte, com data de 12 de abril de 2003, mostra o presidente em Londrina, no Paraná, usando um chapéu de vaqueiro (Figura 10, Foto 6). A foto seguinte traz o presidente de terno e gravata, mas com colares e usando uma boina, provavelmente de crochê, identificada pelo jornal como “chapéu típico do candomblé”³ (Figura 10, Foto 7). Nessas três primeiras fotografias, chama a atenção a expressão descontraída do presidente, que aparece sorrindo.

Quando não o faz (no caso da foto com o chapéu de vaqueiro), é possível perceber o sorriso no rosto de uma pessoa atrás dele, um indicativo de uma reação

³ Há uma divergência quanto à data da foto, identificada por OESP nos créditos como sendo de 21 de março de 2003 e, na legenda, como sendo de 21 de abril.

comum de quem via o presidente com um vestuário tão pouco tradicional. O texto sobre as fotos permite saber que o fato ocorreu numa exposição agropecuária.

A próxima fotografia mostra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursando, à frente de um microfone, vestindo um boné com a inscrição “CONTAG”, que vem a ser a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Figura 10, Foto 8). A expressão do presidente é a mais tensa dentre as quatro fotos expostas. Ao conjunto de fotos, OESP deu o título de “De cabeça feita” e acrescentou um texto em forma de box, na metade inferior da página A4 (Figura 10):

Ao pôr na cabeça o boné do MST, anteontem, o presidente Lula repetiu um gesto que, em seus seis meses de presidência, já se tornou comum. Em abril, no Dia Mundial da Saúde, um menino o presenteou com outro boné do MST. Dias depois, em Londrina (PR), ele desfilou com chapéu de vaqueiro dado por um empresário na 43ª Exposição Agropecuária . No Planalto, depois, ele divertiu-se com colares e chapéu típico do candomblé, na instalação da Secretaria da Igualdade Racial. E em maio ele falou no encerramento do Grito da Terra com o boné da Contag. (OESP, 4/7/2003: A4. Grifos nossos)

O trecho grifado acima aparece na forma de afirmação do próprio jornal. Como vimos anteriormente, esta é a única vez em que o jornal faz descrição semelhante que, de certa forma, atenua o gesto do presidente e suas implicações. Esta abordagem para o fato somente apareceria, em poucas oportunidades, na voz de integrantes do governo ou de seus aliados.



Aleluia com foto na tribuna: 'Equívocos do governo nos favorecem'

Figura 11. Foto 9, publicada em OESP, 6/7/2003: A7.

Na primeira edição dominical, posterior ao caso “boné do MST”, em 6 de julho de 2003, o *Estado de S. Paulo* dispensou sete páginas para publicação de matérias a respeito do tema agrário, das ações do MST e sobre o uso do boné. Alguns dos títulos de reportagens daquela edição permitem obter uma idéia do teor dos textos, que procuravam destacar a crise pela qual o governo estaria passando e que teria sido agravada pelo episódio do boné:

- Lua-de-mel acaba e crises já atormentam Lula
- Estilo informal provoca atritos e dores de cabeça
- “Situação preocupa e há risco de conflito armado”
- QG de Rainha já custou R\$ 170 mil ao contribuinte
- Assentamento Itamarati ou “levaram o presidente no bico”

Na página A7 da edição de 6 de julho, a matéria principal noticiava o suposto fortalecimento da oposição ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva em razão dos episódios envolvendo o presidente. Com o título de “Inferno astral de Lula embala a oposição”, a abertura do texto dizia que “A oposição voltou ao mapa da política nacional. Menos por seus méritos do que pelos erros do governo”. Logo em seguida, o texto afirmava que:

Na terça-feira, a pesquisa CNI/Ibope apontou a primeira queda na popularidade do governo, cuja aprovação caiu de 75% para 70%. No dia seguinte, *uma polêmica engolfou o governo após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocar o boné do Movimento dos Sem-Terra (MST) numa recepção festiva aos seus dirigentes no Palácio do Planalto. Tucanos e pefelistas não perderam tempo e, em menos de 24 horas, conseguiram criar no Senado uma CPI para investigar o MST. Em três dias, o governo foi para a berlinda e a oposição ficou com a ribalta.* (Bressan, Silvio. “Inferno astral de Lula embala a oposição”, OESP, 6/7/2003: A7. Grifo nosso.)

Não por acaso, a fotografia que ilustrava esta notícia mostrava o deputado José Carlos Aleluia, do PFL, discursando na tribuna do parlamento segurando uma reprodução da fotografia do presidente vestindo o boné do MST (Figura 11). A edição de 3 de julho de 2003 mostra que o deputado fez referência ao fato já no mesmo dia em que o presidente vestiu o boné do MST. O texto diz que:

(...) também o líder do PFL na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (BA), fez duro discurso em plenário condenando o gesto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de usar o boné do Movimento dos Sem-Terra (MST) e informou que também colecionava assinaturas para a CPI. “Estou indignado”, disse ele, exibindo a foto de Lula ao lado dos sem-terra e de boné na cabeça. (Madueño, Denise. “Oposição pede CPI para apurar invasão de terras”, OESP, 3/7/2003: A5)

Note-se, portanto, que o deputado não esperou o dia seguinte e a publicação da foto nos jornais para expô-la a seus colegas. A fotografia que segura com a mão esquerda é uma reprodução em papel, ampliada imediatamente após a cena ter ocorrido no Palácio do Planalto. Atentos aos possíveis efeitos favoráveis com a exploração política da cena, devidamente registrada por fotógrafos e cinegrafistas, os opositores do governo obtiveram a fotografia e encarregaram-se de sua difusão instantes depois.

Para as posições políticas de OESP, o potencial da foto ganhou ali o reforço da ação protagonizada pelo deputado, que não se contentou em descrever com palavras ao atribuir valor negativo ao gesto do presidente. Foi preciso mostrá-lo, registrado em papel, como quem exhibe a prova de um crime para os membros de um júri. A exibição da cena comprova o uso do boné, mas, aparentemente, traz a conotação de uma ilegalidade. Afinal, não se imaginaria uma exposição de foto do presidente para elogiá-lo, para mostrar um benefício de seu governo ou um gesto seu de simpatia. A foto parece ter sido levada ali na tentativa de incriminá-lo, como se fosse o registro de um flagrante.

O gesto de expor fotos desta forma poderia lembrar a consagrada exposição da fotografia de criminosos em filmes americanos. Grudada em postes nas ruas, traz a inscrição “Procura-se!”. Passada de mão em mão, em lugares públicos, a foto precede a pergunta “Você conhece ou já viu este homem?”.

O ciclo fato-instantâneo-fotografia-difusão-repercussão pública completa-se com o registro fotográfico da cena em que o deputado segura a fotografia do presidente na tribuna. A fotografia do deputado segurando a fotografia do presidente com o boné é publicada pelo jornal e reapresentada aos leitores – a legenda fala em “equivocos do governo” – alimentando uma visão negativa do episódio e eventualmente contribuindo para a construção de uma interpretação hegemônica do fato, materializado na foto, e já reprovado pelo jornal: a aproximação do presidente da República com o MST.

A mesma foto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vestindo o boné do MST seria exibida por OESP na edição de 3 de agosto, desta vez para ilustrar uma notícia narrando a preocupação dos investidores externos com a suposta “tensão social” então em curso no País (Figura 12, Foto 10). A reportagem principal da página traz o título de “Governo teme efeito econômico da tensão social”. Abaixo dela, um box com título “Cenário político domina atenção dos investidores”, escrito pelo correspondente do jornal em Nova York, Fábio Alves, ouve bancos de investimentos como Merrill Lynch, Royal Bank of Scotland e ABN-Amro sobre suas preocupações com a “crescente tensão social brasileira.”

O texto é ilustrado com uma arte intitulada “10 fatos que assustam os investidores”, reproduzida abaixo, dentre os quais três referem-se à questão agrária (Figura 12):

- 2 - O ministro da Reforma Agrária, Miguel Rossetto, diz que novos acampados terão prioridade sobre os cadastrados
- 5 - O líder do MST João Pedro Stédile sugere aos sem-terra promover uma guerra contra os latifúndios

O suposto fato de número 3 diz: “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva usa o boné do MST” e traz ao lado uma versão em close da foto do presidente com o boné do MST. A janela de destaque da matéria afirma: “MST já virou tema comum em N. York”. No texto, há uma frase do diretor de estratégia para mercados emergentes do Royal Bank of Scotland, Suhas Ketkar, em que diz:

“Aqui, em Nova York, os investidores estão falando todos os dias das tensões sociais e do conflito com o MST. Apesar de não ser um tema novo, a confluência com o barulho das reformas amplia o eco dessas tensões.” (Alves, Fábio. “Cenário político domina atenção dos investidores”, OESP, 3/8/2003: A4)

10 FATOS QUE ASSUSTAM OS INVESTIDORES

1 O ministro das Comunicações, **Miro Teixeira**, questiona reajustes nas tarifas telefônicas e incentiva a batalha judicial contra os contratos

2 O ministro da Reforma Agrária, Miguel Rossetto, diz que novos acampados terão prioridade sobre os cadastrados

3 O presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** usa o boné do MST

4 O deputado petista Luiz Eduardo Greenhalgh afirma que a Volkswagen terá de comprovar a posse do terreno invadido em S. Bernardo

5 O líder do MST **João Pedro Stédile** sugere aos sem-terra promover uma guerra contra os latifúndios

6 O secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, critica a Justiça por condenar o líder do MST José Rainha a 2 anos e 8 meses de prisão por posse ilegal de armas

7 Os aliados do governo no Congresso cedem à primeira pressão dos juízes na discussão da reforma da Previdência

8 A articulação política do governo é precária e falta unidade de discurso

9 Cresce a pressão dentro do próprio governo contra a política econômica "fiscalista" pilotada pelo ministro **Antônio Palocci**

10 A infra-estrutura do País é frágil e o governo parece não ter um plano para recuperar estradas ruins, modernizar portos estrangulados e afastar o risco de um apagão

Figura 12. Quadro com 10 elementos textuais e Foto 10 (presidente Luiz Inácio Lula da Silva com boné, na coluna da esquerda, junto ao nº 3), publicada em OESP, 3/8/2003: A4.

Nessa reportagem percebe-se uma nova tentativa do jornal de repercutir o uso do boné pelo presidente, ampliando uma suposta consequência negativa do gesto para além das fronteiras do País. Desta vez, como forma de chamar a atenção de seus leitores, OESP publica um raciocínio estritamente econômico, de que o episódio leva tensão aos mercados americanos e ameaça os investimentos no País.

2.4 A repetição do gesto pelo presidente e a “justaposição dos bonés simbólicos”

Apesar da ampla repercussão do fato entre julho e agosto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a usar o boné do MST ou lidar com ele em outros eventos públicos. Dois desses momentos foram registrados em fotos por OESP, em 22 novembro e 21 de dezembro de 2003.

Em 21 de novembro, uma nova menção na capa do jornal ao uso do boné seria motivada pela repetição do gesto pelo presidente numa visita ao município de Delmiro Gouveia, em Alagoas. Desta vez o jornal não obteve o registro fotográfico da cena, o que não o impediu de chamar a atenção para o fato em chamada de capa (“Lula volta a usar o boné do MST”) e num título de duas linhas, no alto da página A10 da mesma edição: “Lula volta a pôr o boné e diz que não se esquece do MST”. O texto descreve a cena desta maneira:

Lula voltou a colocar o boné do movimento – que já causou polêmica -, abraçou, cumprimentou e beijou alguns dos sem-terra. Uma mulher gritou “presidente não abandone a gente”, ao que ele respondeu: “Meu amor, eu não esqueço jamais de vocês.” (Lacerda, Ângela; Luiz, Edson. “Lula volta a pôr o boné e diz que não se esquece do MST”, OESP, 21/11/2003: A10)

Na falta de uma fotografia da cena para ilustrar a reportagem, o jornal optou por utilizar outra foto, pelo que indica o crédito, comprada da agência de notícias Reuters (Figura 13). Ela traz um dos líderes do MST, João Pedro Stédile, ao lado do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. Na cena, ambos sorriem abertamente, olhando um para o outro, e Stédile tem a mão direita colocada atrás da cabeça do ministro, como se o acariciasse.



Figura 13. Foto 11, publicada em OESP, 21/11/2003: A10.

A fotografia sugere intimidade e cumplicidade entre o ministro e Stédile. Uma interpretação mais impressionista poderia sugerir uma atitude subalterna do ministro diante de um personagem tratado pelo jornal como incitador da violência no campo e qualificado, em outras ocasiões, como “energúmeno” e “duce”.

A edição do dia 22 de novembro traria em destaque, no alto da capa, uma foto mostrando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em um novo tipo de situação envolvendo o boné vermelho do MST. A fotografia situava-se ao lado da manchete do jornal naquele dia, que dizia “Governo Lula promete terra e crédito a 530 mil famílias”, trazendo como linha de apoio o texto “Ministro não disse de onde sairá a verba para o plano, mas garantiu que está assegurada”.

A legenda da foto relatava: “Apelo – Lula cancelou cerimônia no Palácio do Planalto para visitar sem-terra em acampamento: pedido de paciência”. A foto mostra o presidente, de terno e gravata, tendo atrás de si alguns homens de terno escuros (provavelmente seguranças), ao que parece, numa tradicional cena de autoridades públicas que vão ao encontro dos populares presentes nas solenidades (Figura 14).

Cercado por várias pessoas, tendo braços estendidos sobre seus ombros e mãos em sua direção, o presidente está encarando um dos sem-terra e tem a mão direita colocada sobre o boné vermelho do MST, que esse homem veste.



Figura 14. Foto 12, publicada em OESP, 22/11/2003: Capa.

Aparentemente, o gesto do presidente sugere, ao mesmo tempo, um misto de intimidade e solenidade.

O uso do boné do MST pelo presidente ganharia outra menção na capa do jornal e, internamente, merecendo título de alto de página na edição de 21 de dezembro de 2003. Na capa, abaixo do título “Presidente quer perfeição na reforma agrária”, o texto informava:

O presidente Lula disse, ontem que quer “atingir a perfeição” na reforma agrária , ao entregar posse de uma área de 19,7 mil hectares para mil famílias sem-terra, em Mossoró (RN). No evento, ele usou, ao mesmo tempo, bonés do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte. (OESP, 21/12/2003: Capa)

Na página A10, o título da matéria resumia os fatos aos quais o jornal dava destaque: “Lula usa boné do MST e quer ‘perfeição’ no campo” O segundo parágrafo do texto descrevia que “Diante de cerca de 2 mil pessoas, ele chegou a usar, ao mesmo tempo, os bonés do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte (Fetarn).”.

A fotografia (Figura 15) mostra o presidente segurando cada boné com uma das mãos e congela o instante em que ele parece estar vestindo os dois bonés simultaneamente.



Figura 15. Foto 13, publicada em OESP, 21/12/2003: A10, com a legenda: *O presidente põe bonés do MST e da Fetarn: “Quanto mais organizados vocês estiverem, mais vamos fazer por essa parcela sofrida”.*

O fato, qualificado como “esquisita justaposição de bonés simbólicos” mereceria citação de OESP no editorial “Mudar a lógica da Reforma Agrária”:

(...) E nisso o presidente Lula demonstrou inteira concordância com as avaliações mais abalizadas de especialistas, embora, depois, no calor de Mossoró, não mitigado pela esquisita justaposição de bonés simbólicos (do MST e da Fetarn - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte) em sua cabeça, tenha S. Exa. dado vazão ao excesso de “felicidade” por que está passando e à euforia de quem pretende “atingir a perfeição” (antes assim!). (OESP, 26/12/2003:A3)

A mesma foto do presidente, com um corte um pouco mais fechado em seu rosto, estaria presente na última edição do ano de *O Estado de S. Paulo*. No caderno de retrospectiva de 2003, uma reportagem intitulada “Sob o boné, ambigüidades” relembra o fato, tendo como ilustração a foto em que Lula veste os bonés do MST e da Fetarn ao mesmo tempo.

2.5 A interlocução política do MST

Dentre os aspectos explorados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a recepção dada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a integrantes do MST estava a acusação de que o movimento viveria numa situação de ilegalidade. A seguir são reproduzidos dois exemplos de como OESP ressalta a falta de “personalidade jurídica” do movimento, na tentativa de desqualificá-lo como interlocutor social.

Para os líderes dessa organização que espertamente se recusa a adquirir personalidade jurídica, a fim de não ter de responder por suas violências, a intensidade cada vez maior das labaredas é o resultado esperado e bem-vindo de uma estratégia racional. (Editorial “Rendição incondicional”, OESP, 4/7/2003: A3)

Aos ruralistas, Lula, no mínimo, terá que dar o mesmo direito, visto que as classes produtoras rurais têm RG, endereço e federações constituídas; diferentemente do MST, que nem sequer tem uma personalidade jurídica. (Coluna de Sônia Racy, OESP, 5/7/2003: B2)

Essas críticas, no entanto, nunca impediram o MST de constituir-se como interlocutor na reivindicação pela reforma agrária e de ser recebido por diversas autoridades da República, a começar pelo presidente. Dentro de uma aparente estratégia de exploração das repercussões ao episódio do boné, depois do encontro com o presidente, o MST tratou de reforçar a percepção de seu reconhecimento público e agendou audiências com as direções dos outros dois Poderes, o Judiciário, na pessoa do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, e o Legislativo, chefiado pelo deputado federal João Paulo Cunha, do PT.

Como destacaram Romão e Pacífico (2003)⁴, a imagem do presidente da República com o boné do MST era a síntese da aproximação (para o jornal, indevida) de dois campos tradicionalmente opostos na sociedade brasileira: o poder constituído e o movimento social.

A imagem do presidente de terno e gravata, vestido formalmente e ocupando uma sala no Palácio da Alvorada (sic) se contrapõe ao boné vermelho, tão usado nos barracos de lona preta, onde famílias inteiras insistem em sobreviver como refugiados dentro de seu próprio país. Está montada a radiografia da desigualdade: o confronto entre posições de classe, que tem como metáfora o corpo de Lula. (Idem, “No lugar do Presidente com o boné do MST”.)

A análise dos dois encontros dos integrantes do MST com os representantes do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, que tiveram também a participação do boné do MST, está no Anexo 3.

2.6 Muitas versões para o boné em OESP, menos a do presidente

Ao longo de todo o episódio do boné do MST e de sua exploração por OESP, chama a atenção o fato de que o protagonista do episódio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não tenha sido ouvido diretamente pelo jornal a respeito do fato. Se dispensou tanto espaço, em sucessivas edições, para a análise e interpretação do gesto, seria conveniente que o jornal tivesse ao menos proporcionado a seus leitores a oportunidade de ouvir o principal envolvido para que o explicasse ou, ao menos, desse sua versão.

⁴ Romão, Lucília; Pacífico, Soraya. “No lugar do Presidente com o boné do MST”. Artigo publicado no site www.achegas.net, em 2003.

A manifestação do presidente só iria aparecer, de forma indireta, em 15 de julho de 2003, na coluna política de Dora Kramer, intitulada “Razão e preconceito”. A colunista refere-se a uma entrevista concedida pelo presidente à *Rádio BBC*, cujo teor não foi reproduzido pelo jornal. Outro espaço em que isso poderia acontecer seria a própria coluna. No entanto, não é isso que ocorre. A única menção, que é dada a conhecimento, feita pelo presidente é: “Sobre o boné propriamente dito, Lula lembrou que existem “umas 100 fotos com bonés do MST, umas 50 com a CUT e mais umas 100 com times de futebol”.’

A jornalista, no entanto, dispensa mais espaço à sua própria opinião – explicitamente contrária ao movimento e ao gesto do presidente – e ao seu juízo de valor de que o presidente “não entendeu direito o espírito das críticas feitas ao episódio da incorporação temporária do boné do MST à vestimenta presidencial.” O texto é pontuado por contraposições entre a reprodução, breve e parcial, do que teria dito o presidente na entrevista, e a “razão”, personificada na voz da jornalista:

(...) Agora, vamos à razão. Ausentou-se a racionalidade do discurso do presidente, quando da referência à existência de centenas de fotos com os bonés do MST, da CUT e times de futebol. (Coluna de Dora Kramer, “Razão e preconceito”, OESP, 15/7/2003: A6)

O leitor chega a intuir a justificativa do presidente, mas logo a seguir recebe a avaliação da jornalista:

É verdade, como diz, que “nos últimos 20 anos” pôs na cabeça chapéus e vestiu camisetas de toda gente. É fato, porém, que não era presidente da República nem tinha as obrigações e as limitações inerentes ao cargo. Se as exhibições de marcas que não sejam as institucionais já são impróprias quando exibidas pela figura presidencial, muito mais inconveniente é a exposição de letreiros de má mensagem. (Idem)

Para a jornalista, portanto, é motivo de censura o fato de o presidente receber o movimento social e vestir o boné a ele presenteado, já que ela considera ilegítimo que o presidente ostente “marcas que não sejam as institucionais”.

Esta, porém, não é a opinião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O site *Folha Online*, no dia 12 de julho (portanto, três dias antes da publicação da coluna de Dora Kramer), publica uma notícia com base numa entrevista coletiva dada pelo presidente, em Lisboa, Portugal, onde ele se manifesta sobre o episódio.

“Voltarei a usar o boné do MST”, diz o título da matéria. “Já devo ter tirado umas 200 fotos com chapéu do MST na cabeça: vou continuar pondo”, afirmou o presidente (Site Folha Online, 12/7/2003). A opinião assemelha-se com a manifestada pelo líder do MST, João Pedro Stédile (Anexo 2, Quadro 2, Texto 18): “Deve estar cansado de usar o nosso boné, pois o vem usando desde 1985”. A declaração do presidente, no entanto, não foi publicada por *O Estado de S. Paulo*.

2.7 O boné e o fluxo contínuo de reapresentação da posição política do jornal

Terminada a avaliação do segundo episódio, é possível dizer que, a exemplo do observado no Capítulo 1, aparentemente há indícios da existência de uma estratégia empreendida por OESP na organização interna de suas edições. Ou seja, ao definir o agendamento interno de um tema, o jornal passa a publicar sobre ele majoritariamente opiniões de acordo com a sua.

No caso específico do boné do MST, além do agendamento do tema pelos textos, a existência de outras fotos do presidente lidando com o boné permitiu que a divulgação da interpretação do gesto por OESP, concentrada inicialmente nos meses de julho e agosto, pudesse voltar às páginas do jornal em outras ocasiões ao longo do ano.

A partir da publicação da Foto 1 (Figura 6), que desencadeia a repercussão do fato em OESP, percebe-se o estabelecimento de uma rotina de apresentação e reapresentação do tema nos diversos gêneros jornalísticos, sucessivamente, de forma manter a exposição da linha editorial do jornal, ao longo do tempo, nas edições. No fluxograma apresentado adiante (Figura 16) percebe-se como o episódio vai sendo abordado numa seqüência de referências nos vários gêneros.

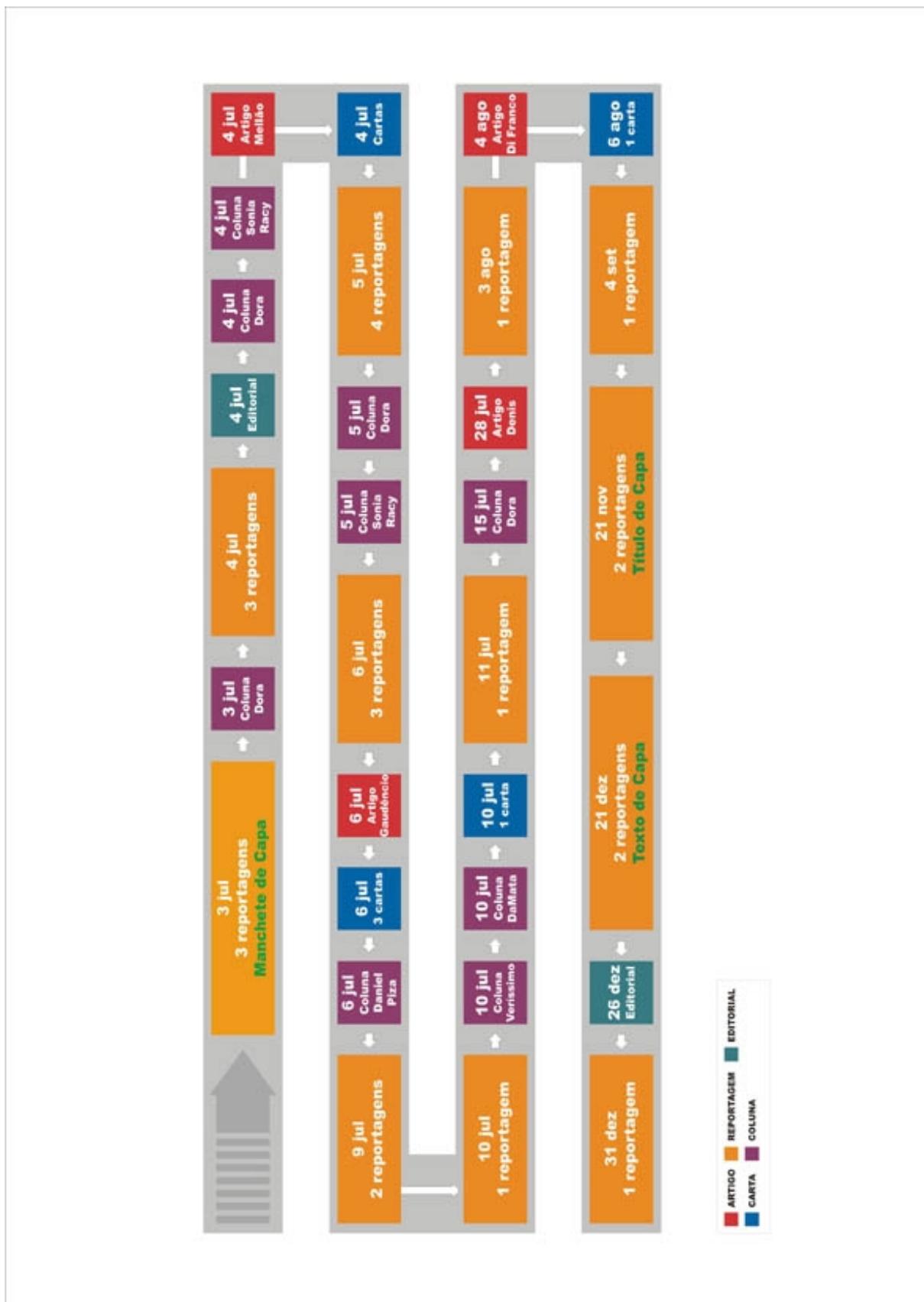


Figura 16. Fluxograma com ciclo de apresentação e reapresentação do tema “boné do MST” nos diversos gêneros jornalísticos em *O Estado de S. Paulo*, em 2003.

Mesmo que a condição de aliado do MST seja uma faceta amplamente conhecida da biografia do presidente, o jornal utiliza-se da ação de demonstração de afinidade política protagonizado por Luiz Inácio Lula da Silva para incentivar o direcionamento da opinião pública em sentido contrário. Longe de ter o gesto descrito como uma virtude democrática do presidente, por ter recebido em audiência integrantes de movimentos sociais, o jornal imputa ao gesto o caráter de “rendição incondicional” ao movimento, como diz o título do editorial sobre o episódio.

Exercendo na plenitude sua posição política favorável aos ruralistas, *O Estado de S.Paulo* praticamente acusa o presidente de imiscuir-se na ilegalidade ao receber os integrantes do movimento e vestir seu boné – uma forte analogia com “vestir a camiseta”.

No caso específico, o registro da cena em fotografia reforçou a difusão dos atributos desejados pelo jornal, que foram trabalhados e reforçados nos textos. Como afirma Boris Kossoy:

De uma forma geral – e, mais especificamente, em matérias políticas ou ideológicas - , a imagem que será aplicada a algum veículo de informação é sempre objeto de algum tipo de “tratamento” com o intuito de direcionar a leitura dos receptores. Ela é reelaborada – em conjunto com o texto – e aplicada em determinado artigo ou matéria como comprovação de algo ou, então, de forma opinativa, com o propósito de conduzir, ou melhor dizendo, de *controlar* ao máximo o ato da *recepção* numa direção determinada: são, enfim, as interpretações pré-construídas pelo próprio veículo que irão influir decisivamente nas mentes dos leitores durante o *processo de construção da interpretação*. (2002: 55. Grifos do autor.)

Ao descrever os fatos registrados pelas fotografias (o presidente com o boné do MST), o jornal procurou tirar partido da credibilidade do documento

fotográfico, ou seja, da “prova” da existência do fato, para construir a interpretação desejada. Como alerta Jorge Pedro Sousa:

(...) a noção da fotografia como espelho do real, “imagem reflectida que não mente”, está profundamente vinculada à história cultural da fotografia.”(...) lançada num ambiente positivista, a fotografia desenvolveu-se, inicialmente, numa época histórica em que o valor do fato era grande, pelo que é com alguma naturalidade que a foto – vista como um registro, funcionando como prova – se ligou à ciência, aos governos, aos militares, à indústria e, principalmente, às organizações noticiosas, envolvidas num processo de industrialização que as levaria, em relação com o positivismo, à adoção da ideologia da objetividade. O jornalismo foi, assim, uma das primeiras atividades a utilizar a fotografia: ao funcionar como prova, beneficiando do *efeito-verdade*, a fotografia credibilizaria os enunciados verbais e as representações da realidade que esses enunciados criavam, acompanhados, agora, pelas fotos.” (2000: 222-223. Grifos do autor.)

No próximo capítulo, será apresentada uma análise das argumentações do jornal sobre o episódio do boné, tendo como referência as construções retóricas identificadas por Albert Hirschman em *A retórica da intransigência – perversidade, futilidade, ameaça* (1992).

Capítulo 3. Elementos de retórica da intransigência em *O Estado de S. Paulo*

Neste capítulo, é apresentada uma análise de elementos de retórica nas argumentações de *O Estado de S. Paulo* a respeito das relações entre o MST e o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Levando-se em conta a posição política histórica de OESP, liberal, a favor do direito absoluto de propriedade e em defesa da estrutura agrária mantida no País, buscou-se analisar os argumentos que o jornal utilizaria para se contrapor às idéias e ações planejadas ou executadas pelo movimento social ou em benefício dele pelo governo federal.

Imaginava-se ser possível identificar as principais linhas de argumentação e estratégias de retórica empreendidas pelo jornal para se contrapor aos projetos de caráter mais progressista, no campo da reforma agrária, que provavelmente seriam conduzidos pelo governo do PT para atender às reivindicações do MST.

Foram selecionados para análise os três editoriais de OESP sobre as nomeações para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, e para a presidência e as superintendências regionais do Incra (ver Capítulo 1, p. 17, 18 e 19) e o editorial que tratou do uso do boné do MST pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante solenidade oficial (Capítulo 2, p. 44).

Como referencial teórico, foram utilizados os parâmetros de análise de construções retóricas propostos por Albert Hirschman em *A retórica da intransigência – perversidade, futilidade, ameaça*. Em seu estudo, Hirschman analisa 200 anos de retórica reacionária, indicando, para cada investida progressista, a entrada em cena de um movimento ideológico contrário de forte reação, que se expressa por meio de estratégias retóricas identificáveis em comum.

Minha meta é delinear os tipos formais de argumento ou de retórica, dando ênfase, pois, às posturas e manobras políticas mais importantes e provavelmente mais utilizadas por aqueles

que têm como objetivo desalojar e derrubar as políticas e os movimentos de idéias “progressistas”. (1992: 15)

Hirschman toma como base o trabalho do sociólogo inglês T. H. Marshall sobre o desenvolvimento da cidadania no Ocidente, em que propõe um esquema tríplice, de três séculos, para agrupar estágios de progresso da sociedade humana.

Segundo o esquema de Marshall, que convenientemente alocou quase um século para cada uma das três tarefas, o século XVII testemunhou as grandes batalhas pela instituição da cidadania civil – da liberdade de palavra, pensamento e religião ao direito a uma justiça eqüitativa e outros aspectos das liberdades individuais ou, de maneira geral, os “Direitos Humanos” da doutrina do direito natural e das revoluções francesa e americana. Ao longo do século XIX foi o aspecto político da cidadania, isto é, o direito dos cidadãos a participar no exercício do poder político, que fez os maiores avanços à medida que o direito de voto ia sendo estendido a grupos cada vez maiores. Finalmente, a ascensão do Welfare State, no século XX, estendeu o conceito de cidadania às esferas social e econômica, ao reconhecer que condições mínimas de educação, saúde, bem-estar econômico e segurança são básicas para a vida de um ser civilizado, assim como para o exercício significativo dos atributos civil e político da cidadania. (1992: 11-12)

A partir dessa divisão, Hirschman centrou sua atenção no que chama de “três reações” ou ondas reacionárias que se opuseram a cada movimento: a reação à afirmação da igualdade perante a lei e dos direitos civis em geral; a oposição ao sufrágio universal e a crítica contemporânea ao Welfare State: “(...) deverei concentrar-me em uns quantos argumentos comuns ou típicos que foram infalivelmente utilizados por cada um dos três movimentos reativos que mencionamos.” (1992: 15)

As três teses reativo-reacionárias descritas por Hirschman podem ser assim resumidas:

Tese da ameaça: sustenta que o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior.

(...) assevera que a mudança proposta, ainda que talvez desejável em si, acarreta custos ou conseqüências inaceitáveis de um ou outro tipo.” (1992: 73). (...) As conquistas e realizações mais antigas, alcançadas a duras penas, não podem ser tomadas como certas, e seriam ameaçadas pela nova reforma. (1992: 75)

Tese da perversidade: sustenta que qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da origem econômica, social ou política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar.

Não se afirma apenas que um movimento ou política não alcançará sua meta, ou ocasionará custos inesperados ou efeitos colaterais negativos: em vez disso, diz o argumento, a tentativa de empurrar a sociedade em determinada direção fará com que ela, sim, se mova, mas na direção contrária. (1992: 18).

Tese da futilidade: sustenta que as tentativas de transformação social serão infrutíferas, não conseguirão deixar uma marca.

(...) a tentativa de mudança é abortiva, que de um modo ou de outro qualquer suposta mudança é, foi ou será, em grande medida, de fachada, cosmética, e, portanto, ilusória, pois as estruturas “profundas” da sociedade permanecerão intactas. (1992: 43).

Hirschman sustenta que, em razão da característica própria de cada argumentação e sua relação com o tempo histórico vivido, as três teses ocorrem mais freqüentemente obedecendo a uma ordem cronológica e de distanciamento do fato em questão.

Há razões para acreditar que, antes de mais nada, em geral a ameaça será invocada antes da perversidade. A alegação da ameaça pode ser feita assim que uma nova política é proposta ou adotada oficialmente, enquanto o argumento da perversidade surgirá, normalmente, só depois que se tiverem acumulado alguns resultados infelizes da nova política. Quanto ao argumento da futilidade, é provável que desponte ainda mais tarde (...) é preciso certa distância dos acontecimentos para que alguém afirme que um grande movimento social não passou de muito barulho a troco de nada. Daí, a seqüência temporal “lógica”, talvez a mais provável, para que os diversos argumentos surjam a propósito de uma dada reforma é: ameaça, perversidade, futilidade. (1992: 112-114)

As teses também podem aparecer conjugadas:

A incompatibilidade lógica entre dois argumentos que estão atacando a mesma política ou reforma não quer dizer que ambos não serão usados no mesmo debate, às vezes até pela mesma pessoa ou pelo mesmo grupo. Os dois outros pares de argumentos – ameaça-perversidade e ameaça-futilidade – são passavelmente compatíveis e poderiam ser postos em campo com facilidade, e talvez eficácia, no combate a uma medida “progressista”. Portanto, é de certo modo surpreendente que tais combinações não ocorram com freqüência ou regularidade, ao menos não pelo que indica meu levantamento. Talvez isso resulta da questão já observada sobre a seqüência temporal: o argumento da ameaça pode ser pronunciado algum tempo antes dos outros dois. (1992: 120)

Em resumo, os argumentos das teses consistem em profetizar resultados negativos ou nulos para ações avaliadas como progressistas. Com base nisso, buscou-se identificar que conseqüências OESP atribuía a cada um dos episódios selecionados. A análise procurou demonstrar se, para se contrapor às nomeações para MDA e Incra e ao uso do boné do MST pelo presidente da República, o jornal fez uso das Teses da Ameaça, Perversidade e Futilidade, separadamente ou conjugadas.

A partir daí, foram construídos quadros, em que os fatos em análise aparecem no primeiro campo e, no segundo campo, são reproduzidas as supostas conseqüências que o jornal atribuiu a eles em seus editoriais.

3.1 A retórica de OESP sobre as conseqüências das nomeações para MDA e Incra: retrocesso, incitação à violência e ameaça ao agronegócio

Conforme análise apresentada no Capítulo 1, viu-se que o jornal *O Estado de S. Paulo* manifestou-se reiteradamente contra as nomeações de Miguel Rossetto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, de Marcelo Resende para a presidência do Incra, e dos novos superintendentes regionais do Incra em várias regiões do país.

Rossetto, que inicialmente o jornal descreve como “oriundo de uma das tendências à esquerda do PT e vice-governador de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul”, logo passaria a ser chamado nos editoriais de “militante radical”, pessoa de “má-fé” e “cavalo de Tróia do MST no governo”.

Sobre Resende, OESP destacou desde o princípio que teria “relações com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)” da Igreja Católica e que seu nome teria sido apoiado por líderes do MST.

No caso dos superintendentes do Incra, o destaque foi dado às suas supostas ligações com o MST, a CPT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), os diretórios petistas e as organizações regionais de trabalhadores rurais.

No total, o episódio das nomeações foi mencionado em 17 editoriais de *O Estado de S. Paulo*. Desses, foi feita a seleção para análise de três que eram

inteiramente dedicados ao tema, publicados nos dias 21 de fevereiro (Bomba de retardamento), 4 de setembro (A demissão certa do homem errado) e 6 de setembro (Estréia desastrosa) de 2003. (Ver reprodução dos editoriais nas páginas 17, 18 e 19)

A seguir, são apresentados os quadros com as supostas conseqüências apontadas pelos editoriais de OESP para as nomeações e sua classificação, de acordo com as teses de Albert Hirschman (Figura 17).

TESE DA AMEAÇA

Fato	Suposta conseqüência
Nomeações de pessoas aparentemente ligadas ao MST e a movimentos sociais para o MDA, presidência e superintendências regionais do Incra em todo o país	Grave retrocesso, pois liquida o sistema de preenchimento de cargos, estabelecido pelo governo anterior

TESE DA PERVERSIDADE

Fato	Suposta conseqüência
Nomeações de pessoas aparentemente ligadas ao MST e a movimentos sociais para o MDA, presidência e superintendências regionais do Incra em todo o país	<ul style="list-style-type: none"> • A escalada de violência recebe estímulo extra • Monta uma bomba de retardamento que explodirá nas mãos do governo <p>Repentino recrudescimento das invasões de fazendas produtivas, da multiplicação de acampamentos às margens das estradas, dos saques de cargas dos caminhões, das depredações de bens públicos (como cabines de pedágio) e privados (como sedes e equipamentos de fazendas) e toda a violência que levou à grande tensão no campo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fator permanente de cizânia e belicosidade no campo • Confusão levada ao campo

TESE DA PERVERSIDADE + AMEAÇA

Fato	Suposta consequência
<p>Nomeações de pessoas aparentemente ligadas ao MST e a movimentos sociais para MDA, presidência e superintendências regionais do Incra em todo o país</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atenta contra a paz social e, ao aumentar o potencial de conflito no campo, coloca em risco o setor de atividade econômica – a agricultura de escala com alto conteúdo tecnológico - que tem sustentado o crescimento do PIB nos últimos anos • Causa o sério risco de prejudicar a produtividade e afugentar os investimentos no agronegócio • Conflitos e tensão no campo, que já trazem o sério risco de prejudicar a produtividade e afugentar os investimentos no agronegócio – que tem assinalado o melhor desempenho do Brasil no comércio internacional

Figura 17. Quadros com as supostas consequências apontadas pelos editoriais de OESP para as nomeações para MDA e Incra, e sua classificação, de acordo com as teses de Albert Hirschman.

Na utilização da Tese da Ameaça, chama a atenção um aspecto que já havia sido destacado no Capítulo 1. O texto do editorial “Bomba de retardamento” – primeira vez que o jornal aborda o tema das nomeações para o Incra – faz referência a uma informação veiculada pela reportagem “Rossetto define 21 nomes para o Incra nos Estados” (Gobetti, Sérgio. OESP, 18/2/2003: A12), em que o ex-ministro Raul Jungmann¹, da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmava ter criado, dois anos antes, “uma espécie de concurso de títulos para o preenchimentos dos cargos” do Incra. A notícia dizia que: “Além de serem selecionados pelo currículo, os novos superintendentes

¹ Presidente do Incra (1996-1999) e ministro do Desenvolvimento Agrário (1999-2002).

foram avaliados de acordo com metas preestabelecidas, como número de assentamentos.” (Idem, 18/2/2003: A12).

A reportagem não fornece nenhum detalhamento sobre como seria o método do governo anterior. A obtenção de algum indício do que seria o sistema fica reservada a comentários creditados a assessores do ministro do Desenvolvimento Agrário do governo Lula, Miguel Rossetto. Segundo a reportagem, eles criticaram o método do governo anterior, dizendo que “a sistemática adotada pelo governo passado incentivava uma ‘produtividade burra’, já que ao superintendente do Incra interessava apenas elevar o número de assentados, sem se preocupar com a qualidade dos assentamentos.” (Idem, 18/2/2003: A12).

Essas informações, no entanto, serão suficientes para motivar o editorial “Bomba de retardamento” em que, no dia 21 de fevereiro, OESP irá tratar a “metodologia” de Jungmann como conquista importante do governo anterior, agora ameaçada. No editorial, há referências ao que está descrito na reportagem com coincidência de termos:

Do ponto de vista administrativo, o loteamento político das superintendências do Incra já seria um grave retrocesso, pois liquida o sistema de preenchimento de cargos, estabelecido há dois anos pelo então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, através de uma espécie de concurso de títulos e avaliação técnica dos candidatos. (Editorial “Bomba de retardamento”, OESP, 21/2/2003: A3)

A linha de raciocínio exposta por este trecho do editorial adequa-se à Tese da Ameaça, que sustenta que o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior. Mas ganha um reforço extra do jornal, pois, segundo Hirschman, a argumentação da Tese da Ameaça ganha eficácia quando há reconhecimento histórico dos feitos ameaçados pela ação em curso:

(...) o domínio da tese da ameaça é mais limitado que o dos argumentos da perversidade e de futilidade. Isso porque a ameaça

requer como pano de fundo um cenário em uma consciência históricos específicos: quando um empreendimento “progressista” está sendo defendido ou implementado em uma comunidade ou nação, é preciso que exista a memória viva de reformas, instituições ou realizações anteriores altamente apreciadas que possam, de maneira plausível, ser postas em perigo pela nova medida. (Hirschman, 1992: 107)

Portanto, a lembrança pelo jornal de uma suposta conquista do governo anterior, em forma de notícia, para ser em seguida citada como exemplo no editorial, é um artifício que permite a *O Estado de S. Paulo* legitimar sua opinião. Ou seja, se não há “memória viva” sobre as realizações da gestão do ex-ministro Raul Jungmann, o jornal encarrega-se de fornecê-la a seus leitores para, em seguida, poder evocá-la como conquista que pode estar ameaçada.

No caso da Tese da Perversidade, a argumentação do jornal é a de que há um automático aumento da tensão e violência no campo, decorrentes das nomeações. E o ponto crucial para isso é o chamado “comprometimento ideológico” dos nomeados. O editorial intitulado “Bomba de retardamento” analisa que o ministro:

(...) revela uma grande confusão conceitual e *um perigoso comprometimento ideológico* com o processo de reforma agrária, que para ser bem-sucedido exige, antes de mais nada, definição clara de objetivos e critérios técnicos. (OESP, 21/2/2003: A3. Grifos nossos.)

Mais adiante, o mesmo editorial afirma parecer que o ministro “acredita que sua afinidade ideológica com o MST basta para garantir a tranquilidade no campo.” Completando que “o que está na raiz dessa violência (no campo) é a ideologia revolucionária da liderança do MST, que objetiva a destruição do regime democrático e representativo que o PT agora conduz.” (Idem, 21/2/2003: A3)

Chama a atenção o fato de o jornal referir-se a “critérios exclusivamente ideológicos” usados nas nomeações, como se, a seu ver, a ideologia só ocorresse

com a nomeação de pessoas de esquerda. Esse vínculo, no entanto, teria potencial desestabilizador para as instituições do país, segundo *O Estado de S. Paulo*, que no título do editorial se refere a ele como uma “bomba de retardamento”.

Como destaca Hirschman, os custos inesperados ou efeitos colaterais negativos de medidas supostamente progressistas – neste caso, a suposta escalada da violência gerada pelas nomeações de militantes de esquerda e da ala progressista da Igreja para cargos no Incra – são uma argumentação coerente com a Tese da Perversidade.

O jornal também fará uso da Tese da Perversidade somada à Tese da Ameaça ao dizer que as nomeações “comprometidas ideologicamente” não só trarão ameaça à paz social e levarão conflito ao campo, como também atentarão contra outra conquista que o jornal julga importantíssima: a performance sócio-econômica do agronegócio exportador.

No trecho reproduzido a seguir, o jornal deixa claro o modelo que defende para a estrutura fundiária no país, qual seja, o das grandes propriedades, detentoras de tecnologia e exportadoras.

Isso porque atenta contra a paz social e, ao aumentar o potencial de conflito no campo, coloca em risco o setor de atividade econômica – a agricultura de escala com alto conteúdo tecnológico - que tem sustentado o crescimento do PIB nos últimos anos, fornecendo alimentos baratos e ajudando substancialmente o País a equilibrar suas contas externas. (Editorial “Bomba de retardamento”, OESP, 21/2/2003: A3)

A mesma argumentação seria utilizada no editorial “A demissão certa do homem errado”, de 4 de setembro, a pretexto da demissão do superintendente do Incra, Marcelo Rezende, e sua substituição por Rolf Hackbart:

Certamente, foi tendo em vista diminuir essa tensão, que já causava o sério risco de prejudicar a produtividade e afugentar os investimentos no agronegócio, setor em que o Brasil consegue assinalar, de longe, o seu melhor desempenho no comércio

internacional, que o presidente Lula decidiu demitir o presidente do Incra, Marcelo Resende, colocando em seu lugar o economista Rolf Hackbart, da equipe de assessores técnicos do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). (OESP, 4/9/2003: A3)

Reivindicando para si a autoridade de ditar os rumos do governo e a competência de saber o que é mais correto para o país, *O Estado de S. Paulo* afirma não ter ficado completamente satisfeito com a troca no Incra já que o novo presidente do órgão afirmou que manteria os 21 superintendentes regionais nomeados pelo antecessor. Por isso, diz o jornal, “na melhor das hipóteses essa aparente correção de rumos do governo ficou – ou ainda está – pela metade”.

A conjugação entre a Tese da Perversidade e da Ameaça voltaria a ocorrer no editorial “Estréia desastrosa”, de 6 de setembro, quando o jornal utiliza, inclusive, a palavra “tese” para referir-se a suas idéias, e novamente insinua um pedido de demissão do ministro Miguel Rossetto.

Aqui já dissemos que na substituição do presidente do Incra o governo fizera a “demissão certa do homem errado”, visto que, para diminuir os conflitos e a tensão no campo, que já trazem o sério risco de prejudicar a produtividade e afugentar os investimentos no agronegócio – que tem assinalado o melhor desempenho do Brasil no comércio internacional –, o substituído deveria ter sido o próprio ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. Rolf Hackbart, mais cedo do que poderíamos supor, *confirmou, plenamente, a nossa tese*. (OESP, 6/9/2003: A3. Grifos nossos.)

3.2 A retórica de OESP sobre as conseqüências do uso do boné do MST pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva: violência, “salvo-conduto para a baderna” e ameaça à economia rural brasileira

Como visto no Capítulo 2, o gesto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de vestir o boné do MST em solenidade no Palácio do Planalto foi traduzido por *O Estado de S. Paulo* como respaldo do presidente ao movimento. Para o jornal, a atitude do presidente, dentre outras coisas, significou uma “rendição incondicional” do governo ao MST, sinalizando positivamente para o aumento da violência atribuída àquele movimento social ou efetivamente praticada por ele.

O gesto do presidente foi citado em dois editoriais de OESP, sendo um deles dedicado especificamente ao tema. Da mesma forma que no caso das nomeações para MDA e Incra, o editorial intitulado “Rendição incondicional”, publicado no dia 4 de julho de 2003, foi analisado na busca de elementos da retórica da intransigência.

A análise procurou demonstrar se, para se contrapor a um eventual sentido positivo no gesto do presidente, o jornal fez uso da teses da Ameaça, da Perversidade e da Futilidade, conjugadas ou separadamente. Nos quadros abaixo, aparecem o fato, na primeira coluna e, na segunda, as supostas conseqüências que o jornal atribuiu a ele no editorial (Figura 18):

TESE DA AMEAÇA

Fato	Suposta conseqüência
O presidente Lula vestiu o boné do MST ao receber os integrantes desse movimento social em Brasília	MST vai revolucionar a economia rural brasileira, um caso reconhecido de sucesso

TESE DA PERVERSIDADE

Fato	Suposta consequência
O presidente Lula vestiu o boné do MST ao receber os integrantes desse movimento social em Brasília	<ul style="list-style-type: none"> • Rendição incondicional ao MST • Desdobramentos potencialmente desastrosos • Está querendo acabar com um incêndio lançando gasolina sobre as chamas • O governo age na contramão do que ele próprio reconhece existir - as tensões prontas a rebentar no campo • O presidente concedeu-lhe (ao MST), mais do que legitimidade, um salvo-conduto para a baderna • A escalada da violência • Tragédia que se anuncia

TESE DA PERVERSIDADE + AMEAÇA

Fato	Suposta consequência
O presidente Lula vestiu o boné do MST ao receber os integrantes desse movimento social em Brasília	O presidente endossa o que apregoa o MST e seu pedido por reforma agrária, um falso problema diante do sucesso reconhecido no mundo do agronegócio brasileiro que, dentre outras coisas, fez cair os preços dos alimentos, poupando da fome a população que vive abaixo da linha de pobreza

Figura 18. Quadros com as supostas consequências apontadas pelos editoriais de OESP para o uso do boné do MST pelo presidente da República, e sua classificação, de acordo com as teses de Albert Hirschman.

Em síntese, para *O Estado de S. Paulo*, por ter vestido o boné do MST, o presidente cometeu um gesto de rendição incondicional, que daria aval aos métodos do MST, a seus pedidos de reforma agrária, incentivaria a violência no campo e, em consequência disso, ameaçaria a economia rural e todo o sistema de propriedade do país.

A atitude do presidente, para o jornal, é reprovável a começar pelo reconhecimento do movimento como interlocutor. A recepção e os gestos de cordialidade com o MST careceriam de eventuais aspectos positivos a serem ressaltados como, por exemplo, a visão democrática do presidente ou sua atenção às reivindicações sociais. Antes, e em sintonia com a Tese da Perversidade, são para *O Estado de S. Paulo* uma caminhada na direção oposta, um sinal verde para a “baderna” desse “autêntico partido revolucionário”.

Noutro trecho, após rápida comparação entre as relações do MST e os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, o jornal faz uso da Tese da Ameaça, ao demonstrar seu temor diante de uma possível guinada de rumos da política agrária federal na direção do que prega o MST, contrapondo-se, em sua visão, ao “agronegócio brasileiro, um sucesso no mundo”:

Antes, o presidente era um inimigo, e as ocupações de propriedades, que culminaram com a humilhante tomada de uma fazenda de que é sócio em Minas Gerais, também se destinavam confessadamente a infernizar-lhe o mandato. Agora, o presidente é um “companheiro”, e as invasões – como afirma d. Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra – têm o propósito igualmente assumido de ajudá-lo a resolver os problemas no campo, isto é, levá-lo a adotar as políticas para o setor rural do agrado do MST. Às vezes, mas não sempre, Lula transmite a impressão de saber que não há nenhum “problema no campo” de natureza econômica. O agronegócio brasileiro é um sucesso reconhecido no mundo. A sua

modernização, nos últimos 30 anos, foi de tirar o fôlego. Graças a isso, o preço dos alimentos caiu em termos reais a tal ponto que poupou da fome “africana” a parcela da população que figura nas estatísticas como vivendo abaixo da linha da pobreza. (Editorial “Rendição incondicional”, OESP, 4/7/2003: A3)

Diante disso, *O Estado de S. Paulo* não vê razões para a realização da reforma agrária:

Nessa perspectiva, a reforma agrária é um falso problema e um fundamento falso para a retórica dos Stédiles e Rainhas. O problema verdadeiro no mundo rural do Brasil é exclusivamente social, e em nenhuma hipótese poderá ser resolvido da forma que o MST apregoa e o presidente da República implicitamente endossa. (Idem, 4/7/2003: A3)

3.3 Intransigência em colunas, artigos e cartas

Restringindo a análise aos dois episódios já mencionados – as nomeações para MDA e Incra e o uso do boné do MST pelo presidente da República – foi observado se a utilização da Retórica da Intransigência ocorreria também em colunas, artigos e cartas, gêneros jornalísticos explicitamente opinativos e sob estrito controle da direção do jornal.

Nos quadros a seguir (Figura 19), aparecem trechos selecionados de alguns textos desses gêneros jornalísticos sobre os dois episódios, que aparecem identificados entre parênteses na segunda coluna. Na primeira coluna, está o fato em questão.

Nomeações para MDA e Incra: PERVERSIDADE

Fato	Suposta consequência
<p>Nomeações de pessoas aparentemente ligadas ao MST e a movimentos sociais para o MDA, presidência e superintendências regionais do Incra em todo o país</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O MST retribuiu a sua infantil gentileza promovendo as maiores invasões e tumultos de toda a sua história. (Artigo de João Mellão Neto, OESP, 4/7/2003: A2) • Depredações e ocupações e prédios do Incra e a promessa de um mês de abril pleno de invasões. (Coluna de Dora Kramer, OESP, 7/3/2003: A6) • Explica a atual leniência com as invasões de terra (Coluna de Maílson da Nóbrega, OESP, 6/4/2003: B10) • <i>(Nomeações)</i> seguem a ‘sintonia’ envolvendo as trincheiras a derrubar”² (Carta de Domingos S. Salvestrini, OESP, 9/3/2003: A2)

Nomeações para MDA e Incra: AMEAÇA

Fato	Suposta consequência
<p>Nomeações de pessoas aparentemente ligadas ao MST e a movimentos sociais para o MDA, presidência e superintendências regionais do Incra em todo o país</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ameaça à agropecuária brasileira³ (Carta do leitor Ralph Rosário Solimeo, OESP, 12/5/2003: A3)

² O trecho publicado da carta diz: “Há pouco tempo, o PT reclamava que algumas medidas do governo FHC representavam o quadro da “raposa tomando conta do galinheiro”. Parece que os petistas assimilaram corretamente a lição, pois as nomeações para o comando do Incra são pinturas de mestre. “As mudanças prometidas seguem a ‘sintonia’ envolvendo as trincheiras a derrubar”, segundo o filósofo italiano Antonio Gramsci. Aguardemos.” (Carta do leitor Domingos Salles Salvestrini, 9/3/2003: A2)

³ O trecho publicado da carta diz: “Considerada a desenvoltura com que o Movimento Stalinista se vem comportando, estimulado e protegido pelos órgãos de governo que deveriam controlá-lo, creio ser mais prudente investir na agropecuária argentina (...) (Carta do leitor Ralph Rosário Solimeo, 12/5/2003: A3)

Nomeações para MDA e Incra: PERVERSIDADE + AMEAÇA

Fato	Suposta consequência
Nomeações de pessoas aparentemente ligadas ao MST e a movimentos sociais para o MDA, presidências e superintendências regionais do Incra em todo o país	<ul style="list-style-type: none"> • O aval ao projeto revolucionário da Democracia Socialista e do MST ameaça a paz no campo e as chances da agricultura nacional na guerra comercial mundial. (Artigo de José Nêumanne, OESP, 12/3/2003: A2)⁴

Uso do boné do MST: PERVERSIDADE

Fato	Suposta consequência
O presidente Lula vestiu o boné do MST ao receber os integrantes desse movimento social em solenidade oficial em Brasília	<ul style="list-style-type: none"> • Incentiva grupos que saqueiam, invadem e fazem reféns (Coluna de Dora Kramer, OESP, 4/7/2003: A6) • Avaliza o projeto radical do MST (Coluna de Sonia Racy, OESP, 5/7/2003:B2) • Representa o consentimento do presidente com o desrespeito à lei (Carta do leitor Thales Teixeira, OESP, 6/7/2003: A2) • Deu publicamente aval à bandidagem, à vagabundagem, à pilhagem (Carta da leitora Maria Cristina Couto Rosa, OESP, 4/7/2003: A3)

Figura 19. Quadros com as supostas consequências apontadas em colunas, artigos e cartas de OESP para as nomeações para MDA e Incra e para o uso do boné do MST pelo presidente da República, e sua classificação, de acordo com as teses de Albert Hirschman.

⁴ O trecho do artigo selecionado diz: “Só que, para atender a pressões petistas internas, (o presidente Lula) nomeou ministro do Desenvolvimento Agrário o militante da Democracia Socialistas Miguel Rossetto, além de “assentar” no Incra alguns dos mais destacados líderes do próprio MST. (...) Agora chegou a hora de ele descobrir também que a agricultura nacional só terá chance na guerra comercial mundial se a paz no campo não for ameaçada pelo projeto revolucionário da Democracia Socialista e do MST.” (José Nêumanne, 12/3/2003: A2)

Percebe-se que as argumentações guardam relação direta com aquelas presentes nos editoriais do jornal. Isso indica que, além de utilizar-se de uma estratégia de publicar majoritariamente opiniões de acordo com a sua e usar, para isso, os diversos gêneros jornalísticos (como se viu nos Capítulos 1 e 2), o jornal vai além e fornece argumentos que aparecem disseminados nos demais gêneros jornalísticos.

3.4 A repetição da intransigência: predominância das teses de Ameaça e Perversidade

A análise dos quatro editoriais demonstrou a utilidade, como referencial teórico, de *A retórica da intransigência* para avaliação das opiniões do jornal. Concluiu-se que, em seus editoriais, *O Estado de S. Paulo* faz uso das estratégias de argumentação e retórica reacionárias descritos por Albert Hirschman para opor-se às iniciativas consideradas progressistas – as nomeações de integrantes supostamente ligados a entidades e movimentos sociais para os cargos do MDA e Incra, e o uso do boné do MST pelo presidente da República.

Em termos quantitativos, observou-se uma predominância da Tese da Perversidade, profetizando o jornal, para am7-0.erv249fdivos,cusntosinespderaoes eadedobraimentoscolteiaisnegativos,espdnciaamentrelaciozand-dosuguments

T 7 3 5 . 2 (e s e d e) 3 4 . 6 (A m e a ç s t a b é e m s s c o n

quentriaidosesabelreidoTpelogorvenos

As duas teses, como visto, aparecem freqüentemente conjugadas, ampliando o espectro de conseqüências negativas aos fatos em questão. A constatação de predominância do uso da Tese da Perversidade vai ao encontro de uma observação de Hirschman sobre a recorrência de utilização das teses:

Em resumo, cada uma das três teses tem seu próprio domínio de influência especial. Não tem muito sentido ir além dessa constatação e tentar estabelecer uma hierarquia geral das três teses em termos de importância histórica. Se procedêssemos assim, é provável que a alegação de perversidade fosse proclamada a “vencedora”, como a arma isolada mais popular e efetiva nos anais da retórica reacionária. (1992: 117)

Em nenhum dos dois episódios, identificamos o uso da Tese da Futilidade, que sustenta que uma ação progressista terá insucesso “por pretender mudar o que não pode ser mudado, por ignorar as estruturas básicas da sociedade.” (Hirschman, 1992: 65).

Isso talvez decorra da dificuldade de se argumentar, num país com o passivo histórico de não-realização de reforma agrária como o Brasil, que ações nessa direção não teriam efeito. Pois, como atesta José Eli da Veiga, “desde o final da II Guerra Mundial a reforma agrária passou a ser um dos elementos essenciais das estratégias de desenvolvimento econômico. Todas as organizações internacionais, a começar pela ONU, incentivam a sua realização.” (Veiga, 1981: 8-9)

O compartilhamento das teses com outros gêneros jornalísticos (colunas, artigos e cartas de leitores) reforça a percepção da utilização pelo jornal de uma estratégia de exposição e repetição de sua posição política e de suas argumentações por toda a edição, levando-a de forma predominante aos leitores, num contexto em que é rara a presença de formulações contrárias à sua linha editorial.

A oferta e repetição de argumentos ameaçadores e perversos para cada fato em questão faz parecer que *O Estado de S. Paulo* os julga uma estratégia eficaz para que atinja seus objetivos de procurar influenciar a recepção dos leitores sobre

o tema, contribuindo para a formação de opiniões em sintonia com os valores defendidos pelo jornal.

Em síntese, na visão liberal do jornal, a aproximação do governo federal com os movimentos sociais, em especial com o MST, seja na prática (pelas nomeações para cargos no Incra ou recebendo-o em audiência oficial) ou de forma simbólica (usando o seu boné), não traz benefícios ao país, muito pelo contrário, provoca efeitos colaterais negativos e ameaça conquistas anteriores da sociedade.

Assim, num contexto político aparentemente hostil a suas posições políticas – o governo federal do PT relacionando-se amistosamente com o MST -, OESP trata de contrapor-se às postulações mais progressistas, como ator político, usando as armas de que dispõe, muito além dos editoriais.

No Capítulo 4, será visto como, nesse contexto, o jornal, além de reagir criticamente a ações políticas sobre as quais não tem ascendência, procura estratégia para reapresentar sistematicamente teses de proteção aos interesses dos setores ruralistas com os quais se identifica.

Capítulo 4. Xico Graziano: “o destacado porta-voz do ponto de vista dos ruralistas” em *O Estado de S. Paulo*

No ano de 2003, o jornal *O Estado de S. Paulo* reservou um espaço fixo na página A2 para um articulista abordar exclusivamente as questões agrárias. Ao longo de todo o ano, Xico Graziano escreveu 25 textos, mantendo uma média de dois artigos publicados por mês. Diferentemente dos demais ocupantes da mesma página, reservada aos artigos de opinião, seus textos estiveram, invariavelmente, ligados aos assuntos relacionados ao campo: problemas agrários, desempenho do agronegócio, agricultura familiar, transgênicos e as ações do MST.

A manutenção deste espaço fixo indica a importância do tema para *O Estado de S. Paulo*. Mas a presença de Xico Graziano não esteve restrita àquela página. Em 2003, sua opinião foi evocada em três editoriais do jornal, todos com referência nominal. Suas declarações também avalizaram outros artigos sobre o tema agrário publicados na mesma página A2 do jornal: foi citado diretamente por José Nêumane, e seus argumentos apareceram repetidos em artigo de João Mellão Neto. Em oito oportunidades, o nome “Xico Graziano” apareceu na seção de cartas dos leitores – em seis cartas foi elogiado por suas opiniões e, por duas vezes, o próprio articulista utilizou-se do espaço para responder a leitores.

A expressiva presença de Xico Graziano nas edições de *O Estado de S. Paulo* completou-se com quatro participações dele como fonte em reportagens, identificado como “especialista” ou “estudioso” sobre as questões relacionadas ao campo.

Uma dessas reportagens foi publicada num domingo, com destaque na capa do jornal (Ver Anexo 4), e anunciou que Xico Graziano preparava um livro sobre a questão agrária no Brasil. O título da notícia reproduz entre aspas uma declaração do próprio Graziano: “Reforma agrária no Brasil é um fracasso total”. O olho de destaque da notícia afirmava que “Especialista prepara livro no qual diz por que vida piora ao trocar periferia das cidades pelo campo”.

A obra, que viria a se chamar *O carma da terra no Brasil*, foi lançada em 2004, quando mereceria nova reportagem de *O Estado de S. Paulo* em abril daquele ano, novamente com título entre aspas reproduzindo uma fala de Graziano: “‘Esse modelo de reforma não funciona mais’” (Ver Anexo 5).

O uso das declarações textuais, entre aspas, de Xico Graziano nos títulos das reportagens contraria o que diz o Manual de Redação e Estilo de *O Estado de S. Paulo*. No verbete “Títulos”, o Manual diz que “Os títulos inteiramente entre aspas estão vetados, a não ser em dois casos: sub-retrancas e títulos auxiliares de entrevistas.” (Martins Filho, 1997: 287). Em outro trecho, sobre a expressão de opiniões nos títulos, dispõe: “Somente os títulos dos editoriais, artigos ou comentários assinados poderão expressar opinião.” (1997: 286)

O livro de Xico Graziano teve texto de apresentação de José Nêumane, articulista de *O Estado de S. Paulo* e editorialista do *Jornal da Tarde*, outra publicação diária do Grupo Estado. Dentre outras qualificações, no texto do livro Nêumane afirma que “Xico Graziano é um dos maiores especialistas brasileiros num assunto que comove e mobiliza o mundo inteiro – a reforma agrária no Brasil” e que “Xico Graziano é o grande repórter que a maioria dos repórteres de ofício não tem sido.”

Na edição de 31 de dezembro de 2003, dentro de um caderno especial de retrospectiva do ano de *O Estado de S. Paulo*, uma matéria intitulada “Entre o pragmatismo e o sonho” traz a seguinte qualificação de Graziano: “Na opinião de Xico Graziano, estudioso da questão agrária e *destacado porta-voz do ponto de vista dos ruralistas (...)*” (Arruda, Roldão. “Entre o pragmatismo e o sonho”, OESP, 31/12/2003: X9. Grifo nosso.)

Essa afirmação, somada à deferência concedida pelo jornal a Xico Graziano, possibilitando-lhe amplo espaço para externar seu ponto de vista, com assiduidade, em artigos e reportagens, aparentemente demonstra que *O Estado de S. Paulo* o elegeu como seu ideólogo ou formulador de argumentos a respeito do tema agrário. Desta forma, justifica-se que seus argumentos e estratégias de retórica fossem de interesse para este trabalho.

Em razão disso, procedeu-se a leitura de todos os 25 artigos assinados por Xico Graziano em OESP, em 2003, para a identificação das principais mensagens

de seu discurso. A exemplo do que foi realizado no Capítulo 3, optou-se por avaliar seus artigos com base nos parâmetros de análise de construções retóricas propostos por Albert Hirschman em *A retórica da intransigência – perversidade, futilidade, ameaça* (1992), com a intenção de identificar que tipos de conseqüências negativas ou infrutíferas eram profetizadas por ele em relação à realização da reforma agrária. Nos quadros de avaliação, aparecem no primeiro campo a proposta de realização da reforma agrária e, no segundo campo, os supostos resultados que Xico Graziano anteviu, caso ela fosse efetivada (Figura 20).

Também foram selecionadas para análise todas as citações a seu nome feitas nos demais gêneros jornalísticos. Conforme o levantamento indicou, elas ocorreram em reportagens, outros artigos, editoriais e cartas de leitores.

4.1 A voz dos ruralistas em OESP, do primeiro ao último dia de 2003

Ex-chefe de gabinete do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995), ex-secretário da Agricultura do Estado de São Paulo entre 1996 e 1998 (em governo liderado pelo PSDB), deputado federal pelo PSDB de São Paulo (1998-2002 e 2005-2006), o engenheiro agrônomo e ex-presidente do Incra¹ Francisco Graziano Neto, mais conhecido como Xico Graziano, consolidou-se como uma das fontes mais consultadas sobre o setor agrário na imprensa brasileira. Articulista fixo dos jornais *O Globo* (RJ), *O Tempo* (MG) e *O Estado de S. Paulo*, também atua como comentarista de rádio e TV.²

¹Graziano tomou posse na presidência do Incra no dia 27 de setembro de 1995 e permaneceu menos de dois meses no cargo. Deixou o governo por ter sido apontado como principal suspeito de encomendar uma escuta nos telefones do embaixador Júlio César Gomes dos Santos, ex-chefe do cerimonial do Palácio do Planalto. O episódio, conhecido como o Caso Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), foi considerado como o primeiro escândalo do governo de Fernando Henrique Cardoso, e envolvia um processo de licitação de US\$ 1,4 bilhão para compra de equipamentos destinados à instalação do sistema.

²Informações obtidas no site www.xicograziano.com.br, em 7 de janeiro de 2006, indicam que Xico Graziano é coordenador editorial do canal Terra Viva (canal de agronegócios inaugurado pela Rede Bandeirantes) e comentarista diário do Jornal Terra Viva, da mesma rede. Além disso, é comentarista diário do Programa “O X da Questão”, exclusivamente dedicado ao agronegócio, transmitido pela Rede Rádio 2 para mais de 27 cidades de todo o Brasil, e comentarista semanal da Rádio Bandeirantes.

Em 2003, a primeira citação nominal a Xico Graziano em *O Estado de S. Paulo* ocorre logo na primeira edição do ano, primeiro dia do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência do Brasil. Em caderno especial que trazia uma perspectiva resumida de cada problema que seria enfrentado pelo novo governo e seu contexto naquele momento, a questão agrária brasileira mereceria reportagem de página inteira. Com o título de “Reforma inédita não sacia MST”, o texto trazia uma declaração do mais conhecido líder do MST, João Pedro Stédile, sobre Xico Graziano:

Numa longa entrevista à revista americana *New Left*, o líder Pedro Stédile observou que Fernando Henrique nem pensava na reforma agrária quando chegou ao poder: “*Ele era assessorado por Francisco Graziano da Silva, cuja tese de doutorado, A Tragédia da Terra, procura demonstrar que no Brasil não existem latifúndios nem sem-terra.*” (Arruda, Roldão. “Reforma inédita não sacia MST”, OESP, 1/1/2003: H18. Grifo nosso.)

Como seria visto mais tarde, a referência nominal a Xico Graziano e a advertência para o conteúdo de sua tese eram uma espécie de antevisão do líder do MST. Já em sua primeira coluna do ano, intitulada “A fábrica de sem-terra”, Graziano aborda a questão dos sem-terra, acusando-os de serem “fabricados”:

No início do governo FHC, 40 mil famílias estavam acampadas à beira de estradas. Configurava uma situação degradante, que exigia rápida intervenção governamental. *Desde então, mais de 500 mil famílias foram assentadas em programas redistributivos. Quanto mais se assentava, porém, novos “sem-terra” apareciam. Hoje, dizem existir 80 mil acampados aguardando assentamento. Parece rosca sem-fim.* (...) O detalhamento desse raciocínio permite concluir que inexiste uma fórmula mágica para calcular a quantidade de trabalhadores “sem-terra” a serem assentados pela reforma agrária. *Esse número é essencialmente político. Ainda mais, com*

*o desemprego urbano, está sendo fácil fabricar “sem-terra”:
basta arregimentá-los nas periferias com um aceno de boa-
venturança. (OESP, 7/2/2003: A2. Grifo nosso.)*

A evocação, por OESP, da tese de Graziano citada por Stédile ocorreria na reportagem do jornal do dia 30 de março de 2003, “MST lança ação nacional contra terra improdutiva”, que trazia a opinião do “estudioso” para contrapor-se à dos sem-terra:

Debate – De posse desses números o MST alega que há terras improdutivas para assentar pelo menos 100 mil famílias que estão em acampamentos. O assunto tem provocado polêmica com outros estudiosos e representantes dos ruralistas. *Um dos principais críticos das reivindicações do MST é o estudioso Xico Graziano, ex-presidente do Incra. De acordo com ele, não há mais quase nenhuma terra improdutiva para ser desapropriada no País e o número de sem-terra é cada vez menor. Sua recomendação é fazer uma reavaliação do modelo de reforma agrária que tem sido adotado que, segundo ele, não vem apresentando os resultados que se esperava em termos de produção agrícola. (Arruda, Roldão. “MST lança ação nacional contra terra improdutiva”, OESP, 30/3/2003: A9. Grifo nosso.)*

4.2 Latifúndio, não. Empresas rurais. A redefinição unilateral como arma política

A menção ao modelo de reforma agrária e seu suposto insucesso em termos de produção agrícola seria uma abordagem constante dos artigos de Graziano. As grandes propriedades, chamadas de latifúndios, são rebatizadas por ele de “empresas rurais”. Sua justificativa é a de que elas se modernizaram e, em consequência disso,

passaram a exportar e a trazer riquezas para o país. Uma síntese desse pensamento está na coluna “O conceito de latifúndio”, de 15 de abril:

*Os latifúndios modernizaram-se e se transformaram na propriedade produtiva. Podem ser grandes, porém geram renda e emprego no campo. Mais, trazem divisas para pagar a conta das importações do setor industrial, sempre deficitário. (...) O MST quer guerra contra o latifúndio. Ótimo. Todo mundo deveria entrar nessa jornada. Mas, antes da batalha, carece delimitar o adversário. Onde está, afinal, o latifúndio? Definitivamente, ele não pode ser confundido com as grandes *empresas rurais*. (...) Sem informação atualizada, corre-se o risco de, à moda de Dom Quixote, guerrear contra fantasmas. Para os neo-revolucionários de plantão, está de bom tamanho. Para a política nacional, significará apenas mais confusão. Para nada. (OESP, 15/4/2003: A2. Grifos nossos.)*

Ao redefinir o conceito de latifúndio, tradicionalmente associado à improdutividade, como “empresas rurais”, Graziano faz uma tentativa de eliminar de antemão o argumento principal dos que pleiteiam a reforma agrária. Ao mesmo tempo, num raciocínio que se apresenta como fruto da lógica, desqualifica seus postulantes como desinformados, rotulando-os de “neo-revolucionários de plantão” que, como Dom Quixote, estariam dispostos a guerrear contra fantasmas.

A redefinição é um jogo de poder no qual uma pessoa se recusa a aceitar as premissas da outra. Um ponto importante refere-se ao tipo de premissas que estão sendo empregadas, uma vez que quem define as premissas de uma discussão poderá, provavelmente, controlar o desfecho. (...) A redefinição é, com frequência, uma recusa válida de aceitar as premissas controladoras de outra pessoa. Numa discussão entre iguais é importante que as premissas da discussão sejam as mesmas e

que nenhum dos dois sinta que pode alterar as premissas, sem o consentimento do outro. (Steiner, 1984: 101)

Difícilmente, o campo político favorável à realização de um modelo de reforma agrária que pode incluir a desapropriação concordaria com a premissa que redefina o latifúndio como empresa rural produtiva e, assim, favorece o ponto de vista dos ruralistas. Esses dois campos políticos não concordam em chegar a premissas comuns e, muito menos, em estabelecer o compromisso igualitário de não alterar as premissas sem consentimento do outro lado.

Em OESP, o uso do termo “empresas rurais” foi freqüente por Graziano em 2003³, mas já havia ocorrido em pelo menos duas colunas do autor no ano de 2002, imediatamente depois da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, a poucas semanas da posse do novo presidente. Essas duas colunas podem ser encontradas em seu livro *O carma da terra no Brasil* (2003: 281 e 295):

Acontece que a modernização da agricultura transformou os antigos latifúndios em *empresas rurais*, grandes, porém, produtivas. (Graziano, 2003: 281. Texto “Reinventar a reforma agrária”, publicado originalmente em OESP, 10/12/2002. Grifo nosso.)

Era a revolução capitalista no campo. Nesse processo, perverso pelo êxodo rural que provocou, os latifúndios se modernizaram e cederam lugar às *empresas rurais*. A oligarquia agrária foi substituída pelo agricultor profissional. E a força do campo abandonou o coronel para ingressar na tecnologia. (Graziano, 2003: 295. Texto “A concentração da terra no Brasil”, publicado originalmente em OESP, 24/12/2002. Grifo nosso.)

³ Em 2003, o uso do termo “empresas rurais” ocorreria também nos artigos “O desafio da agricultura familiar”, de 5/2/2003; “O conceito de latifúndio”, de 14/4/2003; “Agonia da reforma agrária”, de 16/9/2003 e “Luzes no campo”, de 23/12/2003.

A localização cronológica do uso do termo “empresas rurais” em OESP, ainda em 2002, é importante para a análise da primeira entrevista realizada pelo jornal com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, publicada no dia 11 de janeiro de 2003. Duas perguntas da entrevista guardam relação direta com o conteúdo das colunas de Xico Graziano, uma delas com a utilização do mesmo termo, “empresas rurais”, para referir-se às propriedades rurais de grandes extensões ou latifúndios:

- O sr. não teme que após o assentamento destas famílias surja outro tanto reivindicando terra?
- Não teme estar na contramão da história, insistindo na defesa da pequena propriedade, num momento em que grandes *empresas rurais* se expandem, com elevada escala de produção, investimentos em tecnologia e competitividade nos mercados internacionais. (Arruda, Roldão. “Reforma não é só multiplicar assentamentos”, OESP, 11/1/2003: A11. Grifo nosso.)

4.3 Inter-referenciação e presença em vários gêneros

O uso do nome de Xico Graziano para reforçar opiniões sobre o tema agrário ocorreu, em 12 de março, pelo articulista José Nêumanne, que o alçou a condição de “o mais autorizado especialista brasileiro no assunto”, em artigo cujo trecho reproduzimos a seguir, com grifos nossos:

Fatos recentes, que escapam ao controle da equipe econômica, contudo, renovam as preocupações de todo brasileiro sensato com a agricultura sob a égide petista. (...) A primeira (e principal) delas decorre da reforma agrária. *Nada teria a acrescentar à farta e forte argumentação alinhada nesta página pelo ex-deputado Xico Graziano, o mais autorizado especialista brasileiro no assunto.* Diante dessa gama de fatos indesmentíveis fica a constatação óbvia de que a reforma agrária exigida a ferro e fogo pelo MST é um projeto revolucionário que usa a bandeira da democratização para

minar as bases do Estado (...) (Coluna de José Nêumanne, “As pragas da ideologia”, OESP, 12/3/2003: A2. Grifo nosso.)

As opiniões de Graziano também serviram para referendar as argumentações do próprio OESP no editorial “A agropecuária exige respeito”, de 20 de março, em que a parte final do texto é uma citação de um trecho do artigo “O limite da propriedade rural”, de dois dias antes, em que Graziano diz textualmente: “Senhores: a agropecuária está segurando a economia do Brasil. Por isso exige respeito.” O editorial de *O Estado de S. Paulo* afirma:

E, como disse o ex-presidente do Incra Xico Graziano – em artigo publicado no Estado, no mesmo dia -, com uma safra que deu um espantoso salto, em duas décadas, de 41 milhões de toneladas de grãos para 106 milhões e com uma pecuária que “triplicou suas exportações de carnes, atendendo, ao mesmo tempo, ao mercado interno”, *a agropecuária está segurando a economia do Brasil. É ela que gera os crescente saldos da balança comercial que estão aliviando nossas contas externas. Por isso exige respeito.* (Editorial “A agropecuária exige respeito”, OESP, 20/3/2003: A3. Grifo nosso.)

No mês de maio de 2003, seria a vez de o articulista João Mellão Neto utilizar-se da redefinição de latifúndio instituída por Xico Graziano sem, no entanto, mencioná-lo nominalmente, ao defender que não existem mais terras improdutivas no Brasil, mas sim “empresas rurais”:

Agora, no início do novo século, a hora e vez do MST passaram. *Simplesmente porque não existe mais, no Brasil, algo que possa ser chamado de latifúndio improdutivo. (...) Os latifúndios que sobreviveram estão longe de ser improdutivo. Ao contrário, são verdadeiras empresas rurais, que se valem de um considerável aporte tecnológico para, a cada dia, bater novos recordes de produtividade.* O MST perdeu a razão de existir. *Não há mais terras improdutivas*

para invadir. (Artigo de João Mellão Neto, “O MST que se lixe”, OESP, 30/5/2003: A2. Grifos nossos.)

As mensagens-chave do discurso de Xico Graziano podem ser assim resumidas:

- Acabou o latifúndio no Brasil e já não há mais um número significativo de sem-terra no país
- A reforma agrária distributivista está superada, o modelo está obsoleto e é inviável
- Os latifúndios transformaram-se em empresas rurais, que usam alta tecnologia, têm alta produtividade e geram empregos
- Nenhum setor da economia brasileira apresenta indicadores tão positivos quanto os agronegócios

Ao propalar esse cenário, que teria prescindido da desapropriação e divisão dos latifúndios para alcançar o progresso, Graziano retira o foco da discussão sobre a propriedade da terra – argumento central dos movimentos favoráveis à reforma agrária – e defende que os trabalhadores rurais continuem sem terra e trabalhem como assalariados:

Essa nova forma de enxergar a reforma agrária exige abandonar a idéia de módulo rural e raciocinar com novo conceito: o do *emprego rural*. Se, no passado, a propriedade da terra representava a possibilidade de progresso, é na geração de emprego que reside o drama do mundo moderno. E a agricultura pode contribuir decisivamente para a oferta de empregos. (“O fim do módulo rural”, 4/3/2003: A2. Grifo do autor.)

Além da repetição dessas argumentações em seus artigos, Xico Graziano também ganharia a oportunidade de externá-los como fonte do jornal em notícias sobre a questão agrária. É o que ocorre, por exemplo, numa reportagem produzida por *O Estado de S. Paulo* para contestar a eficácia dos assentamentos rurais realizados pelo governo federal. O caráter opinativo da reportagem começa pelo

título “Esse modelo de reforma agrária faz sentido?” e perpassa todo o texto, onde se encontra a opinião do “especialista” Xico Graziano:

“Não faz sentido uma reforma como a que se imaginou há 50, 30 anos, baseada no distributivismo agrário”, completa Francisco Graziano Neto, que foi presidente do Incra (1995) e secretário da Agricultura de São Paulo (1996-98). (...) Graziano não descarta de todo a distribuição de terras, desde que atenda a algumas condições. A primeira seria uma “seleção muito bem feita” dos candidatos, com “prioridade absoluta para filhos de agricultores”. (...) Mercado – Outras condições apontadas por Graziano são a vinculação entre o produto e um mercado em que ele encontre demanda; e a associação dos assentados, para comprar insumos e vender os produtos, de modo a se beneficiar da escala. O especialista sugere, por exemplo, projetos de hortifrutigranjeiros em pequenos terrenos irrigados na periferia das cem maiores cidades do País. (Sant’Anna, Lourival. “Esse modelo de reforma agrária faz sentido?”, OESP, 17/8/2003: A10. Grifos nossos.)

Dois dias depois, em nova reportagem sobre o tema, intitulada “Por que os assentados vendem seus lotes”, Graziano volta a ganhar espaço:

A evasão é menor nos assentamentos onde predominam posseiros ou moradores porque eles conhecem a terra em que estão, ao contrário dos que são levados para lá pelo Incra, muitas vezes para atender às demandas dos acampamentos. “O assentado tem de ter história de ligação com a terra”, observa Francisco Graziano Neto, ex-presidente do Incra e ex-secretário da Agricultura de São Paulo. “Se não, ele volta para a cidade.” (Sant’Anna, Lourival. “Por que os assentados vendem seus lotes”, OESP, 19/8/2003: A7. Grifo nosso.)

A principal reportagem em que Xico Graziano aparece em 2003 foi publicada no dia 7 de dezembro, antecipando para os leitores do jornal o conteúdo de seu livro *O carma da terra no Brasil*, que só seria lançado no ano seguinte. A matéria foi publicada numa edição de domingo, considerada a mais nobre da semana, e ganhou destaque na capa do jornal, com o título de “Xico Graziano: reforma agrária tem sido fiasco” e com o seguinte texto de apoio:

O engenheiro agrônomo Xico Graziano, ex-secretário da Agricultura, visitou assentamentos pelo País e concluiu: a reforma agrária feita tem sido desperdício, porque dá terra a quem não sabe trabalhar nela. Em livro, conta ter visto assentados em situação pior do que na periferia das cidades. (OESP, 7/12/2003: Capa)

Na reportagem sobre o livro, a opinião de Graziano aparece no título entre aspas, “Reforma agrária no Brasil é um fracasso total”, e no olho de destaque que traz outra frase sua, desta vez em letras maiúsculas, ““NÃO HÁ CHANCE DE O PROJETO DAR CERTO””. No texto, ele critica a produtividade dos assentamentos rurais, afirma que não há tantos sem-terra assim no país e diz que produzir no campo não é simples, pois “é preciso conhecimento e tecnologia, estar ligado aos mercados”:

“Embora exista a idéia de que a reforma agrária é uma coisa legal para o Brasil, o projeto é um fracasso total. Nada funciona”, diz. (...) Ele conta que viu assentados morando em condições piores dos que as que tinham em favelas, contrariando a tese do Movimento dos Sem-Terra (MST) de que a situação dos assentados é sempre melhor do que as dos desempregados das cidades, pois têm o que comer. “Nas favelas podiam pelo menos fazer um gato e desfrutar do conforto da energia elétrica. No Pará, 50% dos assentamentos não têm energia. (...) (Graziano) Já escreveu quatro livros sobre o assunto. Mas este será o primeiro que adota o viés de repórter, com relatos e

fotos do que viu.” (Arruda, Roldão. “Reforma agrária no Brasil é um fracasso total”, OESP, 7/12/2003: A10)

Como complemento ilustrativo aos argumentos expostos por Graziano, OESP publica na mesma página uma reportagem em que um de seus jornalistas, José Tomazela, vai até a cidade de Iperó, no estado de São Paulo, para retratar o insucesso da vida de um assentamento da reforma agrária. A reportagem tem o título de “Filhos de assentados buscam outra vida” e na linha de apoio diz: “Mesmo em casos de sucesso, é cada vez mais difícil manter continuidade nos lotes.” Ilustram a reportagem duas fotos mostrando assentados em condições miseráveis.

O jornal fazia referência à reportagem sobre o livro de Graziano no editorial “O plano Rossetto”, de 11 de dezembro de 2003, em que critica o Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, afirmando, entre outras coisas, que “O objetivo evidente é tornar mais fácil desapropriar terras” e que “há evidências de má-fé no Plano”:

Já as propriedades geradas pelos assentamentos, de que participam pessoas sem experiência, que nunca trabalharam – ou de há muito deixaram de trabalhar – no campo, apresentam os índices mais decepcionantes de produtividade e podem oferecer a seus ocupantes condições de vida até piores do que as das favelas e bairros periféricos das grandes cidades, de onde em boa parte provém – *como bem demonstrou reportagem com o engenheiro e ex-presidente do Incra Xico Graziano, em nossa edição de domingo, sobre um livro seu a ser lançado*, com base em pesquisas locais, por ele realizadas em muitos assentamentos principalmente de São Paulo.” (Editorial “O plano Rossetto”, OESP, 11/12/2003: A3. Grifos nossos)

A ótima (mas não necessariamente espontânea) receptividade das opiniões de Graziano, reproduzidas na seção de artigos, em editoriais e reportagens, também aparece na seção de cartas de *O Estado de S. Paulo*. Durante o ano de 2003 não foi publicada nenhuma carta criticando seus argumentos ou fazendo reparos sobre

o conteúdo de seus textos. Pelo contrário, o tom das manifestações publicadas dos leitores é elogioso e segue a qualificação repetida pelo jornal de “especialista”. A seguir, são reproduzidos dois exemplos de cartas:

Acompanho há muito tempo os excelentes artigos de Xico Graziano acerca da questão agrária. Seu artigo sobre O conceito do latifúndio (15/4, A2) esclarece de uma vez por todas o polêmico assunto, tal a lucidez da argumentação e a profundidade da análise. Seria interessante que todos os que têm poder de decisão tirassem subsídios de tudo o que o articulista tem escrito sobre a complexidade da reforma agrária, MST, assentamento, módulos rurais etc. (Carta do leitor Laércio Casalecchi, “Questão agrária”, seção Fórum dos Leitores, OESP, 18/4/2003: A3)

Nossos políticos e em especial, os líderes do MST deveriam ler com muita atenção o brilhante artigo Agronegócios e agricultura familiar, de Xico Graziano (5/8, A2). Ainda não vi nada sobre reforma agrária exposto com tanta lucidez e inteligência, desde os problemas até as soluções. (Carta da leitora Celanira Azambuja Romero Gaia, “Nivelar por baixo”, seção Fórum dos Leitores, OESP, 7/8/2003: A3)

Um indicativo expresso das razões para *O Estado de S. Paulo* dispensar tanto espaço para a opinião de Xico Graziano está na última edição de 2003. Num caderno especial de retrospectiva do ano, numa matéria sobre os fatos relacionados à questão agrária, *O Estado de S. Paulo* foge ao padrão ostentado durante todo o ano e, na identificação de Xico Graziano, faz uma espécie de desmascaramento ideológico de sua fonte: “*Na opinião de Xico Graziano, estudioso da questão agrária e destacado porta-voz do ponto de vista dos ruralistas (...)*” (Arruda, Roldão. “Entre o pragmatismo e o sonho”, OESP, 31/12/2003: X9. Grifo nosso.) Ilustra a reportagem uma foto de seis colunas, trazendo um fileira de sem-terra, todos com o boné do MST.

4.4 Ameaça, perversidade e futilidade: a retórica da intransigência nos artigos de Xico Graziano

São apresentadas a seguir análises dos argumentos presentes nos artigos de Xico Graziano publicados em *O Estado de S. Paulo*, em 2003. Procurou-se verificar que conseqüências são profetizadas pelo articulista para uma eventual realização de reforma agrária no Brasil. Os textos em que foi identificado o uso das três teses reativo-reacionárias relacionadas por Albert Hirschman em *A retórica da intransigência – perversidade, futilidade, ameaça* (1992) aparecem em quadros (Figura 20).

Observe-se que, conforme define o próprio jornal, no papel de “destacado porta-voz do ponto de vista dos ruralistas”, portanto contrário às postulações por reforma agrária, Graziano irá fazer uso das teses da Ameaça, Perversidade e Futilidade, isoladamente, conjugadas aos pares ou as três simultaneamente.

Em seus artigos, Graziano afirmará que a realização da reforma agrária vai contra o sucesso do agronegócio (Tese da Ameaça), tem efeito nulo (Tese da Futilidade) e apresenta um alto custo para a sociedade (Tese da Perversidade).

Os argumentos aparecerão aos pares de Ameaça/Perversidade, quando diz que a reforma agrária “eliminará a agricultura empresarial” e, com isso, “a fome grassaria nas metrópoles” ou que atenta contra o agronegócio e “custa caro ao povo”. Na conjugação das teses Perversidade/Futilidade, sua opinião será de que a reforma agrária custa caro e tem efeito produtivo nulo, pois “o efeito produtivo dos assentamentos beira o nível da subsistência”.

Além disso, Xico Graziano assegura, num mesmo artigo, que a reforma agrária tem “um custo exorbitante para a sociedade”, vai na contramão do sucesso do agronegócio e “não dará certo nem se alocando rios de dinheiro”, pois “nunca funcionou”. Conforme Hirschman, apesar de incompatível do ponto de vista lógico, pode ocorrer o uso das teses conjugadas pelo mesmo narrador:

A incompatibilidade lógica entre dois argumentos que estão atacando a mesma política ou reforma não quer dizer que ambos não serão usados no mesmo debate, às vezes até pela mesma pessoa ou pelo mesmo grupo. (Hirschman, 1992:120)

A seguir, são apresentados quadros em que, à esquerda, está a possibilidade, considerada progressista, da realização da reforma agrária, e, à direita, as argumentações principais de Xico Graziano, classificadas de acordo com as teses reacionárias:

TESE DA AMEAÇA

Proposta	Suposta consequência
Realização da reforma agrária no Brasil	Quem alimenta as massas urbanas do País é a agricultura moderna, profissionalizada. Exatamente a que o chefe do MST quer destruir. (...) Sem os agronegócios, a economia brasileira estaria em recessão contínua. (“Guerra insana no campo”, OESP, 19/8/2003: A2)

TESE DA PERVERSIDADE

Proposta	Suposta consequência
Realização da reforma agrária no Brasil	No final, cada assentamento atinge até R\$ 50 mil. Para o Brasil todo, na média, esse valor se aproxima de R\$ 40 mil por família. Caríssimo. (“O fim do módulo rural”, OESP, 4/3/2003: A2)

TESE DA FUTILIDADE

Proposta	Suposta consequência
Realização da reforma agrária no Brasil	O efeito macroeconômico da reforma agrária na produção rural é quase nulo, a produção nos assentamentos beira o nível da subsistência das famílias. (“A qualidade da reforma agrária”, OESP, 18/2/2003: A2)

TESE DA AMEAÇA + TESE DA PERVERSIDADE

Proposta	Suposta consequência
Realização da reforma agrária no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Imaginar que todos os assalariados rurais devessem ser assentados significaria eliminar a agricultura empresarial. A fome grassaria nas metrópoles. (“A fábrica de sem-terra”, OESP, 7/1/2003: A2) • A tese do aperto financeiro faz sentido. Os cálculos mostram que o distributivismo agrário custa caro ao povo. <i>Na média nacional, cada família assentada consome R\$ 20 mil do erário, número que sobre para R\$ 40 mil no Sul/Sudeste.</i> Para 2003, devido à elevação do preço da terra, tal valor certamente aumenta 50 por cento. No governo FHC, os dispêndios anuais com reforma agrária consumiram perto de R\$ 3 bilhões por ano. É de arrepiar qualquer ministro da Fazenda. <i>Mas não está no ajuste fiscal a explicação do paradoxo. Mostra juízo também, a hipótese RR: nenhum setor da economia brasileira apresenta indicadores tão positivos como o dos agronegócios. As cadeias produtivas ligadas à agropecuária batem recordes de produção e exportação, incorporando tecnologia e gerando empregos pelo país afora.</i> (“Trava na reforma agrária”, OESP, 8/7/2003: A2. Grifos nossos.)

TESE DA AMEAÇA + TESE DA PERVERSIDADE (cont.)

	<ul style="list-style-type: none"> • Os latifúndios modernizaram-se e se transformaram na propriedade produtiva. Podem ser grandes, porém geram renda e emprego no campo. Mais, trazem divisas para pagar a conta das importações do setor industrial, sempre deficitário. (...) <i>O MST quer guerra contra o latifúndio. Ótimo. Todo mundo deveria entrar nessa jornada. Mas, antes da batalha, carece delimitar o adversário. Onde está, afinal, o latifúndio? Definitivamente, ele não pode ser confundido com as grandes empresas rurais. (...) Sem informação atualizada, corre-se o risco de, à moda de Dom Quixote, guerrear contra fantasmas. Para os neo-revolucionários de plantão, está de bom tamanho. Para a política nacional, significará apenas mais confusão. (“O conceito de latifúndio”, OESP, 15/4/2003: A2. Grifos nossos.)</i>
--	--

TESE DA AMEAÇA

Proposta	Suposta consequência
Realização da reforma agrária no Brasil	Quanto custa a reforma agrária no Brasil? (...) Na matemática mais elementar, esse dispêndio público significa um custo de R\$ 40 mil por assentamento. Não é pouco dinheiro. (...) <i>No final das contas, somados os custos operacionais do Incra aos subsídios oferecidos nos</i>

TESE DA AMEAÇA (cont.)

	<p><i>financiamentos agrários, pode-se estimar que o governo FHC tenha gastado R\$ 25 bilhões no processo de reforma agrária. Valeu a pena? A resposta depende, é óbvio, dos resultados alcançados e das alternativas existentes. Considerando-se que o objetivo maior da reforma agrária é acabar com o latifúndio improdutivo, o benefício mais esperado seria o aumento da produção agropecuária. Neste quesito, é fácil demonstrar, a despeito dos bons exemplos, que o efeito produtivo dos assentamentos beira o nível de subsistência. (“O custo da reforma agrária”, OESP, 21/1/2003: A2. Grifos nossos.)</i></p>
--	---

TESE DA FUTILIDADE + PERVERSIDADE + AMEAÇA

Proposta	Suposta consequência
Realização da reforma agrária no Brasil	<p><i>Quem imagina que a desilusão urbana se resolve por meio da reforma agrária comete um erro brutal. A prova pode ser encontrada nos assentamentos rurais cujos beneficiários se compõem de gente desempregada das periferias. No máximo, o resultado mostra que a favela mudou de lugar. A um custo exorbitante para a sociedade. (...) O processo de modernização da agropecuária brasileira prescindiu, infelizmente, da divisão da</i></p>

TESE DA FUTILIDADE + PERVERSIDADE + AMEAÇA (cont.)

	<p>terra. Grandes empresas rurais tomaram o lugar dos latifúndios. (...) <i>Que ninguém duvide: é crítica a situação dos projetos de reforma agrária. (...) Somente quem tem história na lide agrícola poderá transpor tantas dificuldades e se tornar agricultor de verdade.</i> Fora disso, querer utilizar a reforma agrária como solução dos dramas urbanos não dará certo nem se alocando rios de dinheiro. Nunca funcionou. (“A agonia da reforma agrária”, OESP, 16/9/2003: A2 Grifos nossos.)</p>
--	---

Figura 20. Quadros com as supostas conseqüências apontadas nos artigos de Xico Graziano em OESP para a realização da reforma agrária no Brasil, e sua classificação, de acordo com as teses de Albert Hirschman.

Atuando menos como especialista e mais como porta-voz dos ruralistas, Xico Graziano faz uso em seus artigos de números isolados e que analisam parcialmente a realidade, demonstrando ter uma abordagem essencialmente econômica da questão agrária. Parece exigir que o investimento do Estado em assentamentos rurais dêem lucro imediato e mensurável, numa avaliação com lógica de mercado, liberal, para o uso dos recursos públicos. A visão de mundo de Graziano não deixa alternativa possível, pois quanto ao futuro, caso a reforma agrária seja implantada, seu vaticínio é negativo: não dará certo.

4.5 O ideólogo onipresente

A análise dos artigos de Xico Graziano e das principais citações a seu nome feitas por *O Estado de S. Paulo*, em 2003, demonstra que a ele pode ser creditada a função de ideólogo do jornal para as questões agrárias. Com histórico de ação política pelo PSDB, ex-chefe de gabinete do presidente Fernando Henrique Cardoso – que antecedeu a Luiz Inácio Lula da Silva – ex-presidente do Incra e ex-secretário do governador Mário Covas, Graziano, não por um mero acaso, esteve tão freqüentemente presente nas edições de OESP.

Elevado à condição de “especialista” e “estudioso” sobre os temas do campo, tendo como respaldo seu passado acadêmico⁴ e sua passagem, apesar de curta, pela presidência do Incra, Graziano teve suas mensagens-chave divulgadas em muitos espaços possíveis nas edições do jornal: artigos seus, menções em artigos assinados por outros, em editoriais, cartas de leitores e reportagens que tiveram sua participação como fonte ou, no caso de uma específica, trataram exclusivamente de divulgar suas idéias.

Assim, por exemplo, de um artigo seu surge a opinião – que certamente é controversa e não representa um consenso na sociedade – de que a reforma agrária não faz mais sentido no Brasil pois os latifúndios transformaram-se em “empresas rurais” e, a partir dali, ela passa a ser repetida por outro colunista do jornal, merece citação em editorial e é elogiada na seção de cartas dos leitores. Mais à frente, quando produz uma reportagem sobre o tema agrário, OESP procura como fonte Xico Graziano, na certeza de ouvir a mesma opinião, que interessa à ação política do jornal.

Seu nome é citado numa inter-referência entre os gêneros jornalísticos e, assim, vai merecendo desfrutar do privilégio de externar e rerepresentar seu pensamento aos leitores. A deferência completa-se com a obtenção de uma ampla matéria, numa nobre edição de domingo, em que antecipa, com exclusividade para o jornal, o conteúdo de um livro seu a ser lançado no ano seguinte.

Note-se que o livro recebe texto de introdução de um outro articulista de OESP, José Nêumanne, companheiro de Graziano de página A2. O livro repete

⁴ Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, em 1989, com a tese *A Tragédia da Terra*.

todos os argumentos já aqui sintetizados e tem ao final a lista de artigos originalmente publicados por Graziano em *O Estado de S. Paulo*, e igualmente reproduzidos em *O Globo*.

Assim como visto nos Capítulos 1 e 2, em que se observou a repetição majoritária da linha editorial do jornal, sucessivamente, em vários gêneros jornalísticos, o caso de Graziano demonstra que a utilização desta lógica interna pelo jornal pode ser apontada como estratégia. Ou seja, trata-se de uma ação deliberada de OESP com o objetivo de procurar influenciar, formar a opinião pública de acordo com sua posição ideológica e seus interesses econômicos.

Nesse aspecto, as avaliações dos textos de Xico Graziano conforme a *Retórica da intransigência*, em que se utiliza das três teses reacionárias, às vezes simultaneamente, comprovam que o “destacado porta-voz do ponto de vista dos ruralistas” não tem tanta confiança assim na efetividade da redefinição de latifúndio para evitar medidas progressistas. Assim, dedica-se a repetir incansavelmente, a serviço dos projetos políticos de OESP, os vaticínios de efeitos negativos para uma eventual reforma agrária, na esperança de ver parcelas importantes da sociedade serem convencidas disso e, outras, a agir por temor para, quem sabe, fazer retornar ao poder federal o próprio Graziano e outros ex-governantes tão saudosamente lembrados pelo jornal.

Considerações Finais

Este trabalho pretendeu investigar como *O Estado de S. Paulo* organizou suas edições impressas de 2003 de forma a manter presente ao longo do ano sua visão política sobre as relações entre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), no primeiro ano de seu mandato, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Foram tomados em conta elementos de retórica utilizados na argumentação do jornal, nos editoriais e em outros gêneros jornalísticos.

Como se poderia esperar, a presença do tema no período estudado foi constante e expressiva. No total, a sigla MST apareceu 1.253 vezes nas edições de OESP em 2003. Para além das reportagens, esteve na capa do jornal 121 vezes (entre manchetes e títulos menores), mereceu 44 editoriais, 61 artigos assinados, 47 colunas de opinião e 132 cartas. O número de editoriais ultrapassa a média anual de 35 verificada no estudo de Comparato (2003), entre os anos de 1995 e 2000. A constância da reapresentação das idéias do jornal é semelhante à verificada por Moraes (1991) em seu estudo dos editoriais de OESP sobre a Assembléia Nacional Constituinte.

O fluxo contínuo de informação sobre o tema sugere que OESP confia, ao menos parcialmente, na hipótese de *agenda-setting*¹, no poder que teriam os meios de comunicação de agendar outros meios e os interesses do público leitor.

Mais do que retratar o alinhamento estratégico das partes – do movimento social e do governo versus ruralistas – configurava-se uma oportunidade de

¹ Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas. (cf E. Shaw in Wolf, 2002: 144).

interferência no debate público sobre a reforma agrária, sobre a competência, ou não, do governo para agir de acordo com o ideário liberal do jornal e de seus associados no mesmo campo político.

Historicamente, em relação ao tema agrário, as posições liberais de *O Estado de S. Paulo* traduzem-se numa defesa praticamente incondicional da propriedade, de forma que não surpreendeu a supremacia da insistência do jornal nos temas analisados - das nomeações para MDA e Incra de pessoas de alguma forma ligadas ao MST e do uso do boné do movimento pelo presidente da República. Nos dois casos, a expressão da posição política de OESP ocorreu não apenas nos gêneros tradicionalmente considerados como opinativos (editoriais, colunas, artigos, cartas, dentre outros), mas também naqueles gêneros quase sempre considerados como informativos: notícias, reportagens, entrevistas etc.²

Essa constatação vai ao encontro do que diz Chaparro (1998):

Não há como ajustar as formas discursivas do jornalismo ao critério que divide os textos em informativos e opinativos – até por serem coisas de esferas diferentes: na teoria dos gêneros, a divisão dos textos em classes e tipos (artigo, notícia, reportagem, entrevista, crônica...) resulta da diversidade nas estruturas externas, identificando formas; já as propriedades informativas e opinativas das mensagens são como que substâncias da natureza do jornalismo, no sentido em que se constituem suportes que permanecem na totalidade da acção jornalística, quer se relate ou se comente a actualidade. (1998: 101)

Levando em consideração a posição política do jornal externada em seus editoriais sobre aqueles dois temas, constatamos uma desproporção entre o número de manifestações em sintonia com o pensamento do jornal e o daquelas em sentido contrário.

² Para mais informações, ver MELLO (1985).

Como vimos no Capítulo 1, no episódio das nomeações, de um total de 184 manifestações, 144 reafirmaram a linha editorial do jornal (78,3%). Em apenas 40 ocasiões (21,7 %) foram publicadas visões que discordavam da linha editorial do jornal. Análise semelhante, apresentada no Capítulo 2, sobre o episódio do boné, mostrou que, de um total de 77 manifestações em texto, 63 reafirmaram a linha editorial do jornal (81,8%), contrária ao movimento. Em apenas 14 oportunidades, foi publicada a manifestação de uma visão que discorda da linha seguida pelo jornal (18,2%).

Essa desproporção demonstraria a efetiva e intencional interferência do jornal no tratamento do tema, aparentemente na esperança de influenciar a opinião pública. Conforme observa Price:

A pesar de los intentos de una transmisión objetiva, los medios son selectivos al determinar qué tipos de mensajes se retransmite. Más allá de su papel de facilitar la recogida e intercambio de ideas, los comunicadores de masas asumen también un papel mucho más dirigente al intentar configurar y moldear la opinión. Las elites de los medios de comunicación no son transportadores pasivos de debate y la información pública, sino también participantes activos. (1994: 104)

Mais do que publicar predominantemente opiniões em sintonia com a sua, cremos ter identificado uma estratégia deliberada de *O Estado de S. Paulo* para apresentação e reapresentação sucessiva de sua visão dos temas, em quase todos os gêneros jornalísticos. Assim, por exemplo, a partir da notícia sobre as primeiras movimentações para a nomeação dos superintendentes do Incra, em janeiro, o assunto passa a ser abordado sucessivamente em editorial, em cartas de leitores, em colunas de opinião e artigos (ver Figura 5, fluxograma “Nomeações para o MDA e Incra”, página 32), de forma a permanecer nas edições do jornal ao longo de todo o ano.

Pudemos observar que, por vezes, para não deixar o ciclo de reapresentação arrefecer, o jornal produz reportagens especiais sobre o tema ou faz novas referências a ele em seus editoriais. Apesar de apresentado em período mais restrito no tempo,

a mesma estratégia foi observada no episódio do boné (ver Figura 16, fluxograma “boné do MST”, página 66).

Outro meio utilizado por *O Estado de S. Paulo* para a manutenção continuada de opiniões de seu interesse a respeito do tema agrário, nas edições de 2003, foi o espaço reservado ao engenheiro agrônomo Xico Graziano, quadro do PSDB e “destacado porta-voz do ponto de vista dos ruralistas”, na qualificação feita em texto do próprio jornal. Conforme exposto no Capítulo 4, OESP reservou a ele um espaço fixo na página A2 para abordar exclusivamente as questões agrárias. Ao longo de todo o ano, ele escreveu 25 textos para essa página.

A exemplo do ocorrido com os dois episódios analisados, o leitor do jornal pôde ter contato com as opiniões de Xico Graziano para além de sua coluna, em outros gêneros jornalísticos: em duas oportunidades suas opiniões foram usadas por outros articulistas, foi citado três vezes em editorial, em oito oportunidades apareceu no setor de cartas dos leitores e teve quatro participações como fonte do jornal em reportagens, em que foi identificado como “especialista” ou “estudioso” sobre as questões relacionadas ao campo.

Graziano pareceu exercer para o jornal a função de ideólogo, repetindo constantemente, a cada participação, seus argumentos principais. Afirmou que o modelo de reforma agrária distributivista está superado, que não há mais um número significativo de sem-terra no país e redefiniu o conceito de latifúndio, ao defender que já não existem mais grandes extensões de terras improdutivas no Brasil, pois elas teriam se transformado em grandes “empresas rurais”, exportadoras e geradoras de emprego. Ao fazer isso, Graziano procurou desqualificar a principal reivindicação dos movimentos por reforma agrária: a propriedade da terra.

Como estratégia, OESP parece ter duas linhas de ação política discursiva complementares. De um lado, repete constantemente as qualidades de sua posição ideológica, dizendo aos leitores, por exemplo, que sabe como selecionar um ministro de Estado, os superintendentes e o presidente do Incra; declarando que o agronegócio sustenta o país, que não mais existem latifúndios nem sem-terra no Brasil etc. Sua tentativa de parecer majoritário remete à hipótese de Espiral do Silêncio³, em que a

repetição garantiria o efeito de amplificar as opiniões favoráveis e, ao mesmo tempo, silenciar as em sentido contrário, num ciclo que se auto-alimenta.

De outro lado, num movimento simultâneo, OESP apela para o vaticínio de efeitos negativos para as medidas de carácter progressivo adotadas pelo governo em relação ao MST, tanto no âmbito das ações factuais (as nomeações políticas e o uso do boné) quanto do ponto de vista mais geral, utilizando-se da intimidação e da desqualificação de propostas, caminho que os movimentos reacionários sempre usaram ao longo da história, segundo Hirschman (1992), com maior ou menor sucesso.

Em lugar de simplesmente mostrar-se contrário às mudanças, e assim reafirmar sua posição ideológica a favor da continuidade do contexto agrário no país, o jornal e seus porta-vozes (no caso, as vozes que majoritariamente falam nos diversos gêneros jornalísticos) fizeram uso das teses descritas por Hirschman para desqualificar os anseios do MST e, assim, tentar inibir as ações do governo.

Segundo Hirschman, essa estratégia é utilizada em razão da característica progressista da época moderna que faz com que os “reacionários” vivam em um mundo hostil:

Devem enfrentar um clima intelectual em que um valor positivo é atribuído a qualquer objetivo elevado que seja colocado na agenda social dos autoproclamados “progressistas”. Considerando esse estado da opinião pública, é pouco provável que os reacionários lancem um ataque aberto contra esse objetivo. Em vez disso, eles o endossam, com maior ou menor sinceridade, mas depois tentam demonstrar que a ação proposta ou levada a cabo é malconcebida. (1992: 18)

³ Com base nos estudos desenvolvidos à frente do Instituto Allensbach, nas décadas de 1960 e 1970, na Alemanha, Elisabeth Noelle-Neumann procurou revelar como a opinião pública se forma, reage, se manifesta ou silencia, dependendo do que revela seu “radar” sobre a opinião dos demais. De acordo com a hipótese, cada indivíduo possui uma capacidade quase estatística de perceber o clima de opinião predominante a sua volta e, com base nessa percepção, irá então decidir se expõe sua opinião divergente ou resigna-se ao silêncio. Ver Noelle-Neumann (1995).

De maneira geral, os argumentos que aparecem em *O Estado de S. Paulo* são de que a reforma agrária ou qualquer outra sinalização do governo favorável ao MST:

- ameaçam o sucesso do agronegócio no país (Tese da Ameaça)
- incentivam a violência no campo, aumentando as invasões, criando confusão e afugentando os investimentos no país (Tese da Perversidade)
- não têm efeito, pois o modelo de reforma agrária está ultrapassado e os assentamentos realizados são verdadeiras “favelas rurais” (Tese da Futilidade)

o7pSoi.“nizatít. Pasõ de çcorreu ndoreporta afzadobre çalivrmaçãoXicr Graz, cfeiél ao

Esse amplo campo para exceções, não claramente explicado, que o Manual registra talvez garanta ao jornal uma desejável margem de manobra, visando redefinir como “interpretação”, aos olhos da opinião pública, a efetiva ação política por meio da opinião que o jornal de fato exerce nas reportagens. Como diz Price:

Los actores de la política (o elites) son aquellas personas que intentan hacer variar la conducta del colectivo. Los actores, dentro y fuera del sistema político establecido, y con frecuencia organizados en grupos de presión, crean asuntos públicos, en primer lugar, formulando y después defendiendo políticas alternativas. El debate público se refiere principalmente a un debate entre actores de la política contendientes, que se retransmite por los medios de comunicación para que las personas del público atento lo observen y mediten y, mucho menos frecuentemente, participen. (1994: 105)

Novos estudos poderão explorar a recorrência dos elementos apontados da ação política de OESP em relação a outros temas presentes em suas edições e à adoção de estratégias semelhantes por outras publicações jornalísticas, ajudando a compreender cada vez melhor as ações políticas dos órgãos de imprensa.

Referências bibliográficas e bibliografia consultada

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

ARBEX JÚNIOR, José. *O jornalismo canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder*. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. de Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. de Mauro W. Barbosa. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4ª ed. rev. e aum. São Paulo: Ática, 1990.

BARCELLOS, Caco. Maltrapilhos e esfarrapados. In: DANTAS, Audálio (org.). *Repórteres*. São Paulo: Senac, 1998. p. 35-51.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Trad. de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luis A. Cabello. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996. Coleção Primeiros Passos, v. 301.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

BEZERRA NETO, Luiz. *Sem-terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais*. Campinas: Autores Associados, 1999. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 67.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e géneros do jornalismo português e brasileiro*. Santarém (Portugal): Jortejo, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. Coleção História do Povo Brasileiro.

COMPARATO, Bruno Konder. *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

COUTINHO, Iluska. *Colunismo e poder: representação nas páginas de jornal*. Rio de Janeiro: Sotese, 2005.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. Trad. de Gilson César Cardoso de Souza. 17ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001. Coleção Questões da Nossa Época, v. 92.

FRANCASTEL, Pierre. *A realidade figurativa*. Trad. de Mary Amazonas Leite de Barros. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

GOHN, Maria da Glória (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GRAZIANO, Xico. *O carma da terra no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: A Girafa, 2004.

HIRSCHMAN, Alberto O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. Trad. de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HIRSCHMAN, Alberto O. *Auto-subversão: teorias consagradas em xeque*. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.

HOUTZAGER, Peter P. *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. Trad. De Graziela Schneider. São Paulo: Globo, 2004.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. 2ª ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: Norte e Sul: manual de comunicação*. Trad. de Rafael Varela Júnior. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LAVALLE, Adrián Gurza. *Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras*. São Paulo: Globo, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARCONDES FILHO, Ciro. *A saga dos cães perdidos*. 2ª ed. São Paulo: Hacker, 2002. Coleção Comunicação e Jornalismo.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3ª ed. rev. e amp. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MORAES, Amaury César. *Imprensa e constituinte: o projeto político do jornal O Estado de S. Paulo (1987-1988)*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Trad. de Sérgio Grossi Porto. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *La espiral del silencio: opinión pública: nuestra piel social*. Trad. de Javier Ruiz Calderón. Barcelona, Paidós Comunicación, 1995.

PAIM, Antonio. *História do liberalismo brasileiro*. São Paulo: Mandarim, 1998.

PORTELA, Fernando; FERNANDES, Bernardo Mançano; VESENTINI, José William (coord.). *Reforma agrária*. 13ª ed. São Paulo: Ática, 2004. Coleção Viagem pela Geografia.

PRICE, Vincent. *La opinión pública: esfera pública y comunicación*. Trad. de Pilar Vázquez Mota. Barcelona: Paidós Comunicación, 1994.

ROMÃO, Lucília; PACÍFICO, Soraya. No lugar de presidente com o boné do MST. Disponível em http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/soraya_lucilia_26.htm. Acesso em: 17 out. 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUSA, Jorge Pedro. *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Chapecó: Grifos, 2000.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. *Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST*. São Paulo: Annablume, 2004.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

STEINER, Claude M. *O outro lado do poder*. Trad. de Rosa R. Krausz. São Paulo: Nobel, 1984.

TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. Trad. de Luís Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993. Coleção Comunicação & Linguagens.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. *Os filhos da lona preta: identidade e cotidiano em acampamentos do MST*. São Paulo: Alameda, 2005.

VEIGA, José Eli. *O que é reforma agrária*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. Coleção Primeiros Passos, v. 33.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Trad. de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 7ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

Anexos

ANEXO 1 – Textos de *O Estado de S. Paulo* sobre a nomeação para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

- Os textos discordantes da linha editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* aparecem destacados em negrito.
- Quando dentro de uma mesma reportagem houver referências ao fato, feita por sujeitos diferentes (fontes diversas ou o próprio jornal), elas aparecerão separadas.
- Para facilitar a visualização, a palavra Incra aparece sublinhada.

1. TEXTOS DE EDITORIAIS

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<i>Bomba de Retardamento (...)</i> E a escalada de violência acaba de receber estímulo extra do ministro Rossetto. Usando critérios exclusivamente ideológicos, nomeou para as 20 superintendências regionais do <u>Incra</u> conhecidos militantes do MST, da CUT, da esquerda do PT e da chamada ala progressista da Igreja. Do ponto de vista administrativo, o loteamento político das superintendências do <u>Incra</u> já seria um grave retrocesso, pois liquida o sistema de preenchimento de cargos, estabelecido há dois anos pelo então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, através de uma espécie de concurso de títulos e avaliação técnica dos candidatos. Do ponto de vista ético-político, porém a ocupação – esse é o termo apropriado - do órgão que executa a reforma agrária como mediador entre as partes em conflito, definindo o que são terras produtivas ou não, por uma das partes em conflito, constitui uma grosseira e escandalosa trapaça, que um governo sério não pode referendar, mesmo porque o que fez o militante radical colocado à frente do ministério encarregado da reforma agrária foi montar uma bomba de retardamento que explodirá nas mãos do governo.	1	21 de fev. de 2003	A3

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p>Isso porque atenta contra a paz social e, ao aumentar o potencial de conflito no campo, coloca em risco o setor de atividade econômica – a agricultura de escala com alto conteúdo tecnológico - que tem sustentado o crescimento do PIB nos últimos anos, fornecendo alimentos baratos e ajudando substancialmente o País a equilibrar suas contas externas.</p>			
<p><i>Nomeações deixam o <u>incra</u> sem condições de mediar conflitos</i> (Janela)</p>	1		
<p><i>MST tem pressa em desmoralizar o governo (...)</i> Pois, apesar do empenho e de todas as concessões já feitas pelo novo governo – como revela a nota do Ministério do Desenvolvimento Agrário -, afora prestigiar a entidade na montagem dos escalões administrativos da área, o MST já desrespeita o governo Lula muito mais do que desrespeitava o governo FHC.(...) em Goiânia, Goiás, a ocupação também da sede regional do <u>Incra</u> por cerca de 500 mulheres, dispostas a ficarem no prédio por tempo indeterminado, caso o governo federal não admita discutir a indicação do superintendente regional do instituto - elas querem impor seu “candidato”.</p>	2	7 de março de 2003	A3
<p><i>O Desafio do MST (...)</i> Apesar de o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, ter manifestado sua cara condenação ao desrespeito à lei, praticada pela principal entidade dos Sem-Terra, tanto o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, quanto o presidente do <u>Incra</u>, Marcelo Resende, fornecem apoio logístico ao MST, sem esboçar reação ante atitudes violentas ou vandálicas – contra as sedes regionais do <u>Incra</u>. Diante da evidência de que estão abandonados – pelo Estado – à própria sorte, os fazendeiros estão se mobilizando para defender suas propriedades. Nas primeiras escaramuças já houve tiros e feridos e há notícia de um morto. Ao que parece, o presidente da República ainda não avaliou realisticamente a ameaça que essa situação traz para o êxito de seu governo. Esse é um desafio que ele não tem condições de enfrentar se</p>	3	13 de março de 2003	A3

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p>não começar pela demissão do ministro que entregou o <u>Incra</u> ao MST e seus “companheiros de viagem”.</p>			
<p><i>A agropecuária exige respeito (...)</i> É justamente o que pretendem voltar a fazer, quando não apenas tentam “apressar o ritmo” dos assentamentos, invadindo, ocupando ou depredando sedes regionais do <u>Incra</u> (como as de Cuiabá, Goiânia e Marabá), mas também impondo ao órgão do governo listas como a das 60 fazendas “desapropriáveis” do sul do Pará ou das 160 de Mato Grosso do Sul. Afinal de contas, como disse o líder “sem-terra” Ronald Monteiro, um dos comandantes da ocupação do <u>Incra</u> de Marabá, “o <u>Incra</u> é nosso...” (...) Embora acreditemos que, dificilmente, o Congresso venha contribuir para insuflar a guerra no campo, revogando essa MP, considerando-se que o <u>Incra</u> se tornou um órgão público praticamente ocupado pelos movimentos dos sem-terra – independentemente das ocupações de suas sedes regionais-, que seu presidente e o ministro do Desenvolvimento Agrário revelaram clara submissão às diretrizes emessetistas.</p>	4	20 de março de 2003	A3
<p><i>Invadir é como escovar os dentes</i> Com mais quatro diretores ligados aos sem-terra, o governo completou a nomeação dos superintendentes regionais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>), dando ao órgão o perfil ideológico representado pelas entidades de onde foram escolhidos seus integrantes, na seguinte proporção: dos 29 superintendentes, 26 são ligados a organizações como o Movimento dos Sem-Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) ou a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Os três restantes, não ligados diretamente aos movimentos ditos sociais, são os do Rio de Janeiro, de Marabá (Pará) e de Goiás. Estes são políticos do PT ou ligados à CUT, e suas indicações foram apenas toleradas pelo MST. Um dos coordenadores nacionais do MST, João Paulo Rodrigues, explicou os limites da “concessão” que sua entidade fez ao governo e a seu partido: “O PT</p>	5	20 de abril de 2003	A3

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p>vai manter os três superintendentes, mas o partido vai arcar com as responsabilidades. Se a reforma agrária não avançar esses três Estados, o <u>Incra</u> fará mudanças.”</p>			
<p><i>O MST, organização ‘paraestatal’ (...)</i> A necessária conclusão que tiramos, junto com o sociólogo, das perspectivas de atuação dessa entidade, é que, além de ele em nada contribuir para a reforma agrária ou para a solução do problema fundiário do País (antes, pelo contrário), é provável que se torne o maior estorvo político do governo Luiz Inácio Lula da Silva. E é bom salientar que a entrega dos postos-chave do <u>Incra</u> ao MST e seus coligados, em lugar de representar uma solução, representa um sério agravamento do problema, uma vez que os hábitos de irresponsabilidade – dos que jamais assumiram responsabilidade formal – podem contaminar um importante setor da administração pública brasileira. O presidente Lula já interveio em alguns setores de seu governo, debelando crises. Neste, ainda não.</p>	6	11 de maio de 2003	A3
<p><i>MST já virou guerrilha (...)</i> “Uns 30 homens entraram na casa e mandaram eu sair. Pedi para tirar os móveis, mas eles disseram que não, senão eu também iria ser queimado.”(...) Trata-se de uma operação do Movimentos dos Sem-Terra (MST) (...) O que mais seria preciso para colocar esse movimento no rol das guerrilhas latino-americanas? Observe-se que todos os órgãos do governo federal, direta ou indiretamente relacionados com a reforma agrária, foram preenchidos pelos chamados movimentos “sociais”, encabeçados pelo MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (...) Aqui já dissemos que, em muitas áreas de seu governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma intervenção direta para corrigir rumos ou acabar com crises – mas não no ministério encarregado da reforma agrária que em má hora ele entregou a um “militante” do MST. (...) Se não corrigir o erro inicial que foi a nomeação de Rossetto, a tempestade não vai amainar. Pelo contrário.</p>	7	23 de maio de 2003	A3

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p><i>Má-fé e inépcia</i></p> <p>O ministro afirma que escolheu, para preencher os quadros do <u>Incra</u>, pessoas ligadas ao MST, à Contag e à Comissão Pastoral da Terra (CPT) “porque são as pessoas mais capacitadas para desenvolver o programa (de reforma agrária)”. Nenhuma pessoa bem informada leva a sério o que diz o ministro. E o presidente da República, supostamente, é a pessoa melhor informada “deste país” sobre o que se passa no seu governo. E, felizmente, ao contrário do ministro, é uma pessoa de boa-fé.</p>	8	8 de junho de 2003	A3
<p><i>Antes tarde do que nunca</i></p> <p>Está provado que (...) Há lógica nessa decisão, considerando-se que o ministro Rossetto entregou o <u>Incra</u> ao MST.</p>	9	25 de junho de 2003	A3
<p><i>Nada vai mudar</i></p> <p>A expansão agressiva desses movimentos é, sem dúvida, estimulada pelo fato de seus representantes comandarem as superintendências do órgão governamental encarregado da reforma agrária – o <u>Incra</u> – e pela leniência em relação ao desrespeito à lei, porquanto os mandados de reintegração de posse não são cumpridos. O encontro de ontem é a garantia de que nada vai mudar, a não ser para pior.</p>	10	3 de julho de 2003	A3
<p><i>Rendição incondicional</i></p> <p>De outro lado, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, ao desmentir a intenção de pedir uma “trégua” ao MST, observou, que, no estado de direito, em vez de tutelar os movimentos civis, “ao governo cabe fazer cumprir a lei e as regras”. O comentário é tão irrepreensível como inequívoco o fato de que o seu autor é nada menos do que o cavalo de Tróia do MST no governo, tendo transformado o <u>Incra</u> numa sucursal desse “movimento civil”.</p>	11	4 de julho de 2003	A3
<p><i>Que estatísticas olhou o ministro?(...)</i></p> <p>o MST já praticara muito mais esbulho do que em todo o último ano do governo Fernando Henrique Cardoso. E não era para menos, pois tem sido no governo Lula, no qual todas as superintendências</p>	12	23 de julho de 2003	A3

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
regionais do órgão central da Reforma Agrária – o <u>Incra</u> – passaram a ser comandadas por pessoas de uma forma ou de outra ligadas aos movimentos dos sem-terra.	13	26 de julho de 2003	A3
<i>A declaração de guerra do MST</i> E o Brasil pode esperar? Enquanto o MST acelera o ritmo das invasões de terras, o presidente do <u>Incra</u> , Marcelo Resende, diz que isso é apenas “natural” porque, sendo o presidente e o PT favoráveis à reforma agrária, “então a sociedade (sic) se sente assim, com maior expectativa, maior confiança...” (...) É assim, com a tibia “política do avestruz”, que o governo parece estar reagindo, diante de um País aturdido, à nova estratégia do MST, com a ativa cumplicidade dos seus feudos geminados no Executivo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o <u>Incra</u> .	14	28 de ago. de 2003	A3
<i>O caso do BNDES</i> A quase paralisia do BNDES, a crise no Instituto Nacional do Câncer (Inca) e a sujeição do <u>Incra</u> à influência do MST são exemplos evidentes – e até chocantes – de como a ocupação política de cargos pode ser danosa ao País.	15	4 de set. de 2003	
<i>A demissão certa do homem errado</i> (Título)	15		
“Se se trata de uma correção de rumos do <u>Incra</u> , é preciso agora completá-la”. (Janela)	15		
O primeiro nicho da Administração Pública federal em que se manifestou o surto do “aparelhamento” – doença aguda da partidarização, que se espalhou, com intensidade galopante, por quase todos os setores do governo petista instalado no Planalto – foi o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>) – que passou, por obra e graça do ministro Rossetto, a ser literalmente ocupado por militantes, prepostos ou simpatizantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e de outros movimentos sociais. (...) nada indica, pelo menos até o presente momento,	15		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
que será removida a verdadeira causa de toda a confusão levada ao campo, no Brasil, desde a investidura do governo Lula, o seja, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.”			
“ <i>Estréia desastrosa</i> ” (Título)	16	6 de set. de 2003	A3
<i>A pergunta é: precisava trocar o presidente do <u>incra</u> por um fac-símile?</i> (Janela)	16		
A falsa mudança gera frustração maior do que a que causava situação que se pretendia mudar – pois, aí, ao prejuízo se soma o engano. Eis por que os empresários rurais, que se sentiram aliviados com a substituição do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>), Marcelo Resende, se mostraram tão indignados com as primeiras declarações – desastradas, é bem de ver – do novo presidente da instituição, Rolf Hackbart. (...) O que ele e Rossetto pensam todo mundo sabe, mas o mínimo que se esperava dele é que soubesse disfarçar. Mas há um outro ponto ainda muito mais concreto a comprovar o pleno continuísmo de gestão do <u>Incra</u> : segundo o novo presidente, todos os superintendentes regionais do órgão permanecerão em suas funções. E sempre é bom lembrar que, de seus 29 dirigentes, 26 são pessoas ligadas diretamente aos movimentos sociais, especialmente ao hegemônico Movimento dos Sem-Terra (MST). Então, a indagação óbvia que se impõe é esta: por que cargas d’água se trocou o sr. Marcelo pelo sr. Rolf? (...) Realmente, difícil é acreditar que a paz voltará ao campo com a simples troca – nos setores do governo encarregados da reforma agrária – de seis por meia dúzia.	16		
<i>O MST dá nota baixa ao governo</i> Em vista desses dados, pode-se ou não dizer que o atual governo, que já de início distribuiu as superintendências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>) a lideranças dos movimentos ditos sociais, tem representado, por si, um ponderável fator de estímulo à violência no campo?	17	16 de nov. de 2003	A3

2. TEXTOS DE REPORTAGEM

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
A indicação do presidente do <u>Incra</u> está sendo discutida com Lula e o objetivo é que receba o aval dos líderes do MST.	1	3 de jan. de 2003	A9
A equipe responsável pelo programa de reforma agrária no governo Lula terá quatro técnicos indicados pelos movimentos de trabalhadores rurais, como O Movimento dos Sem-Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e a CUT-Rural. O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>) será o geógrafo Marcelo Resende, que tem relações com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). (...) Seu nome foi apoiado pelos líderes do MST. “Ele tem um compromisso grande com a reforma agrária e sempre se posicionou contra o mercado da terra”, disse a deputada Luci Choinacki (PT-SC), ligada à CPT e ao MST, referindo-se ao Banco da Terra – instituição criada no governo Fernando Henrique para financiar a compra de terras e que sempre foi alvo de críticas dos sem-terra.	2	9 de jan. de 2003	A13
O novo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>), Marcelo Resende, assumiu ontem o cargo prometendo empenho para acelerar o processo de desapropriação de terras improdutivas e de assentamento de famílias sem-terra. “Acho importante rever os índices de produtividade para acelerar o processo de obtenção de terras”, afirmou Resende. (...) O discurso de posse do novo presidente do <u>Incra</u> , que comandou o Instituto da Terra no governo Itamar Franco, foi bem recebido pelos líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), presentes à cerimônia. Ligado à Comissão Pastoral da Terra (CPT), Resende disse que “a reforma agrária não será feita pelo mercado”, uma alusão ao Banco da Terra, um dos programas do governo Fernando Henrique Cardoso mais combatidos pelo MST. O	3	10 de jan. de 2003	A10

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
próprio Resende já esteve em Washington para um protesto contra o programa, que é financiado pelo Banco Mundial.			
Entre os 21 nomes já indicados, há nove engenheiros agrônomos, sendo três técnicos de carreira do <u>Incra</u> , cinco ex-assessores de administrações petistas, um pedetista, dois dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dois indicados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) e até um padre, ligado à Comissão Pastoral da Terra (CPT), que vai coordenar o <u>Incra</u> no Piauí.	4	18 de fev. de 2003	A12
<i>Ruralistas protestam contra nomeações no <u>Incra</u></i> (Título)	5	20 de fev. de 2003	A10
A nova safra de superintendentes estaduais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>), anunciada há pouco pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, está sendo vista por setores ruralistas como provocação. (...) Dos 20 nomes anunciados para as superintendências (faltam 9), 10 saíram diretamente dos quadros do MST. E os outros só foram confirmados depois de aprovados pela organização, num processo de consultas que envolveu também a Comissão Pastoral da Terra (CPT) a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), diretórios petistas e organizações regionais de trabalhadores rurais.	5		
Há pouco mais de uma semana, quando o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, apresentou a lista com 20 novos superintendentes regionais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>), chamou a atenção o fato de três deles – de Rondônia, Roraima e Piauí – terem vindo de órgãos de direção da Comissão Pastoral da Terra (CPT), presidida por d. Tomás. Mais vagas – Em todos os outros lugares onde houve renovação dos quadros do <u>Incra</u> a CPT também foi consultada. Nos seus 25 anos de existência, a entidade, berço e nutriz do Movimentos dos Sem-Terra	6	23 de fev. de 2003	A9

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
(MST), nunca havia experimentado tanta deferência. Mas seus dirigentes querem ir além: ainda ontem tentavam nomear outras pessoas de seus quadros para as nove vagas que continuavam abertas no <u>Incra</u> .			
<i>Prédios do <u>Incra</u> são ocupados em GO e MT</i> (...) em Goiânia, o motivo da ocupação é pressionar para a nomeação do advogado Ailtamar Carlos da Silva, ligado à Contag.	7	6 de mar. de 2003	A4
(...) “Essa relação franca está sendo mantida em todas as regiões do País, através das Superintendências Regionais do <u>Incra</u>, cujos nomes de todos os novos superintendentes já foram anunciados publicamente.”	8		A5
(...) Essa relação franca está sendo mantida em todas as regiões do País, através das Superintendências Regionais do <u>Incra</u>, cujos nomes de todos os novos superintendentes já foram anunciados publicamente. (Trecho da nota do ministério)	9		A5
(...) Dirceu afirmou ainda que Rossetto lhe garantiu que não havia razões para a ocupação do <u>Incra</u> em Goiânia, onde mulheres e crianças do MST questionaram a indicação do superintendente regional da autarquia.	10	7 de mar. de 2003	A4
<i><u>Incra</u> ajuda invasores a adiar desocupação</i> (Título)	11	7 de mar. de 2003	A5
O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>) assumiu ontem a defesa das 400 famílias de sem-terra que desde sábado ocupam a Fazenda Santa Isabel, em Alambari, na região de Sorocaba. Segundo o chefe da divisão técnica da Superintendência de São Paulo, Antonio Oswaldo Storel Júnior, o órgão vai pedir mais prazo para o cumprimento da liminar de desocupação dada pelo juiz de Itapetininga, Ronnie Herbert Barros Soares.	11		
O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luís Antonio Nabhan Garcia, criticou a intervenção dos órgãos federal e estadual. “São instituições públicas e deveriam manter a isenção.”	11		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p><i>Presidente do <u>Incra</u> é ligado à ala progressista da Igreja</i> (Título)</p> <p>O presidente do <u>Incra</u> o geógrafo Marcelo Resende, usa na mão esquerda um anel de tucum, palmeira típica da região Norte do País. É um ornamento que mostra claramente sua origem: o anel de tucum, feito por índios ou sertanejos da Amazônia, é usado por padres, freiras e leigos vinculados à ala progressista da Igreja Católica. Destina-se sobretudo a mostrar o compromisso radical com as causas populares e a defesa dos mais pobres. Pode ser encontrado nos dedos de alguns bispos brasileiros, pensadores da Teologia da Libertação, milres enteue mviamentas populare.s Resende,eue33maros,já,fzrportesasorganizações.</p> <p>T6.4(rtrae)52.9(Animtaçã,eue Pstorcaa)]TJ T* 0.2486 Tc 0.125 Tw Rurca</p> <p>l e v g a d o à d e e c o i b e r t l d e (r t r n t e u v o l u t r n t - o q u a</p> <p>piradarformradgráril.s</p>			

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
“Os ruralistas sempre foram a classe mais reacionária do Brasil, sempre impuseram sua força contra o avanço da reforma agrária e não se conformam com a presença das pessoas favoráveis a mudanças em cargos do governo”, disse. “Não querem abrir mão de seus privilégios.”	14		
A sede do <u>Incra</u> estava ocupada há três dias por 500 sem-terra, a maioria mulheres, que protestavam contra os nomes sugeridos para a superintendência do instituto. Eles só saíram do prédio depois que o governo federal aceitou incluí-los na discussão sobre a escolha do superintendente, que deve sair até sexta-feira.	15	11 de março de 2003	A10
“Queremos participar das negociações e ser ouvidos”, contou José Valdir Miesnerovicz, um coordenador do movimento.	15		
Rossetto disse que protestos como a invasão da sede do <u>Incra</u> em Goiânia, durante o carnaval, não serão aceitos. O MST não concordou com a escolha do superintendente regional da autarquia. O ministro garantiu aos superintendentes apoio e estabilidade no trabalho.	16	12 de março de 2003	A7
“A escolha dos superintendentes foi minha. Não recuarei em nenhuma delas, porque foram feitas depois de muita negociação, observados os critérios de qualificação profissional, gestão pública e compromisso com o programa de reforma agrária.”	16		
“Os proprietários rurais não se sentem protegidos. Veja bem: os cargos do <u>Incra</u> em todos o País foram loteados entre os representantes do MST, da CPT e os radicais do PT.” (Declaração do presidente do Movimento Nacional dos Produtores (MNP), João Bosco Leal)	17	13 de março de 2003	A10
Em vários lugares do País, os ruralistas estão se reunindo para discutir o que fazer diante da possível ofensiva do MST. (...) Um assunto da pauta será a linha do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e do presidente do <u>Incra</u> , Marcelo Resende. Entre os proprietários rurais, eles são frequentemente	18	14 de março de 2003	A10

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
acusados de omissão perante atos ilegais dos sem-terra.			
<p>Estado – Como o senhor encara as críticas contra a indicação de superintendentes do Incra ligados ao MST e à CUT? Rossetto – Essa crítica revela um preconceito. Por que esse mesmo questionamento não é feito a outros setores da sociedade nos vários níveis de governo? Temos produtores rurais e industriais que ocupam cargos públicos. Isso é positivo. Por que é que se faz essa cobrança sobre o Incra? Não há nenhum militante orgânico do MST no Incra, mas se tivesse não seria nenhum problema. São técnicos qualificados. Estado – Mas isso não pode atrapalhar a ação do governo numa área tão delicada? Rossetto – Tenho amigos do MST, da Contag, e me orgulho disso, mas tenho uma clara distinção do que é ser governo e das minhas responsabilidades. Temos conversado com a Confederação Nacional da Agricultura e com as federações patronais estaduais.</p>	19	16 de março de 2003	A8
<p>(...) Ele rebateu críticas de ruralistas de que o Incra seria uma extensão do Movimento dos Sem-Terra (MST) no governo. (...) Também negou que as superintendências do Incra estejam sendo entregues só a pessoas ligadas ao MST. (Declarações de Marcelo Resende, presidente do Incra)</p>	20	18 de março de 2003	A4
<p>“Não vejo problema no fato de o presidente do Banco Central (Henrique Meirelles) ser representante da política macroeconômica. Não posso aceitar que quando no governo há uma pessoa comprometida com os movimentos sociais, venha a imprensa dizer que não pode”, reclamou. “Quero exercer minha cidadania. Não posso ser rotulado porque tenho o respeito dos movimentos sociais.” (...) “Abrimos os nomes à apreciação de todos os atores sociais envolvidos.”</p>	20		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
Estado – O ministro do Desenvolvimento Agrário disse que o <u>Incra</u> não é um organismo neutro. (Entrevista com o presidente da Sociedade Rural Brasileira, João de Almeida Sampaio Filho)	21	18 de março de 2003	A5
Sampaio - Toda pessoa nomeada para um cargo de governo tem de governar para todos. O <u>Incra</u> é um órgão público e tem de ser neutro. Não pode optar por um lado.	21		
“TODA PESSOA NOMEADA PARA UM CARGO DE GOVERNO TEM DE GOVERNAR PARA TODOS. O <u>INCRA</u> NÃO PODE OPTAR POR UM LADO.” (Janela)	21		
Segundo o presidente da União Democrática Ruralista (UDR) , Luis Antonio Nabhan Garcia, o que mais preocupa as lideranças rurais é a influência que o MST passou a exercer sobre o Ministério do Desenvolvimento Agrário no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. “Militantes desse movimento ocuparam posições-chave no ministério cuja missão seria conduzir com isenção a reforma agrária.” Os ruralistas reclamam da infiltração de simpatizantes do movimento no governo, entre eles o próprio ministro Miguel Rossetto. “Ele não disfarça sua simpatia com o MST.”	22	18 de março de 2003	A5
Segundo o presidente da UDR do Oeste Paulista, Luis Antonio Nabhan Garcia, o MST exerce influência sobre o Ministério do Desenvolvimento Agrário. “Nunca ficamos tão expostos às investidas do MST como agora”, disse Nabhan. “Existe uma conivência com as atitudes do MST. Não podemos concordar com essa parcialidade do ministro e do <u>Incra</u> .”	23	20 de março de 2003	A9
O Senado convocará o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, para que ele explique a afirmação de que contrataria o líder do Movimento dos Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile, para trabalhar no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>) e outras declarações polêmicas.	24	25 de março de 2003	A8

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p>Rossetto repetiu várias vezes que o quadro que a mídia apresenta hoje sobre os conflitos na zona rural não corresponde à realidade. Está se privilegiando uma agenda de conflitos, de maneira preconceituosa e sem nenhuma base na realidade. Há uma ideologização muito forte no tratamento da questão do campo, uma impressionante exacerbação dos conflitos.” Ele citou o exemplo das reações que teriam ocorrido pelo fato de indicar para as superintendências do <u>Incra</u> nomes de técnicos com boas relações com organizações de trabalhadores rurais sem-terra. “Há representantes dos setores industriais em cargos do governo. Isso é ruim? Não. O que devemos olhar é sua conduta, o resultado de seu trabalho.”</p>	25	1 de abril de 2003	A10
<p>Por outro lado, o Movimento Nacional dos Produtores (MNP) enviou a senadores e deputados uma carta na qual acusa o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, de colocar-se acima da lei e de espalhar o pânico. (...) O MNP critica ainda a indicação de simpatizantes do Movimentos dos Sem-Terra (MST) para as superintendências regionais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>). Isso estaria apavorando os produtores.</p>	26	2 de abril de 2003	A9
<p>O governo completou ontem a nomeação dos 29 superintendentes regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>). Do total desses representantes nos Estados, 26 são ligados a entidades como o Movimento dos Sem-Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) ou a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), segundo informou um dos coordenadores nacionais do MST, João Paulo Rodrigues. (...) O maior exemplo da estreita relação entre as organizações de luta pela reforma agrária e o <u>Incra</u> é o presidente nacional do instituto, o geógrafo Marcelo Resende, vinculado à CPT.</p>	27	8 de abril de 2003	A9

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
(...) Rodrigues disse que o Ministério do Desenvolvimento Agrário trabalhou para indicar a maioria dos representantes do <u>Incra</u> com apoio das entidades que lutam pela reforma agrária. (...) Segundo ele, as nomeações no Rio de Janeiro, Goiás e Marabá fugiram à regra, porque o PT quis “interferir diretamente”. “O PT vai manter os três superintendentes, mas o partido vai arcar com as responsabilidades. Se a reforma agrária não avançar nesses três Estados, o <u>Incra</u> fará mudanças.” (Declarações de um dos coordenadores nacionais do MST, João Paulo Rodrigues)	27		
<i>Para Rossetto, nomeações não vão acirrar conflitos</i> (Título)	28	9 de abril de 2003	A7
O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, está convencido de que a nomeação de superintendentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>) ligados ao Movimento dos Sem-Terra (MST) e outras entidades pró-trabalhadores rurais não vai acirrar conflitos no campo. (...) Rossetto demonstrou irritação ao ser questionado sobre perfil dos superintendentes do <u>Incra</u> – dos 29, 26 receberam aval o foram ligados a entidades como o MST. “Este é um tema exaurido. Todas as nomeações são de inteira responsabilidade do ministro e levam em consideração critérios técnicos e capacidade de gestão.”	28		
O perfil dos novos superintendentes desagradou ao presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Antônio Ernesto De Salvo, presente ao encontro. “Seria prudente que se nomeassem pessoas de conhecimento técnico, desvinculadas de movimentos político-sociais.”	28		
O presidente do <u>Incra</u> , Marcelo Resende, afirmou que os superintendentes não representam os movimentos sociais, mas tiveram o “acolhimento” das entidades antes da nomeação.	28		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<i>Para UDR, ministro é 'cúmplice' do MST</i> (Título)	29	17 de abril de 2003	A10
O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, disse ontem que a entidade passará a considerar o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, "cúmplice" das invasões promovidas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) toda vez que nada fizer para impedi-las ou tentar mediação favorável aos invasores. Para ele, o ministro se mantém "de braços cruzados" apesar de o MST anunciar com antecedência suas ações. "Quando ocorre uma invasão, ele manda representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>) ou da ouvidoria agrária negociar a favor de quem invadiu."	29		
Estado – Por que o senhor escolheu pessoas ligadas ao MST, à Contag e à CPT para ocupar as superintendências do <u>Incra</u> ? (<i>Entrevista com o ministro Miguel Rossetto</i>)	30	1 de junho de 2003	A8
Porque são as pessoas mais capacitadas para desenvolver esse programa. Existe uma parcela importante da sociedade e da imprensa que busca permanentemente associar a reforma agrária com o tema da violência. Isso é errado e não traduz a realidade brasileira. Na verdade reproduz uma visão preconceituosa, uma visão contrária a uma política de reforma agrária neste País.	30		
Numa reunião com os ministros mais chegados, Lula ouviu a avaliação de que a situação no campo piorara com a nomeação de indicados pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) para boa parte das superintendências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>) nos Estados.	31	25 de junho de 2003	A4
O Palácio do Planalto também decidiu não mexer na estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>), órgão no qual os movimentos sociais ligados aos sem-terra – MST, Confederação Nacional dos Trabalhadores da	32	29 de junho de 2003	A6

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
Agricultura (Contag), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e CUT-Rural – têm influência em 27 das 29 superintendências espalhadas por todo País. De acordo com interlocutores do presidente, o Palácio do Planalto chegou a ficar preocupado com o tamanho da estrutura montada pelos sem-terra nas superintendências regionais do <u>Incra</u> , mas concluiu que não há nada a fazer por enquanto.			
O governo pecou quando nomeou pessoas ligadas às alas radicais do PT e com alianças no MST para postos de direção do <u>Incra</u> e também no primeiro escalão do governo.	33	3 de julho de 2003	A6
Para o senador (Arthur Virgílio), o Planalto comete um erro ao tratar o MST como parceiro, entregando-lhe diretorias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>). “O governo está cometendo erros demais e não percebeu que pode cooptar fisiológicos, mas não zapatistas”, afirmou. “A tática não deu certo e agora o movimento investe contra as estruturas do governo.”	34	26 de julho de 2003	A5
<i>MST usa <u>Incra</u> para ampliar seu poder</i> (Manchete principal da capa)	35	24 de ago. de 2003	Capa
Movimento indicou novos superintendentes do <u>Instituto</u> e interfere na seleção de assentados (Olho da capa)	35		
Em todo o País, a nomeação de superintendentes regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>) provenientes do MST ou endossados por ele tem interferido diretamente nos assentamentos. Os líderes do movimento têm passado por cima das normas de seleção de assentados, procurando instalar nos lotes os candidatos que lhe são mais fiéis. Ao mesmo tempo, aumenta sua fatia no orçamento da reforma agrária e espalha temor entre profissionais que entram em conflito com ele, como gerentes de banco. (Texto da capa)	35		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<i>MST usa o <u>Incra</u> para expandir seu poder</i> (Título)	36		
A nomeação, em todo o País, de superintendentes regionais do <u>Incra</u> provenientes do MST ou avalizados pelo movimento tem surtido enorme impacto sobre os assentamentos e o seu entorno. Identificados como os que podem 'resolver a parada' com um telefonema, os líderes do MST têm exibido muito mais desenvoltura em passar por cima das normas de seleção de assentados, desviar recursos da reforma agrária para o movimento e intimidar agrônomos, gerentes de banco e outros funcionários públicos que atravessam o seu caminho.	36		
<i>Líder nega que MST influencie decisões do <u>Incra</u></i> (Título)	37	25 de ago. de 2003	A6
Um dos coordenadores nacionais do Movimento dos Sem-Terra (MST), Gilmar Mauro, que atua no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, negou que o movimento exerça influência sobre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>). “O MST não tem isso. O <u>Incra</u> é uma autarquia independente do MST e, oxalá, tivéssemos alguma influência”, reagiu ontem à reportagem publicada no Estado que cita um caso suspeito de posse de lote no assentamento Nova Esperança, em Euclides da Cunha.	37		
<i>Rosseto defende relação <u>Incra</u>-MST</i> (Título)	38	26 de ago. de 2003	A9
Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, as boas relações e os vínculos existentes entre superintendentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>) e o Movimento dos Sem-Terra (MST) não devem ser vistos como fato desabonador. Segundo ele, manter boas relações com os movimentos sociais é uma virtude. Rossetto fez essas declarações ao comentar a reportagem de	38		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p>Domingo do Estado, segundo a qual o MST estaria usando o <u>Incra</u> para expandir seu poder. Ele foi enfático ao afirmar que as relações do <u>Incra</u> com o MST são transparentes e dentro dos limites da legalidade. “Estamos numa República e as normas de administração pública são rigorosamente respeitadas pelo MDA e pelo <u>Incra</u>.” Ainda segundo o ministro, os superintendentes foram escolhidos pela sua capacidade: “Nossos gestores são analisados pela sua conduta. Para nós, relações positivas com os movimentos sociais, nos termos da reforma agrária e da valorização da agricultura familiar, são virtudes.”</p>			
<p><i>Máquina pública emperra; 70% das nomeações são políticas</i> (Manchete principal da capa)</p>	39	31 de ago. de 2003	Capa
<p>Os métodos adotados pelo governo petista para preencher postos estratégicos da máquina federal não confirmam as promessas feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que teria no governo “o mais competente ministério que já se formou” e “as melhores cabeças” do País. (Texto da capa)</p>	39		Capa
<p>A idéia é acompanhar muito de perto todas as nomeações e denunciar quando houver quebra dos critérios definidos pelo partido para o preenchimento de cargos – competência técnica, compromisso político (com a gestão democrática voltada para o interesse público) e idoneidade (transparência e austeridade; tolerância zero com a corrupção). São duas as motivações dos chamados rebeldes: a consolidação da aliança com o PMDB, e a promessa de entrega ao partido de postos de destaque nos ministérios, e episódios recentes como a crise no <u>Incra</u>.</p>	40		
<p><i>Cai presidente do <u>Incra</u>, ligado ao MST</i> (Manchete principal da capa)</p>	41	3 de set. de 2003	Capa

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
Objetivo da mudança é reduzir a tensão no campo; substituto é um economista (Olho da capa)	41		
Na tentativa de reduzir a tensão no campo, o governo anunciou ontem a demissão do presidente do <u>Incra</u> , Marcelo Resende, e sua substituição pelo economista Rolf Hackbart, assessor técnico do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Para ruralistas, Resende não tinha condições de mediar conflitos, por sua ligação com o MST. Os diretores regionais do órgão nomeados por ele e também vinculados ao movimento por enquanto ficam no cargo, mas sujeitos a avaliação. (Texto da capa)	41		
<i>Tensão no campo derruba presidente do <u>Incra</u></i> (Título)	42	3 de set. de 2003	A4
O ministro Rossetto (à esq.) apresenta o novo presidente: ‘um homem de diálogo’, encarregado de reduzir as tensões no campo (Legenda da foto)	42		
Tanto Rossetto quanto Hackbart afirmaram que, em princípio, os 29 superintendentes do <u>Incra</u> nos Estados não serão substituídos.	42		
Foi a indicação desses responsáveis pelo <u>Incra</u> nos Estados que irritou os produtores rurais, uma vez que 26 deles têm vinculação com o Movimento dos Sem-Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).	42		
<i>Hackbart promete ‘ampliar o diálogo’</i> (Título)	43		
‘RELAÇÃO COM O MST ‘NÃO MUDA NADA’ (Janela)	43		
O novo presidente do <u>Incra</u>, Rolf Hackbart, de 45 anos, disse, ao ser indicado para o cargo, que a relação entre a instituição e o Movimento dos	43		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p>Sem-Terra (MST) não vai mudar e que os superintendentes regionais não serão trocados. Estado – O senhor vai substituir os atuais superintendentes do <u>Incra</u>? Rolf Hackbart – Nossa decisão é pela manutenção dos atuais superintendentes. Segue a mesma política de reforma agrária do governo Lula. (...) Estado – Mesmo tendo sido nomeados por Resende? Hackbart – Seremos cobrados pela eficácia da execução do programa de reforma agrária. Não estou partindo de carimbo. Todos têm carteira de identidade brasileira, são lutadores da reforma agrária e todos seremos cobrados pela execução do programa de reforma. Estado – Sua nomeação muda alguma coisa na relação do <u>Incra</u> com o MST? Hackbart – Não. Não muda nada.</p>			
<p><i>Troca é bem recebida por produtores</i> (Título)</p>	44		A4
<p>“O GOVERNO DEMOROU A PERCEBER QUE RESENDE NÃO ESTAVA EM CONDIÇÕES DE MEDIAR CONFLITOS” JOÃO SAMPAIO, DA SRB (Janela)</p>	44		
<p>Para muitos deles, saída de Resende é indício de que o governo ‘não vai permitir a baderna’ (Olho)</p>	44		
<p>Representantes dos ruralistas foram cautelosos em seus comentários sobre a troca na presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ela sinalize uma redução nas tensões no campo. Embora ainda tivessem poucas informações sobre o rumo que o novo presidente pretende dar à organização, acharam positiva a saída de Marcelo Resende.</p>	44		
<p>“A troca é bem-vinda e pode ser um indicador de que governo não vai permitir a baderna”, disse o presidente da Sociedade Rural Brasileira, João Sampaio. O governo demorou a perceber que, com toda a ligação ideológica que o Resende tinha com</p>	44		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
os movimentos de sem-terra, ele não estava em condições de mediar conflitos.” Sampaio também lembrou a questão dos superintendentes regionais do <u>Incra</u> . “Espero que o novo presidente altere as estruturas regionais, indicados pelo Movimentos dos Sem-Terra (MST) e pela Comissão Pastoral da Terra”, afirmou. “Não falo em troca de pessoas, mas em mudança de atitudes. Enfim, espero que esse seja o primeiro passo para desanuviar a tensão e que sinalize o fim da fase das declarações demagógicas que tanto ouvimos nos últimos meses.”			
Piora – Para o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antonio Ernesto De Salvo, a “partidarização” do <u>Incra</u> que se verificou durante o atual governo só dificultou o debate da reforma agrária. “Os problemas com parte do funcionalismo do <u>Incra</u> , que insiste em desrespeitar as orientações do governo, vêm desde o governo Fernando Henrique Cardoso”, disse. “Mas eles se aprofundaram com a partidarização que marcou a atual gestão.”	44		
Em Campo Grande (MS), o presidente do Movimento Nacional dos Produtores Rurais, João Bosco Leal, argumentou que a presença de Resende à frente do <u>Incra</u> só serviu para agravar os conflitos no campo. “Colocá-lo no <u>Incra</u> foi o mesmo que pedir para o rato tomar conta do queijo”, disse. “O resultado disso foi a influência do MST e da CPT nas indicações dos superintendentes regionais. Aqui em Mato Grosso do Sul o superintendente já pertenceu à coordenação estadual do MST.”	44		
<i>D. Tomás Balduino diz que troca “é um desastre”</i> (Título)	45		A5
“Um desastre para a reforma agrária”. Foi assim que o presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o bispo d. Tomás Balduino, definiu a demissão de Marcelo Resende da presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>). “Não se trata apenas de uma troca	45		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
de pessoas, mas sim da mudança de método da reforma.(...)” (...) De acordo com o bispo, Resende caiu porque estava mais comprometido com a reforma agrária e os interesses dos movimentos sociais do que o ministro Miguel Rossetto.			
Na Contag, a secretária de Política Agrária, Maria da Graça Amorim, disse que a troca no comando do <u>Incra</u> foi “inoportuna”, pois pode atrasar a discussão do Plano Nacional de Reforma Agrária. – cujo anúncio está previsto para o final deste mês ou início de outubro. (...) Maria da Graça não fez comentários sobre o desempenho de Resende, nem sobre a competência do novo presidente, Rolf Hackbart. “A demissão é natural em qualquer governo. Só acho que o momento não foi oportuno.”	45		
<i>Procurador e mais 6 também deixam <u>Incra</u></i> (Título da capa)	46	4 de set. de 2003	Capa
O procurador-geral do <u>Incra</u> , Carlos Frederico Marés Filho, e outros seis integrantes da direção nacional deixaram ontem seus cargos em solidariedade ao ex-presidente do órgão Marcelo Resende, demitido terça-feira. O Movimentos dos Sem-Terra divulgou nota oficial sobre a demissão, na qual relembra os compromissos de campanha do PT e do presidente Lula sobre a reforma agrária e diz que ele foi eleito pelo povo “para fazer mudanças no atual modelo agrícola”. (Texto de capa)	46		
<i>Procurador-geral e mais 6 deixam cúpula do <u>Incra</u></i> (Título)	47		A8
“Resende, durante audiência com o MST em abril: ‘Saio com dignidade, sem mágoa. Quem pode perder nesse jogo é o povo acampado’ (Legenda de foto)	47		
O novo presidente, Rolf Hackbart, que será empossado hoje, já anunciou a intenção de manter os 29 superintendentes do órgão nos Estados, quase todos ligados ao Movimento dos	47		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p>Sem-Terra (MST) e outras entidades de trabalhadores rurais. (...) Resende disse, também, que os superintendentes do <u>Incra</u> nos Estados foram indicados em conjunto com Rossetto e o presidente nacional do PT, José Genoíno. “Foi uma composição com o próprio ministro”, defendeu-se ele.</p>			
<p>“O QUE GERA A VIOLÊNCIA SÃO OS LATIFUNDIÁRIOS QUE VÃO CONTRA A POSSIBILIDADE DE SE FAZER REFORMA. É ISTO QUE EMPERRA” MARCELO RESENDE (Janela)</p>	47		
<p>“É ESTRANHO QUE A 1ª DEMISSÃO DE UM ALTO FUNCIONÁRIO SEJA JUSTAMENTE DE UM BRAVO LUTADOR DA CAUSA DA REFORMA AGRÁRIA” PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO JR. (Janela)</p>	48		A8
<p>O Movimento dos Sem-Terra (MST) voltou ontem a cobrar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o compromisso de “fazer mudanças no atual modelo agrícola”. O MST também espera que Lula “adote as medidas necessárias para que a reforma agrária seja, de fato uma prioridade” em seu governo. As afirmações foram feitas numa nota à imprensa a respeito da demissão de Marcelo Resende da presidência do <u>Incra</u>. Intitulada “Brasil Precisa de uma Reforma Agrária Urgente”, a nota segue um tom moderado e evita o choque aberto. A direção do MST, que se reuniu ontem em São Paulo, não criticou a mudança na presidência do <u>Incra</u>. Nos primeiros dois itens do documento, dividido em oito partes, limita-se a comentar que a troca “faz parte da natureza do governo”- a quem cabe escolher servidores.</p>	48		
<p>“É estranho que a primeira demissão de um alto funcionário deste governo seja justamente de um bravo defensor da reforma agrária”, afirmou o</p>	48		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
economista Plinio de Arruda Sampaio Junior, assessor do MST.			
Para o deputado Adão Preto (PT-RS), a demissão veio em hora inoportuna: “Não deveria ser no meio de conflitos em que latifúndio tenta humilhar os sem-terra.”	48		
Segundo o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, pesquisador da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e colaborador do MST, a mudança lança dúvidas sobre os rumos da reforma e pode atrasar a definição do plano de ação, que estava sendo finalizado por um grupo de assessores convidados pelo <u>Incra</u> .	48		
<i>‘O governo recapturou o <u>Incra</u>’, afirma Jungmann</i> (Título)	49		
Para ex-ministro, troca reduz influência dos movimentos sociais e o PT passa a ter controle (Olho)	49		
O deputado Raul Jungmann (PPS-PE), que foi ministro do Desenvolvimento Agrário durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, disse ontem que a troca na presidência do <u>Incra</u> é um claro sinal da mudança de posição do PT e do governo diante da questão agrária. “O governo recapturou o <u>Incra</u> , que estava em mãos dos movimentos sociais”, disse. “Sai uma pessoa cuja origem é o movimento social, ao qual era leal, e entra outra que veio do aparelho partidário. Isso significa que o PT passa a ter controle firme da instituição. Enfim, já está claro que Lula tirou o boné do MST, que vestiu durante aquela visita no Planalto.”	49		
<i>Hackbart assume e critica MP antiinvasão</i> (Título)	50	5 de set. de 2003	A9
Medida, diz presidente do <u>Incra</u> , ‘não contribui em nada’ para a reforma agrária no País (Olho)	50		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
Resende deixou o cargo desgastado pela escalada de invasões de Terra – 171 até agosto – e por sua ligação com os movimentos sociais.	50		
(...) O novo presidente do <u>Incra</u> disse que a política de reforma agrária do governo Lula continuará a mesma e serão mantidos os 29 superintendentes regionais do <u>Incra</u>, dos quais 26 foram indicados pelo MST, a CPT e a Contag.	50		
“Ele estragou o mandato todo com essas afirmações. Não esperou muito para mostrar que não veio para pacificar, mas para jogar álcool no conflito”. (Declaração do presidente da Sociedade Rural Brasileira, João Sampaio, sobre fala de Rolf Hackbart, novo presidente do Incra)	50		
“Começo a ter dúvidas” se foi positiva a troca no comando do <u>Incra</u> , para o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antonio Ernesto De Salvo.	50		
“O governo deixou tudo como estava”, afirmou Luiz Antonio Nabhan Garcia, da UDR.	50		
“Começou mal”, resumiu o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO).	50		
“Mudou-se o personagem, mas continua a mesma sinalização para invasões”, endossou o presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC).	50		
“É um começo de conversa terrível”, reforçou a deputada Kátia Abreu (PFL-TO).	50		
<i>Mantega também demite auxiliar incômodo</i> (Título)	51	6 de set. de 2003	A9
Depois da saída de Marcelo Resende da presidência do <u>Incra</u> , no início da semana, ontem foi a vez de outro petista perder o emprego: o secretário de Patrimônio da União, ex-deputado pelo Distrito Federal Pedro Celso, foi demitido pelo ministro do Planejamento, Guido Mantega, por contrariar orientação do governo na área em que atua.	51		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p>Dezoito entidades se reuniram ontem para avaliar o impacto da demissão do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>), Marcelo Resende, substituído nesta semana por Rolf Hackbart. (...) Em nota divulgada no fim do encontro, o fórum reivindicou que a troca do presidente do <u>Incra</u> não leve a “mudanças políticas no compromisso do governo Lula com a reforma agrária, via constitucional, conforme expresso em seu programa de governo e demanda histórica dos movimentos sociais”.</p>	52	6 de set. de 2003	A10
<p><i>MST recupera verba pública e se fortalece</i> (Manchete principal da capa)</p>	53	5 de out. de 2003	Capa
<p>O governo derrubou as restrições criadas entre 2000 e 2002 para repasse de recursos públicos a entidades ligadas aos sem-terra. Parte dessa verba era usada para financiar invasões, segundo conclusão de assessores do então presidente Fernando Henrique Cardoso (...) “A maior parte dos repasses, no entanto, sai das superintendências regionais do <u>Incra</u>, agora ocupadas por simpatizantes do MST”. (Texto da capa)</p>	53		
<p>Desde junho, os convênios entre governo e organizações do MST voltaram a ser assinados com a fluência do ano passado. Extratos desses convênios, publicados pelo Diário Oficial, indicam que os recursos são originários principalmente das superintendências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>).</p>	54		A4
<p>Outro sinal de que o governo não andaria rápido foi a demissão do presidente do <u>Incra</u>, Marcelo Resende. Originário dos quadros da CPT e simpático ao MST, de onde tirou nomes para dirigir superintendências regionais do <u>Incra</u>, ele chegou ao poder com um discurso de tom mais radical que o desejado. E caiu.</p>	55	31 de dez. de 2003	X9

3. TEXTOS DE ARTIGOS

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p><i>As pragas da ideologia</i> (Artigo de José Nêumanne) (...) Ao compor seu governo, o presidente Lula teve a lucidez de convocar para o Ministério da Agricultura Roberto Rodrigues, expoente do sucesso que o agronegócio brasileiro faz no mundo (...) Só que, para atender a pressões petistas internas, nomeou ministro do Desenvolvimento Agrário o militante da Democracia Socialista Miguel Rossetto, além de “assentar” no <u>Incra</u> alguns dos mais destacados líderes do próprio MST. (...) Agora chegou a hora de ele (o presidente Lula) descobrir também que a agricultura nacional só terá chance na guerra comercial mundial se a paz no campo não for ameaçada pelo projeto revolucionário da Democracia Socialista e do MST.</p>	1	12 de março de 2003	A2
<p><i>Para que ressuscitar o MST</i> (Artigo de João Mellão Neto) (...) Como já disse, não existem mais os latifúndios improdutivos. O que existe são as grande propriedades com alto grau de aporte tecnológico e, como contraponto, os minifúndios improdutivos, resultantes da decantada reforma fundiária. Espremidos entre uma realidade e outra, subsistem, cada vez mais carbonários, os militantes do MST (...) Esta, em resumo, é a realidade que o governo Lula encontrou no campo. Prevalecesse a sensatez que o PT tem demonstrado nas outras áreas e o MST estaria com os dias contados. Por falta de terras para invadir e por falta de gente para invadi-las. Mais eis que Lula surpreende a todos e nomeia um radical para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Este, por sua vez, entrega a maioria das superintendências do <u>Incra</u>, nos Estados, a militantes do MST. (...) O MST, que estava decadente, quase agonizante, ganhou com isso novo alento.</p>	2	14 de março de 2003	A2

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p><i>O MST e o arco-íris social</i> (Artigo de Gaudêncio Torquato) (...) Como o mais orgânico e capilar movimento do País, com escopo ideológico e estratégia agressiva na frente de invasões de terras, portanto semelhanças com a organização revolucionária armada zapatista, nascida nas montanhas de Chiapas, no México, o MST entrou no coração do governo Luiz Inácio para fazer a reforma agrária dentro ou ao arrepio da lei, como apregoa. (...) Afinal de contas, por que as coisas começaram a dar errado, antes mesmo de o governo chegar ao final do ciclo da lua-de-mel? Por falha de percepção. Ora, ao incorporar o MST à administração (é sabido que o movimento indicou diretores do <u>Incra</u> nos Estados ou foi ouvido sobre a questão), o presidente Luiz Inácio cometeu o equívoco de imaginar que, assim cooptado, perderia ele a motivação para organizar pressões exógenas insuperáveis, capazes de gerar instabilidade.(...) É claro que jamais recuaria da intenção de fazer sua “reforma agrária”, principalmente quando dispõe de braços legais na estrutura do <u>Incra</u> (...) Por isso mesmo, a presença do MST e de outras representações de base no arco-íris social do governo poderá não criar a policromia tão acalentada pelo coração sentimental do nosso presidente. Ao contrário, é bem possível que vejamos pesadas nuvens cinzentas antes mesmo da chegada do inverno.</p>	3	16 de março de 2003	A2
<p><i>O MST que se lixe</i> (Artigo de João Mellão Neto) (...) Não há mais terra ociosa para tomar, mas a luta continua, companheiro! É preciso estar sempre em marcha, mesmo sem saber o que de fato se pretende. E, de mais a mais, o companheiro Miguel Rossetto deu uma boa força ao movimento ao nomear militantes para chefiar as sedes regionais do <u>Incra</u>. (...) Se me fosse dado o direito de aconselhar o presidente da República, eu lhe diria o seguinte: olhe, Lula, nesse campo, a primeira coisa a fazer é mandar o Rossetto</p>	4	30 de maio de 2003	A2

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
e sua turba para casa. Governo é governo, guerrilha é guerrilha. Chega de moleza com essa gente. Não existe essa história de promover bagunça com dinheiro do erário. Revolucionário que se preza não tem holerite. Sem essa de bancar o Che Guevara com salário garantido no fim do mês.			
<i>O compromisso histórico</i> (Artigo de Jarbas Passarinho) (...) Um líder confessadamente marxista-leninista lhe imprimiu, na prática, o que em retórica sugere o slogan: “Reforma agrária na lei ou na marra”. Mais na marra do que na lei, menos reforma agrária e mais esbulho das propriedades legítimas, ainda que produtivas, o que se tornará mais fácil com superintendentes regionais do <u>Incra</u> saídos das hostes do próprio MST a atestar que eles “não cumprem a finalidade social”.	5	1 de julho de 2003	A2
<i>Por causa de um boné</i> (Artigo de João Mellão Neto) Qual não foi o espanto quando o senhor Rossetto, sem o menor prurido, tratou de indicar lideranças emessetistas para dirigir as sedes regionais do <u>Incra</u> . Lula, o supremo magistrado, silenciou ante tamanho despautério. O MST retribuiu a sua infantil gentileza promovendo as maiores invasões e tumultos de toda a sua história.	6	4 de julho de 2003	A2
<i>Bonés, carícias e violência</i> (Artigo de Gaudêncio Torquato) O conflito está no DNA do MST. E, se ele está presente na estrutura administrativa, por meio de representantes do <u>Incra</u> , se deduz que a lógica revolucionária da virada de mesa se está enraizando em parcela do Poder Executivo.	7	6 de julho de 2003	A2
<i>O plano R</i> (Artigo de Denis Rosenfield) O PT radical e o MST caminham confundidos numa mesma política, pois é impossível separá-los, salvo nos seus efeitos midiáticos, como quando o partido e o governo dizem não ter nada que ver com o	8	28 de julho de 2003	A2

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p>movimento. A política do Ministério do Desenvolvimento Agrário, dominado pelo MST, que controla o <u>Incra</u>, mostra, porém, o contrário do que é afirmado, exibindo as profundas afinidades em jogo ,das quais não escapa nem o próprio presidente ao confraternizar com os seus líderes no Palácio do Planalto.</p>			
<p><i>O PT e os cargos públicos</i> (Artigo de José Genoíno) (...) Em áreas como saúde, educação, reforma agrária, etc., militantes e especialistas do PT construíram legitimidades e desenvolveram projetos de políticas públicas junto aos movimentos sociais correspondentes, fator que recomenda agora a nomeação de algumas dessas pessoas para postos diretivos do Estado ou de instituições públicas nessas áreas.</p>	9	30 de ago. de 2003	A2
<p><i>O petismo e a estrutura do Estado</i> (Artigo de Gaudêncio Torquato) Mas não é de todo exagerado concluir que o preenchimentos dos cargos da administração federal pelo núcleo central do governo do PT, cuja ordem mais recente é proibir qualquer forma de dissenso, se alinha a uma visão vertical na gestão do poder, hipótese que tem muito que ver, nestes tempos de acordos globais, com uma prática neo-stalinista. Neste ponto, entra novamente em pauta o perfil do presidente Lula. Seus sonhos poderão não ser os mesmos das equipes que contrata. (Basta examinar os quadros do <u>Incra</u>, nomeados por indicação do MST). (...) A nova burocracia plasmada pelo PT, mais comprometida com o “lado ideológico” do que com a qualificação técnica, poderá transformar-se, mais cedo do que se pensa, na metástase que matará o corpo governamental.</p>	10	1 de set. de 2003	A2
<p><i>O fiasco da reforma agrária?</i> (Artigo de Antonio Marcio Buainain) Em primeiro lugar, parece evidente que a capacidade operacional do <u>Incra</u> ficou, pelo menos neste primeiro</p>	11	9 de dez. de 2003	B2

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p>ano, substancialmente reduzida pela ampla “renovação” dos quadros técnicos da instituição. Militância é uma ótima escola para formação dos cidadãos, mas pouco ensina sobre como gerir recursos públicos nos marcos de uma legislação que é reconhecidamente complexa e inadequada (....) A renovação pode ter contribuído para aproximar a instituição do movimento social, mas parece ter tido efeito negativo sobre a agilidade operacional e capacidade de resposta aos problemas cotidianos. A substituição do presidente do <u>Incra</u> foi o reconhecimento explícito desta realidade, e ao que tudo indica, estão em curso mudanças para resgatar a capacidade de ação do órgão.</p>			
<p><i>Um ano de Lula lá</i> (Artigo de João Mellão Neto) A política fundiária se fez mais de retórica do que de realizações concretas. Aumentou substancialmente o número de invasões, o <u>Incra</u> foi entregue a militantes do MST e, ao menos na mente carbonária do ministro Rossetto, ainda se pretende adotar um Plano de Reforma Agrária revolucionário. Mas isso é algo que fica para o ano que vem.”</p>	12	19 de dez. de 2003	A2

4. TEXTOS DE COLUNAS

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p><i>Rosseto propõe anistia no campo</i> (Coluna de Dora Kramer) Oriundo de uma das tendências à esquerda do PT e vice-governador de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul, Rossetto não teme ser acusado de assumir a defesa de uma das partes nem de ser responsabilizado por leniência por causa de suas posições políticas pessoais.</p>	1	11 de fev. de 2003	A6
<p>“Tenho perfeita noção, de resto como todo o PT tem também, de que o exercício de funções de Estado pressupõe a estrita obediência à lei e a observância daquilo que é mais justo para o conjunto da sociedade. Agora, se o MST recebe</p>	1		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
bem minha indicação e apóia o presidente do <u>Incra</u>, melhor assim, o trabalho de restabelecimento de um ambiente civilizado fica muito mais fácil.”			
<i>Opção preferencial</i> (Coluna de Dora Kramer) É indiscutível o direito do Ministério do Desenvolvimento Agrário de nomear quem bem entender para as superintendências do <u>Incra</u> . Afinal, tem delegação do presidente da República para isso. Mas, ao entregar metade delas para pessoas ligadas ao MST, à CUT e à Pastoral da Terra, o ministro Miguel Rossetto poderá ter dificuldades para exercer a função de árbitro, uma vez que optou por entregar o controle da máquina a uma das partes do eterno conflito pela posse de terras. A solução técnica para as superintendências poderia evitar dores de cabeça futuras.	2	20 de fev. de 2003	A6
<i>Marcha de uma nota só</i> (Coluna de Dora Kramer) Justamente por sua notória proximidade com os sem-terra – evidenciada no período em que foi vice do então governador Olivio Dutra, no Rio Grande do Sul -, Rossetto assumiu acreditando que poderia reinventar as relações entre governo e MST, e acabar “com o estoque de conflitos herdados do governo anterior”. Ele ocupou mais da metade das superintendências regionais do <u>Incra</u> com pessoas ligadas aos grupos reivindicantes de terras e defendeu a tese de que o trânsito livre entre as partes teria o condão de facilitar soluções. A despeito da existência de lógica no raciocínio, os últimos acontecimentos – depredações e ocupações e prédios do <u>Incra</u> e a promessa de um mês de abril pleno de invasões – mostram que a ótica do MST não é a do diálogo, continua sendo a do conflito pelo conflito.	3	7 de março de 2003	A6
<i>De leniências e intolerâncias</i> (Coluna de Dora Kramer) (...) Até que o presidente do <u>Incra</u> , Marcelo Resende, resolveu que não, que ocupações de terras e prédios	4	8 de março de 2003	A6

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p>públicos são perfeitamente compreensíveis ,entre outros motivos porque se trata de “uma prática antiga no País”. Sem tirar nem pôr, é a mesma tese defendida por João Pedro Stédile (...) Condições estas que, na visão de Marcelo Resende, conferem a esses grupos a prerrogativa de ignorar a lei e o privilégio de receber do poder público uma compensação que não é dada a outros cidadãos do País. A permanência do presidente do <u>Incra</u> no cargo autoriza a conclusão de que a existência de brasileiros mais iguais que os outros perante a lei é uma idéia aceita pelo governo.</p>			
<p><i>Mediação imediata</i> (Coluna de Dora Kramer) (...) A formação de milícias ruralistas armadas para enfrentar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) confirma o já evidente recrudescimento dos ânimos no campo e torna inadiável a necessidade de o poder público pôr ordem no ambiente o quanto antes. Enquanto é tempo. (...) Antes de perder a razão e ser acusado de agir apenas quando estão em risco os direitos de uma das partes em conflito, o governo federal faria um bem enorme a si próprio se tomasse a iniciativa de mediar a questão.</p>	5	12 de março de 2003	A6
<p><i>Governo se vê traído pelo MST</i> (Coluna de Dora Kramer) (...) Enquanto o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, tem uma posição mais branda e o presidente do <u>Incra</u> assume francamente a defesa do movimento – justificando ações e manifestando disposição de ceder às pressões por nomeações de superintendentes regionais do instituto e alterações na legislação restritiva a invasões (...) Vigora uma particular irritação com a presunção do MST de que pode comandar invasões de prédios públicos como forma de manifestar vetos à escolha de dirigentes para o <u>Incra</u>.</p>	6	20 de março de 2003	A8
<p><i>Ilegal, com chancela oficial</i> (Coluna de Dora Kramer) Em sua edição de ontem, a Folha de S. Paulo revela que o <u>Incra</u> não está cumprindo os termos da medida</p>	7	6 de abril de 2003	A6

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p>provisória que exclui invasores e terras invadidas do programa de reforma agrária. Pela MP, fazendas invadidas não podem ser vistoriadas para efeito de desapropriação. (...) enquanto o Palácio do Planalto afirma decisão de não alterar a medida provisória e o ministro do Desenvolvimento Agrário reitera essa posição, o <u>Incra</u> simplesmente ignora a lei sobre a qual já se manifestou contrário. (...) O cenário é o seguinte: ou o presidente da República está sendo enganado pelo ministro Miguel Rossetto o próprio ministro é quem está sendo alvo de insubordinação. (...) Os esclarecimentos fornecidos pelo <u>Incra</u> para justificar a não observância da medida provisória soa a desculpas esfarrapadas. (...) é óbvia a paralisia do instituto, a ineficácia administrativa vigente por lá. (...) Se o <u>Incra</u> tem licença para infringi-la (a lei), realmente não há motivo para o MST sentir-se tolhido em nenhuma de suas ações.</p>			
<p><i>Agricultura em Perigo</i> (Coluna semanal de Mailson da Nóbrega) (...) A outra preocupação vem do MDA. O <u>Incra</u> passou ao controle das pessoas vinculadas ao MST, o que explica a atual leniência com as invasões de terra.</p>	8	6 de abril de 2003	B10
<p><i>MST dificulta ação do Planalto</i> (Coluna de Dora Kramer) (...) Aos poucos o governo federal vai abandonando a ilusão de que poderia manter o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra sob razoável administração. A idéia, que de certa forma encerrava um desejo de cooptação, pautou a nomeação de Miguel Rossetto – aliado explícito do MST ao tempo que foi vice-governador de Olivio Dutra, no Rio Grande do Sul – para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a ocupação de várias direções regionais do <u>Incra</u> por simpatizantes do movimento.</p>	9	27 de maio de 2003	A6
<p><i>Ninguém em nome de alguém</i> (Coluna de Dora Kramer) Haja vista a tentativa de aplacar o ânimo revolucionário do MST com o aparelhamento do <u>Incra</u> pelo movimento. O Palácio do Planalto, neste caso, perdeu</p>	10	30 de julho de 2003	A6

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
a capacidade de mediação inerente ao poder público e ficou ainda mais limitado agora para reagir, porque não quer também perder uma base eleitoral tradicionalmente aliada.			
<i>Fatos contestam argumentos</i> (Coluna de Dora Kramer) Miguel Rossetto, possivelmente baseado na experiência do Rio Grande do Sul, onde foi vice-governador, decidiu inverter a lógica e tentar a via da cooptação por intermédio do aparelhamento do <u>Incra</u> e da indiferença à legislação da qual discordava.	11	17 de ago. de 2003	A6
<i>O aparelho</i> (Coluna de Dora Kramer) Primeiro foi o <u>Incra</u> , depois a Funai, em seguida a Fundação Nacional de Saúde e agora é o Instituto Nacional do Câncer que tomba vítima da nada infantil doença do aparelhismo. Também conhecido como o mal do fisiologismo.	12	26 de ago. de 2003	A6
<i>Rosseto fica, mas <u>Incra</u> muda</i> (Título)	13	28 de ago. de 2003	A6
(Coluna de Dora Kramer) Ainda não há data definida, mas a decisão está tomada: a estrutura central do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (<u>Incra</u>) será inteiramente modificada, com o afastamento do atual comando, incluídos aí o presidente, Marcelo Resende, e seus principais auxiliares. A iniciativa foi do Palácio do Planalto, que não só resolveu manter no cargo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, como também o encarregou de executar a operação, denominada “remanejamento de estrutura”, um eufemismo para “desmonte do aparelho”. (...) A questão do <u>Incra</u> é considerada “grave” pela evidência de que ali se instalou um posto de geração de conflitos e produção de manifestações quase sempre em sentido contrário ao tratamento pretendido pelo Palácio do Planalto para a questão agrária. Enquanto, por exemplo, o presidente, seus	13		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p>principais assessores e ministros defendem o princípio do respeito à lei e da observância da ordem, a direção do <u>Incra</u> insiste em se comportar como força auxiliar do MST, conferindo normalidade às invasões. A idéia não é romper os velhos laços com o movimento nem se contrapor às lideranças, mas dotar o <u>Incra</u> de uma equipe mais profissional para mediar litígios e administrar as demandas de proprietários e trabalhadores rurais. Do jeito que está, o <u>Incra</u> não funciona como órgão governamental. Atua, antes, como parte do conflito.</p>			
<p><i>Ocupação e eficiência</i> (Coluna de Dora Kramer)</p> <p>Foi estratégica a escolha da ocasião para o anúncio da demissão da equipe de comando do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A decisão estava tomada há quase um mês, mas não por acaso foi divulgada no momento em que o governo está enfrentando uma séria de acusações relativas à ocupação partidária da máquina pública. Ícone do aparelhismo, o <u>Incra</u> será objeto de um processo de profissionalização, com o objetivo de torná-lo eficaz na administração de litígios por posse de terras e execução da reforma agrária.(...) O Palácio do Planalto parou de brigar com os fatos e rendeu-se à evidência: a ocupação de cargos e a eficiência de resultados necessariamente não estabelecem entre si uma relação de causa e efeito. (...) Santa Madre - O desmonte da cúpula do <u>Incra</u> desagradou sobremaneira a alguns setores da Igreja Católica. O presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), d. Tomás Balduino, fez chegar ao Palácio do Planalto sua discordância. A reação, por esperada, não causou nenhum abalo na decisão. O governo escolheu arcar com o desgaste entre os velhos parceiros, de qualquer forma bem menor que os prejuízos perante a opinião pública pela percepção de inoperância na administração dos conflitos no campo. A fim de não criar mais animosidades, as alterações em algumas superintendências regionais do <u>Incra</u> País afora ficam temporariamente suspensas,</p>	14	3 de set. de 2003	A6

embora não definitivamente arquivadas. O processo de mudança no Incra será longo.

Aparências, nada mais

(Coluna de Dora Kramer)

Pelo que se ouviu no discurso de posse do novo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Rolf Hackbart, são infundados os temores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e da Comissão Pastoral da Terra sobre a mudança de rumo em suas relações com o governo. Com a demissão da antiga cúpula, o MST e a CPT consideraram-se “traídos” e, num primeiro momento, parece que não seriam mais tutelados. Apresentado como um técnico experiente na área, o economista Hackbart teve sua indicação recebida como um sinal de profissionalização do Incra. Os acordes iniciais de sua gestão, entretanto, mostraram-no tão militante quanto o antecessor. (...) Mas, como Rolf Hackbart disse o que disse em público sem ouvir reparos dos superiores, cumpre concluir pela boa aceitação de suas idéias nos altos escalões governamentais. E devem ser mesmo, porque o ministro Rossetto já animou-se a declarar apoio a todos os superintendentes regionais do _____

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
da “raposa tomando conta do galinheiro”. Parece que os petistas assimilaram corretamente a lição, pois as nomeações para o comando do <u>Incra</u> são pinturas de mestre. “As mudanças prometidas seguem a ‘sintonia’ envolvendo as trincheiras a derrubar”, segundo o filósofo italiano Antonio Gramsci. Aguardemos.			
<i>Massa de manobra</i> (Carta da leitora Leila E. Leitão) Bastante oportuno, como sempre, o artigo Para que ressuscitar o MST? (14/3, A2), de João Mellão Neto, apelando ao bom senso do presidente Lula com relação ao MST.	3	18 de março de 2003	A2
<i>Vencendo o fisiologismo</i> (Carta do leitor Maurício Petrosino) (...) O aparelhismo insano e politiqueiro que a administração petista está fazendo com muitas instituições federais, como <u>Incra</u> , Funai, dentre outras, deveria ser combatido como está sendo feito por funcionários do Inca.	4	31 de ago. de 2003	A2
<i>Fatia do bolo</i> (Carta do leitor Maurício Petrosino) (...) É óbvio que a distribuição de cargos no <u>Incra</u> , sobretudo aqueles de representação nos Estados e com poderes para dirigir os assentamentos, é de importância estratégica para fornecer aos militantes e dirigentes do MST informações sobre as terras, improdutivas ou não, a serem candidatas a invasões. A utilização do aparelho estatal por simpatizantes, e, até mesmo, membros do MST, é perigosa, a começar pelo <u>Incra</u> e Ministério da Reforma Agrária, pois estamos percebendo que a reforma agrária, tão necessária ao País, não está sendo feita com base em critérios técnicos, mas por critérios de favorecimento aos membros do movimento.	5	3 de set. de 2003	A2

6. TEXTOS DE FÓRUM DE LEITORES

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p><i>Incra</i> (Carta do leitor Orlando Vista) A escolha dos superintendentes do <u>Incra</u> mostra a verdadeira política do governo em relação aos sem-terra: dar tudo o que quiserem sem repressão alguma; ministros, fazendeiros, trabalhadores rurais podem ser seqüestrados, ameaçados, sem que nada se faça a respeito.</p>	1	22 de fev. de 2003	A3
<p><i>Cria cuervos...</i> (Carta do leitor Paulo Braun) (...) As nomeações feitas pelo ministro Rossetto e citadas no Estado em seu editorial Bomba de Retardamento (21/2, A3) não surpreendem, pois o MST se considera participante da vitória de Lula e sabe muito bem da força que tem. A bomba-relógio já foi acionada. Agora, é só uma questão de tempo. Cria cuervos...</p>	2	24 de fev. de 2003	A3
<p><i>Santo de casa...</i> (Carta do leitor Geert J. Prange) Intoleráveis e inaceitáveis as declarações do presidente do <u>Incra</u>, sr. Marcelo Resende, sobre as mais recentes invasões de terras particulares e de prédios daquela autarquia federal, reconhecendo a “legitimidade das ações” (sic) praticadas pelo MST com relação às terras “dos outros”.</p>	3	9 de março de 2003	A3
<p><i>Pedras no sapato</i> (Carta do leitor Anibal Desoz) Muito interessante, e num momento propício, o editorial O MST tem pressa em desmoralizar o governo (7/3, A3). Após a trégua em função das eleições, esse movimento voltou a atacar (...) E, como o sr. Lula escolheu um ministro simpatizante das causas do MST, ficará muito difícil contornar essa situação.</p>	4	11 de março de 2003	A3
<p><i>MST</i> (Carta do leitor Ralph Rosário Solimeo) Considerada a desenvoltura com que o Movimento Stalinista se vem comportando, estimulado e</p>	5	12 de março de 2003	A3

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
protegido pelos órgãos de governo que deveriam controlá-lo, creio ser mais prudente investir na agropecuária Argentina.			
<p><i>Medidas contra o MST</i> (Carta do leitor Manoel de Souza)</p> <p>O editorial O desafio do MST (13/3, A3) diz exatamente o que pensamos e pregamos contra essa horda. Os vândalos do MST só serão contidos com medidas pragmáticas, nada de diálogo e reuniões. 1) Demissão imediata de Miguel Rossetto e Marcelo Resende (...) A melhor solução, rápida, objetiva e prática, é a tropa de choque, também a única que essa horda respeita e entende.</p>	6	14 de março de 2003	A3
<p><i>MST</i> (Carta do leitor Carlos Eduardo de Barros Rodrigues)</p> <p>Uma vez mais, nosso João Mellão acertou na mosca (<i>Para que ressuscitar o MST?</i>, 14/3, A2). Lula já está se desgastando, conforme se depreende das atuais pesquisas, e, apoiando o quase falecido MST e aquela caterva que está agitando essas massas, vai-se desgastar mais ainda. O MST já deveria estar extinto de há muito.</p>	7	15 de março de 2003	A3
<p><i>Balela?</i> (Carta da leitora Leila E. Leitão)</p> <p>O Estadão tem sido importante nos esclarecimento sobre o MST, trazendo a público diferentes opiniões em entrevistas, editoriais e reportagens, dando-nos a oportunidade de avaliá-lo. A nosso ver esse movimento é distorcido de seus reais propósitos e não deixa de ser uma onerosa e desnecessária fatura para o País. A reforma agrária não necessita do MST para ser realizada, é só uma questão de competência e vontade política; para tanto o governo precisa livrar-se o quanto antes de tantos representantes desse movimento em nossas repartições públicas, pois corre o perigo de ficar refém e desacreditado.</p>	8	13 de maio de 2003	A3

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p><i>Tolerância tem limite</i> (Carta do leitor Maurício Petrosino) O <u>Incra</u> deve ser justo e imparcial. Reforma agrária em terras improdutivas, sim. Permissão para badernas, invasões gratuitas, com justificativas quaisquer, não!</p>	9	12 de junho de 2003	A3
<p><i>Governo x MST</i> (Carta do leitor Augusto M. Dias Netto) Após entregar o Ministério do Desenvolvimento Agrário nas mãos do MST e nomear um simpatizante confesso daquele movimento como procurador-geral da República, o nosso presidente deixa o País nas mãos de invasores e infratores da lei.</p>	10	29 de julho de 2003	A3
<p><i>Incra e MST</i> (Carta do superintendente regional do <u>Incra-SP</u>, Raimundo Pires Silva) Com relação à reportagem MST usa <u>Incra</u> para expandir seu poder (24/8, A10), é necessário esclarecer alguns pontos. Não sou assentado nem militante do MST. Sou, sim, filiado ao PT desde 1980 e pertencço ao grupo agrário do partido desde 1982, tendo adquirido larga experiência na área de reforma agrária, do desenvolvimento rural e da segurança alimentar. (...) A meta deste governo é resgatar a competência original do <u>Incra</u>, que é obter terras e realizar assentamentos, tudo conforme a lei.</p>	11	28 de ago. de 2003	A3
<p><i>Estado a serviço do PT</i> (Carta do leitor Ricardo Salles) (...) estão loteando a máquina governamental com base no tempo de filiação partidária dos “camaradas”. Basta olhar os exemplos: Petrobrás, Inca, BNDES, <u>Incra</u>, etc.</p>	12	29 de ago. de 2003	A3
<p><i>Governo loteado</i> (Carta do leitor José Konegae) (...) Vemos a vergonha do que aconteceu no Inca e o caos que provocam os novos intendentes (MST) do <u>Incra</u>.</p>	13	1 de set. de 2003	A3

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p><i>Seis meses sem solução</i> (Carta do leitor Wilson Silva) De fato, partidarismo e fala de critérios têm prevalecido nas escolhas do governo (<i>As nomeações apadrinhadas</i>, 3/9, A3). A demissão de Marcelo Resende (ligado ao MST) da presidência do <u>Incra</u> é muito pouco e deve ser demitida também, por incompetência, a maioria dos 70% nomeados para cargos no serviço público federal. Veja-se exemplo do <u>Incra</u> de Minas (...) hoje com a regional nas mãos do MST, tenho processo protocolado em março e sem previsão de emissão.</p>	14	4 de set. de 2003	A3

ANEXO 2 – Textos de *O Estado de S. Paulo* sobre o uso do boné do MST pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva

- Os textos discordantes da linha editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* aparecem destacados em negrito.
- Quando dentro de uma mesma reportagem houver referências ao fato, feita por sujeitos diferentes (fontes diversas ou o próprio jornal), elas aparecerão separadas.
- Para facilitar a visualização, a palavra boné aparece sublinhada.

1. TEXTOS DE EDITORIAIS

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p><i>Rendição Incondicional</i>“ O presidente Lula pode ter ficado como <u>boné</u> do MST na cabeça por não mais do que alguns segundos, ao receber no Planalto os 27 coordenadores da organização, na quarta-feira. Se continuasse com ele durante as duas horas inteiras de reunião, não faria a menor diferença. O gesto apenas condensou, no plano simbólico, uma realidade impossível de encobrir e cujos desdobramentos potencialmente desastrosos também é impossível exagerar. A realidade é a rendição incondicional do governo a um movimento que, sob a inspiração de um guevarismo exumado, pretende revolucionar – o verbo é esse, no sentido mais pleno – a economia rural brasileira, ponto de partida de um projeto de transformação radical do sistema de propriedade do País.</p>	1	04 de julho de 2003	A3
<p><i>Mudar a lógica da Reforma Agrária (...)</i> E nisso o presidente Lula demonstrou inteira concordância com as avaliações mais abalizadas de especialistas, embora, depois, no calor de Mossoró, não mitigado pela esquisita justaposição de <u>bonés</u> simbólicos (do MST e da Fetern-Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte) em sua cabeça, tenha S. Exa. Dado vazão ao excesso de “felicidade” por que está passando e à euforia de quem pretende “atingir a perfeição” (antes assim!).</p>	2	26 de dez. de 2003	A3

2. TEXTOS DE REPORTAGEM

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
Representantes do setor agropecuário também vão pedir audiência a Lula e acharam que ele não deveria ter usado o <u>boné</u> de uma organização que faz invasões e saques.	1	3 de julho de 2003	Capa
Foi como um reencontro de velhos amigos. Com muita descontração, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu os líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST), abriu um pacote de biscoitos que ganhara momentos antes, tirou um e levou à boca da líder sem-terra Fátima Ribeiro e outro à do líder Egídio Brunetto. Em seguida, apanhou um <u>boné</u> do MST e o pôs na cabeça por cerca de três segundos, enquanto caminhava até sua cadeira. (...) – Me dá logo essa bola, finalizou Lula. Pôs a pelota debaixo do braço, o <u>boné</u> do MST na cabeça por alguns instantes e foi para sua cadeira iniciar a dura negociação.	2	3 de julho de 2003	A4
O encontro de Lula com os sem-terra provocou muitas críticas e foi mal recebido por adversários e até por aliados o gesto de pôr o <u>boné</u> do MST.	3	3 de julho de 2003	A5
“É o início de um processo de radicalização. Quando o presidente usa o <u>boné</u> do MST, passa a idéia que está estimulando o conflito”, avaliou o líder do PSDB na Câmara, Jutahy Júnior (BA).	3		
Para o líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), “o presidente deu péssimo sinal ao mostrar intimidade com pessoas que estão à margem da lei.”	3		
O líder do governo na Câmara, Aldo Rebelo (PcdoB-SP), defendeu Lula. “O presidente respondeu a um gesto de cortesia, que não traduz incentivo ou estímulo às ocupações”, disse.	3		
O presidente do PT, José Genoíno, negou que o gesto incentive invasões.	3		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
O líder do PPS, deputado Roberto Freire (PE), disse esperar que Lula estivesse mais alerta. “Mas acredito que foi mais um improvisado ele pôr o <u>boné</u> .”	3		
Para o ex-ministro da Reforma Agrária, deputado Raul Jungmann (PMDB-PE), Lula teve um gesto “infeliz”, que incentivar a invasões. “O presidente nem sequer os deveria ter recebido.”	3		
LULA É ALVO DE CRÍTICAS POR USAR <u>BONÉ</u> DO MST (Janela)	3		
Além de Virgílio, também o líder do PFL na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (BA), fez duro discurso em plenário condenando o gesto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de usar o <u>boné</u> do Movimento dos Sem-Terra (MST) e informou que também colecionava assinaturas para a CPI. “Estou indignado”, disse ele, exibindo a foto de Lula ao lado dos sem-terra e de <u>boné</u> na cabeça.	4	3 de julho de 2003	A5
O presidente da Confederação Nacional da Agricultura, o fazendeiro Antônio Ernesto de Salvo, criticou o tom francamente amistoso do encontro entre o presidente da República e os líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST), ontem em Brasília. Para ele, a imagem da Presidência ficou maculada quando Luiz Inácio Lula da Silva pôs na cabeça o <u>boné</u> de uma organização responsável pela invasão de prédios públicos, saques, invasões de postos de pedágio. (...) “O presidente recebeu representantes de um grupo político que vem intensificando suas ações, violando as leis, e deu a eles um tratamento de amigos íntimos – até pôs o <u>boné</u> do MST na cabeça. Com um gesto deste, a autoridade de um presidente da República fica um pouco maculada, se você considera que o MST tem invadido prédios públicos, saqueado caminhões.”	5	3 de julho de 2003	A6
Dirceu vê exagero na polêmica do boné (Título)	6	4 de julho de 2003	A4

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p>(...) Dirceu considerou um “exagero”, um “despropósito” a afirmação de que, ao pôr o <u>boné</u> do MST, Lula estaria assumindo posição parcial na questão dos sem-terra que nas últimas semanas aumentaram o número de invasões. “Aonde o presidente vai, ele tem colocado <u>bonés</u> de diferentes entidades e de forças políticas. Não ajuda o Brasil estigmatizar o MST”, disse.</p>	6		
<p>Também o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, defendeu o presidente. (...) O uso do <u>boné</u>, na sua opinião, foi um gesto amistoso. “Em todas as feiras agrícolas às quais Lula tem ido comigo, ele coloca <u>bonés</u>.” Em 6 meses, Lula visitou sete feiras agropecuárias. E esse gesto, prosseguiu, “de nenhuma forma representa tolerância para o que está à margem da lei.”</p>	6		
<p>“AONDE O PRESIDENTE VAI, ELE TEM COLOCADO <u>BONÉS</u> DE DIFERENTES ENTIDADES E DE FORÇAS POLÍTICAS” José Dirceu (Janela)</p>	6		
<p>Ao pôr na cabeça o boné do MST, anteontem, o presidente Lula repetiu um gesto que, em seus seis meses de presidência, já se tornou comum. Em abril, no Dia Mundial da Saúde, um menino o presenteou com outro boné do MST. Dias depois, em Londrina (PR), ele desfilou com chapéu de vaqueiro dado por um empresário na 43ª Exposição Agropecuária. No Planalto, depois, ele divertiu-se com colares e chapéu típico do candomblé, na instalação da Secretaria da Igualdade Racial. E em maio ele falou no encerramento do Grito da Terra com o boné da Contag.</p>	7		
<p>(...) Quem o diz é o presidente de uma das mais tradicionais entidades do setor, a Sociedade Rural Brasileira, para quem as imagens mostrando a intimidade de Lula com os sem-terra tiveram um enorme impacto negativo. (...) Para o presidente da Rural, o fato de Lula ter usado o <u>boné</u> do MST não foi a questão mais relevante. Afinal, ele já envervou</p>	8		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
coletes, chapéus e outros adereços de organizações ruralistas em feiras e exposições agropecuárias. O problema foi a intimidade que demonstrou com os sem-terra, ignorando o destaque que eles têm tido no noticiário como responsáveis por ações ilegais.			
<i>“O <u>boné</u> que devemos vestir é o do Brasil”</i> (Título)	9		A5
(...) O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou ontem que o Brasil precisa vestir “o <u>boné</u> do desenvolvimento”. Foi uma reação ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que anteontem colocou o <u>boné</u> vermelho do Movimento dos Sem Terra (MST) durante encontro com 27 líderes, em Brasília. “O <u>boné</u> que todos devemos vestir é o do Brasil, que significa desenvolvimento. E não há desenvolvimento se não tivermos paz no campo.”	9		
Frei Betto considerou exagerada a reação diante das demonstrações de intimidade entre Lula e os líderes do MST. E disse que ao colocar o <u>boné</u> do MST, o presidente estava tão somente reproduzindo um costume, que faz “parte da educação brasileira”. “O presidente pôs a camisa do Corinthians, pôs a camisa do Santos, pôs o <u>boné</u> da Contag e ninguém protestou”, comparou. “Agora põe o <u>boné</u> do MST. O MST faz parte da conjuntura brasileira, é um movimento social importante. E é uma maneira gentil no Brasil, faz parte da educação brasileira, ao contrário de outros países, quando você abre um presente, você abrir diante do presenteador. Quando recebe uma caneta, você experimentá-la e ele recebeu o <u>boné</u> e pôs o <u>boné</u> na cabeça. Não vejo nenhum problema.”	10	5 de julho de 2003	A4
O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse que Lula precisa pôr o <u>boné</u> do desenvolvimento. O senhor concorda? (Entrevista com o empresário Antônio Ermírio de Moraes)	11	5 de julho de 2003	A5
Antônio Ermírio – Acho que está certo. Precisa colocar o <u>boné</u> do emprego. Aquilo (<i>Lula ter colocado o <u>boné</u> do MST na quarta-feira, durante</i>	11		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<i>encontro com líderes do movimento em Brasília) deve ter sido um ato impensado, afinal o MST representa o que o governo não quer que é a baderna.</i>			
“Não é a CPI do <u>boné</u> que vai resolver os problemas agrários do País”, disse Mercadante, referindo-se às críticas ao fato de o presidente Lula ter usado o <u>boné</u> do MST durante audiência a integrantes do movimento.	12		A6
O plenário do Senado voltou a ser palco ontem de debates sobre o uso do <u>boné</u> do MST pelo presidente Lula. Virgílio, embora insistindo na CPI do MST, elogiou a posição do governo de considerar intolerável a invasão de terras. (...) “A alegria do <u>bonezinho</u> foi substituída pelo sabor amargo da realidade para longe do reino fantasmagórico da fantasia.”	12		
Para o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), o episódio do <u>boné</u> é “irrelevante”. Mas alertou: “O governo não pode perder a isenção, senão, mais adiante terá de colocar o <u>boné</u> da UDR e dar biscoitinhos para o Caiado (Ronaldo Caiado, ex-líder dos ruralistas). O que seria muito ruim para as nossas instituições.”	12		
Também no plenário, o líder do governo no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO), saiu em defesa de Lula: “O gesto do <u>boné</u> é um gesto a favor do diálogo e não do confronto.”	12		
Ele também deu pouca importância à atitude de Lula, de pôr um <u>boné</u> do MST na quarta-feira, no encontro que teve com integrantes do movimento no Palácio do Planalto: “Aquilo foi uma delicadeza do presidente”, argumentou. (Declaração do presidente do PT, José Genoíno)	13		
ELE AFIRMA QUE USO DO <u>BONÉ</u> FOI ‘DELICADEZA’ (Janela)	13		
Na condição de presidente da República, tratou os líderes como velhos companheiros: pôs biscoitos na	14	6 de julho de 2003	A4

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
boca de dois deles, viu outro fazer embaixadinhas com uma bola e usou, por alguns segundos, o <u>boné</u> do MST. A cordialidade custou caro. (...) No círculo de pessoas próximas a Lula, a informalidade é vista com preocupação. Quem o viu botar o <u>boné</u> do MST conta que até intuiu a repercussão que o gesto teria. “É o jeito dele”, dizem os colaboradores.			
Na terça-feira, a pesquisa CNI/Ibope apontou a primeira queda na popularidade do governo, cuja aprovação caiu de 75% pra 70%. No dia seguinte, uma polêmica engolfou o governo após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocar o <u>boné</u> do Movimento dos Sem-Terra (MST) numa recepção festiva aos seus dirigentes no Palácio do Planalto. (...) E o <u>boné</u> do MST acabou sendo o símbolo dessa ‘virada’ da oposição.	15		A7
No dia seguinte, Aleluia foi à tribuna exibir a foto de Lula com o adereço do MST. “Na hora em que o presidente usa o <u>boné</u> de um movimento de bandoleiros sociais, tínhamos de denunciar, senão estaríamos sendo irresponsáveis”, justificou o pefelista.	15		
“Foi um gesto grotesco, no mesmo momento em que o MST invadia uma central de energia e uma sede do Incra”, acrescentou Anibal.	15		
E com a verve habitual chicoteou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter vestido o <u>boné</u> do movimento: “Aquilo, longe de parecer espírito democrático demonstrou fraqueza, falta de senso, foi o retrato da impotência do governo diante de um MST que desafia as autoridades do governo todos os dias.”	16		
Na semana passada, o presidente foi duramente criticado por ter colocado o <u>boné</u> do Movimento dos Sem-Terra (MST), em audiência com líderes no Palácio do Planalto. “Eu queria que todos colocassem o <u>boné</u> juntos, mas o presidente gosta tanto de <u>bonés</u> que não se conteve”, brincou Trevisan.	17	9 de julho	A8
“E como parte de nossa aliança histórica, vestiu mais uma vez o nosso <u>boné</u>. Deve estar cansado	18		A11

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
de usar nosso <u>boné</u>, pois o vem usando desde 1985.” Desde 1984 – O MST afirma que, ao longo de seus 20 anos de existência tem sido recebido pelos presidentes desde 1984.(Declaração de João Pedro Stédile, líder do MST)			
(...) Corrêa ganhou um <u>boné</u> do MST, mas, ao contrário do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não quis colocá-lo. “Ganhei uma cesta básica e um <u>boné</u> e disse que lá em casa vou usar o <u>boné</u> ”, afirmou. O ministro disse que usar o <u>boné</u> poderia “partidarizar” a sua ação.	19	10 de julho de 2003	A7
(...) Fonteles e João Paulo foram presenteados com cestas de alimentos produzidos em assentamentos e <u>bonés</u> do MST. “O <u>boné</u> que eu coloco é o do Clube de Regatas Vasco da Gama”, disse Fonteles.	20	11 de julho de 2003	A10
‘O <u>BONÉ</u> QUE EU COLOCO É O DO CLUBE DE REGATAS VASCO DA GAMA’ Claudio Fonteles (Janela)	20		
“O presidente Luiz Inácio Lula da Silva usa o <u>boné</u> do MST” (Título da arte)	21	3 de ago. de 2003	A4
“JÁ ESTÁ CLARO QUE O LULA TIROU O <u>BONÉ</u> DO MST, QUE ELE VESTIU DURANTE AQUELA VISITA NO PLANALTO” Raul Jungmann (Janela)	22	4 de set. de 2003	A8
“O governo recapturou o Incra, que estava em mãos dos movimentos sociais”, disse. “Sai uma pessoa cuja origem é o movimento social, ao qual era leal, e entra outra que veio do aparelho partidário. Isso significa que o PT passa a ter controle firme da instituição. Enfim, já está claro que Lula tirou o <u>boné</u> do MST, que vestiu durante aquela visita no Planalto.”	22		A8
<i>Lula volta a usar o <u>boné</u> do MST</i> (Título)	23	21 de nov. de 2003	Capa

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<i>Lula volta a pôr o <u>boné</u> e diz que não se esquece do MST</i> (Título)	24		A10
Lula voltou a colocar o <u>boné</u> do movimento – que já causou polêmica –, abraçou, cumprimentou e beijou alguns dos sem-terra.	24		
No evento, ele usou, ao mesmo tempo, <u>bonés</u> do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte (Texto da capa)	25	21 de dez de 2003	Capa
<i>Lula usa <u>boné</u> do MST e quer ‘perfeição’ no campo</i> (Título)	26		A10
Diante de cerca de 2 mil pessoas, ele chegou a usar, ao mesmo tempo, os <u>bonés</u> do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte (Fetarn).	26		A10
<i>Sob o <u>boné</u>, ambigüidades</i> (Título)	27	31 de dez de 2003	X9
(...) No início de julho, ao receber no Planalto os 27 coordenadores nacionais do MST, mostrou-se muito à vontade, como se estivesse entre velhos amigos. Foi quando pôs na cabeça por alguns instantes o <u>boné</u> vermelho do movimento – fato que empolgou os sem-terra e provocou protestos dos ruralistas, temerosos de que o gesto servisse de estímulo para atos ilegais como a invasão de propriedades.	27		X9

3. TEXTOS DE ARTIGOS

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<i>Por causa de um <u>boné</u></i> (Título)	1	4 de julho de 2003	A2
(Artigo de João Mellão Neto) “Por falta de um prego, perdeu-se a ferradura. Por falta de uma ferradura, perdeu-se um cavalo. Por falta de um cavalo, perdeu-se o cavaleiro. Por falta de um cavaleiro, perdeu-se a mensagem. Por falta de uma mensagem, perdeu-se a batalha. Por falta de uma batalha, perdeu-se o reino. Tudo por falta de um prego.” Esse poema, O Prego, fez grande sucesso no século 17. Procurava mostrar como pequenos detalhes podem ser decisivos na história dos povos. Nos dias de hoje, no Brasil, ele bem poderia ser adaptado, substituindo-o prego por um <u>boné</u> . (...) O presidente Lula, em palácio, numa audiência formal, esqueceu-se de sua condição de supremo magistrado da Nação e, sem a menor cerimônia, vestiu o <u>boné</u> do MST. Talvez ele não se tenha dado conta da gravidade e das previsíveis conseqüências do seu ato. O que, para ele, não foi mais do que um gesto fortuito e espontâneo, na verdade chocou profundamente a sociedade brasileira.(...) A paz e a segurança não se estabelecem sem que haja um mínimo de autoridade. Isso vale para qualquer regime. Menos, talvez, ao que o senhor Lula preconiza. Ou, pelo menos, sinaliza, ao vestir, despidamente, o tal do <u>boné</u> . Não se trata de um <u>boné</u> qualquer. Ele é vermelho, como o sangue, e traz em sua frente as insígnias do famigerado Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Não são poucos os brasileiros que tiveram a triste oportunidade de saber o que ele significa. Significa invasões de propriedades, depredações, esbulhos, saques, cárceres privados, enfim, nada que guarde a menor relação com os princípios da lei e da ordem. E Lula, aquele que deveria ser o primeiro guardião desses postulados, sem mais nem menos, consente em vestir o seu <u>boné</u> . Qual é a mensagem explicitada por tal gesto? A de que ele concorda com as atitudes do MST. Vestir o <u>boné</u> , entre outras coisas, quer	1		A2

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
dizer: 'Vejam! Eu sou um de vocês!' (...) Quanto ao presidente Lula, este nada faz. Pior: com a maior desfaçatez, ainda consente em vestir o <u>boné</u> do MST, afrontando toda a população pacífica e cumpridora das leis deste país.			
<i>Bonés, carícias e violência</i> (Título)	2	6 de julho de 2003	A2
(Artigo de Gaudêncio Torquato) Na ação política, existe certa dose de provocação. Afinal de contas, afetar, gerar impacto, transformar eventos banais em fatos socialmente significativos constituem elementos rotineiros da política e de seus participantes. (...) Assim deve ser entendida a liturgia empregada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no mesmo dia: de um lado, ostentando o <u>boné</u> do MST e, de outro, posando embevecido no meio de duas Sheilas, as dançarinas do Tchan (...) Na amostragem mais recente, a colocação de um <u>boné</u> vermelho do MST na cabeça, a leitura vai além do simples gesto de conquista dos cidadãos sem terra, que se pode deduzir da conduta presidencial. Lula não apenas quer passar a idéia de estar comprometido com a causa do MST como está avisando aos mais açados críticos que não abandonou o alinhamento ideológico histórico que mantém com a entidade. (...) Em outras palavras, se Lula usa do <u>boné</u> do MST, este não usa o <u>boné</u> de Lula. Quando o líder João Pedro Stédile diz que vai ganhar 'de 5 a 0 do latifúndio', faltou completar que 1 a 0 ele já fez como goloço em pleno Palácio do Planalto, usando bola, <u>boné</u> , biscoitos, vinhos e doces. Indo mais a fundo, na análise da liturgia presidencial, dá para concluir que o presidente, mais cedo ou mais tarde, terá de devolver, acabrunhado, o <u>boné</u> ao MST, com os juro da correção de comportamento do movimento, sob pena de o País ver esfrangalhada a ordem normativa. Não haverá meio-termo. Ou se cumpre a ordem ou o trunfo é paus no jogo da barbárie no campo.	2		A2

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p><i>O plano R</i> (Artigo de Denis Lerrer Rosenfield)</p> <p>O PT radical e o MST caminham confundidos numa mesma política, pois é impossível separá-los, salvo nos seus efeitos midiáticos, como quando o partido e o governo dizem não ter nada que ver com o movimento. A política do Ministério do Desenvolvimento Agrário, dominado pelo MST, que controla o Incra, mostra, porém, o contrário do que é afirmado, exibindo as profundas afinidades em jogo, das quais não escapanem o próprio presidente ao confraternizar com os seus líderes no Palácio do Planalto. O uso do <u>boné</u> é apenas seu símbolo mais visível.</p>	3	28 de julho de 2003	A2
<p><i>Síndrome da conspiração</i>(Artigo de Carlos Alberto Di Franco)O texto, publicado originalmente, no jornal Zero Hora, teve péssima repercussão e levou o presidente Lula, que já se havia comprometido a zelar pelo cumprimento da lei, a tirar o <u>boné</u>.</p>	4	4 de ago de 2003	A2

4. TEXTOS DE COLUNAS

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p><i>O alto preço de um <u>boné</u></i> (Título)</p>	1	3 de julho de 2003	A6
<p>(Coluna de Dora Kramer)</p> <p>(...) Pois o presidente não apenas recebeu os sem-terra no dia seguinte a mais um episódio de saques e invasões, como o fez em ambiente de confraternização explícita. Vestiu o <u>boné</u> do MST como quem veste a camisa de uma causa que já há algum tempo perdeu o sentido de justiça.</p>	1		A6
<p><i>A ressurreição do patronato rural</i> (Coluna de Dora Kramer)</p> <p>“Onde o presidente vai, ele tem colocado diferentes <u>bonés</u> de forças sociais. Não ajuda o Brasil querer estigmatizar o MST”, disse o ministro ontem em entrevista ao Bom Dia Brasil. Não obstante a</p>	2	4 de julho de 2003	A6

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p>inadequação de toda e qualquer propaganda que se utilize da figura do presidente da República, se o ministro não vê diferença entre a camisa ou um <u>boné</u> de um time de futebol e o símbolo de grupos que saqueiam, invadem, e fazem reféns, realmente fica difícil entender quais os critérios por ele aplicados na distinção entre o certo e o errado.</p>			
<p><i>Outro boné</i> (Coluna de Sonia Racy)</p> <p>Ao justificar a atitude do presidente Lula em vestir o <u>boné</u> do MST, o ministro José Dirceu disse ontem, no Bom Dia Brasil, que o presidente veste a camisa de todos os brasileiros na condição de líder do País. Dúvida: em eventual visita da UDR Lula faria o mesmo?</p>	3	4 de julho de 2003	B2
<p>(Coluna de Dora Kramer)</p> <p>‘GOVERNO PARECE QUE PERCEBEU O TAMANHO DO PROBLEMA QUE O <u>BONÉ</u> PROVOCOU’ (Janela)</p>	4	5 de julho de 2003	A6
<p><i>Ruralistas: audiência pedida</i> (Coluna de Sonia Racy)</p> <p>Diante do encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o MST, esta semana, com direito a uso do <u>boné</u> do movimento e tudo mais, as entidades rurais decidiram voltar a pedir uma audiência com o presidente da República, coisa que têm feito, sistematicamente, desde março. (...) Desta vez vai ficar mais difícil dizer não aos ruralistas, uma vez que, ao vestir o <u>boné</u> do MST, Lula acabou avalizando o projeto radical do movimento e permitindo que o filósofo do MST, João Pedro Stédile, anunciasse aos quatro ventos que iria brindar o encontro com uma cachaça, em Minas. Aos ruralistas, Lula, no mínimo, terá que dar o mesmo direito, visto que as classes produtoras rurais têm RG, endereço e federações constituídas; diferentemente do MST, que nem sequer tem uma personalidade jurídica. Se vão ou não levar um <u>boné</u> para Lula vestir, são outros quinhentos. Se o presidente vai usá-lo, são mais quinhentos.</p>	5	5 de julho de 2003	B2

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p><i>Razão e preconceito</i> (Coluna de Dora Kramer)</p> <p>O trecho da entrevista concedida pelo presidente Luiz Inácio da Silva ao serviço brasileiro da BBC, em que ele aborda suas relações com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, mostrou que ele não entendeu direito o espírito das críticas feitas ao episódio da incorporação temporária do <u>boné</u> do MST à vestimenta presidencial. (...) Sobre o <u>boné</u> propriamente dito, Lula lembrou que existem ‘umas 100 fotos com <u>bonés</u> do MST, umas 50 com a CUT e mais umas 100 com times de futebol’ (...) Agora, vamos à razão. Ausentou-se a racionalidade do discurso do presidente, quando da referência à existência de centenas de fotos com os <u>bonés</u> do MST, da CUT e times de futebol. Sendo ele mesmo um símbolo, Lula sabe a importância dos simbolismos e da diferença de significado entre eles. É verdade, como diz, que ‘nos últimos 20 anos’ pôs na cabeça chapéus e vestiu camisetas de toda gente. É fato, porém, que não era presidente da República nem tinha as obrigações e as limitações inerentes ao cargo. Se as exhibições de marcas que não sejam as institucionais já são impróprias quando exibidas pela figura presidencial, muito mais inconveniente é a exposição de letrados de má mensagem.</p>	6	15 de julho de 2003	A6

5. TEXTOS DE COLUNISTAS DO CADERNO 2

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p><i>Por que não me ufano</i> (Coluna de Daniel Piza)</p> <p>Às vezes, uma gafe é apenas uma gafe, mas a de Lula botando do <u>boné</u> do MST em clima de ‘entre amigos’ é o triste símbolo dos problemas que ainda estão por ocorrer. Ou melhor, é o triste símbolo de um retrocesso aos tempos em que a questão agrária era tratada em clima de guerra civil latente, de oposição UDR x MST que só acrescentou burrice à situação.</p>	1	6 de julho de 2003	D3

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p><i>Culpa maior</i> (Coluna de Luis Fernando Veríssimo) Mas não culpem as vítimas. Lula não vestiu um uniforme inimigo, como quer a reação, quando botou o <u>boné</u> do MST. O inimigo usa cartola. Ou usava, nas charges antigas.</p>	2	10 de julho de 2003	D2
<p><i>Para que serve um presidente?</i> (Coluna de Roberto DaMatta) Tudo se passa como se aquele que se distingue como o “número 1” numa sociedade de iguais, tivesse a obrigação de ter um zelo desmesurado por essa posição. Na semana passada, a atitude do presidente Lula, quando recebeu no Palácio lideranças do MST, engavetou essas implicações. Pois se o uso do <u>boné</u> totêmico foi ruim, pior ainda foi dar biscoito na boca de outro dirigente, isso sim, um símbolo claro de apoio ao movimento. Um movimento, por sinal, cuja atuação tem como marca o oposto do que um presidente é obrigado a fazer. (...) o MST prega exatamente o oposto, justificando invasões e o uso da violência como solução para a distribuição da terra no Brasil. Nada foi, portanto, mais carnavalescamente negativo e intimidador para o equilíbrio dessa presidência do que esse encontro repleto de gestos de intimidade.</p>	3		D10

6. TEXTO DO FÓRUM DE DEBATES

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p><i>Signo em rotação</i> (Carta do leitor Thales Baleeiro Teixeira) Cumprimento Dora Kramer pelo brilhante artigo <i>O alto preço de um <u>boné</u></i>. É preciso que a sociedade brasileira torne público seu descontentamento e dê um basta ao desrespeito à lei. Causa estranheza que o presidente da República tenha um comportamento omissivo com relação à conduta ilegal do MST. Segundo Nicola Abbagnano, em <i>Dicionário da Filosofia</i>, ‘símbolo é uma espécie particular do signo que pode ser interpretado em consequência de um hábito ou de uma disposição</p>	1	06 de julho de 2003	A2

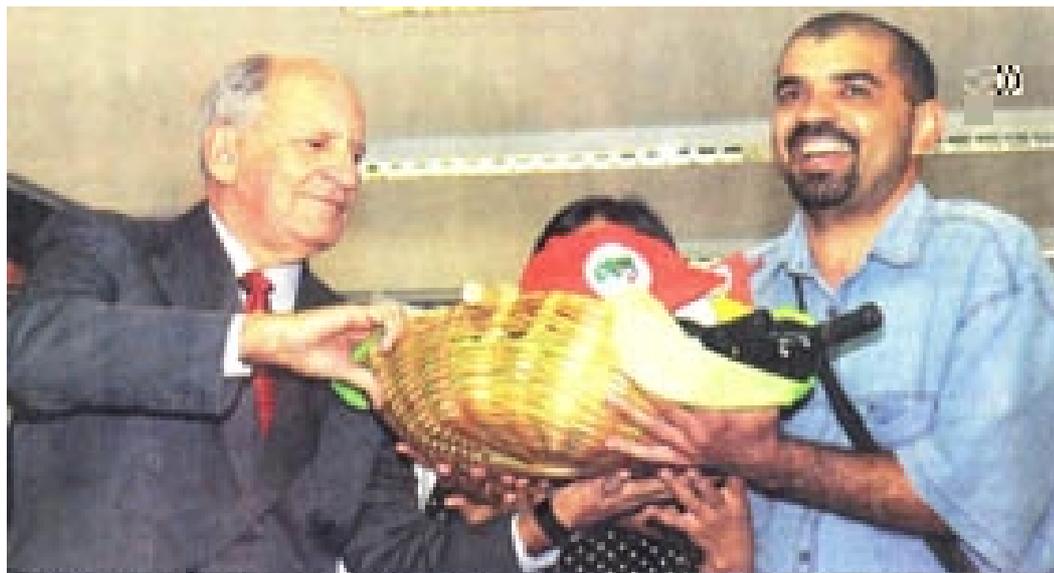
TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
natural.'O <u>boné</u> do MST, sem dúvida, representa o consentimento do sr. Presidente da República com o desrespeito à lei.			
<i>Cordialidade</i> (Carta do leitor Valdofredo Rodrigues Costa) Não votei no PT e dele não sou simpatizante. (...) Lamento muito que coisas banais como simplesmente receber bem as pessoas em reuniões ganhem tanto destaque. Quem não usaria um <u>boné</u>? Só essas pessoas metidas que se acham diferentes da maioria da população brasileira, que é composta de pessoas simples e muito simpáticas.'	2		

7. TEXTO DO FÓRUM DE LEITORES

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
(Carta da leitora Maria Cristina Couto Rosa) Todos nós, brasileiros honestos, pagadores de impostos e cumpridores das leis, que ajudamos a construir este país, estamos indignados com a atitude do presidente Lula de colocar em sua cabeça o <u>boné</u> do MST. Deu publicamente seu aval à bandidagem, à vagabundagem, à pilhagem. Estamos de luto.	1	04 de julho de 2003	A3
(Carta do leitor Roberto de Mamede Costa Leite) O presidente de todos os brasileiros poderia pedir-nos, como vem fazendo, sacrifícios maiores com as reformas da previdência e tributária. Não se reveste dessa condição o sr. Lula emessetista, que, explicitamente, assim se coroou. Carece, ao ungir-se com o <u>boné</u> , da condição de representatividade, imparcialidade e legitimidade para a representação de nossa Nação.	2		
(Carta do leitor Antonio Cunha) Será que o presidente vai usar o <u>boné</u> da União Democrática Ruralista, quando aceitar reunir-se com as lideranças do setor agropecuário?	3		

TEXTO	MAT	DATA	PÁG.
<p>(Carta do leitor José Alberto de Paiva)</p> <p>O país de muita terra tem um presidente sem-terra. E de <u>boné</u> e tudo. Enquanto os fazendeiros se armam de 38 e AR-15, Lula faz gracinhas com as Sheilas do Tchan. E a bandidagem continua livre e solta. Isso é o PT. Para onde nos estão levando?</p>	4		
<p>(Carta do leitor Caio Luiz Prado Alfaya)</p> <p>Parabéns ao Estadão pela publicação dos inequívocos: editorial <i>Rendição incondicional</i>, entrevista com o fazendeiro Antonio Ernesto de Salvo, <i>O alto preço de um boné</i>, de Dora Kramer, e o artigo de João Mellão Neto. Todos, de uma clareza meridiana, dão conta da gravidade da situação.</p>	5	6 de julho de 2003	A3
<p>(Carta do leitor Wagner Monteiro)</p> <p>O <u>boné</u> usado pelo presidente Lula é menos importante, realidade é que o PT sempre foi patrocinado pelo MST e agora o senhor presidente não pode simplesmente descartá-lo.</p>	6		
<p><i>CPI do Boné</i></p> <p>(Carta do leitor Hermínio Silva Júnior)</p> <p>Com laivos de estudada ironia – aliás, uma das especialidades da casa - , o senador Mercadante chama a CPI do MST de CPI do <u>Boné</u>. Esquece o bem pago parlamentar que quando seu partido estava na oposição, se fez CPI até em dose dupla, para discutir coisas sem a menor relevância para a renda per capita do brasileiro, como a CPI do Futebol, que até hoje, de prático, não deu em nada. Qual a razão, então, da ironia do senador? Receio de que a CPI do MST possa virar uma CPI das Farc?”</p>	7	10 de julho de 2003	A3
<p><i>Culpa só dos outros?</i></p> <p>(Carta do leitor João Carlos de Almeida Prado Botelho Egas)</p> <p>O presidente Lula, chateado, irritado, abatido (...) Será dos outros, só dos outros, a culpa? Ele próprio não causou a maior confusão colocando o <u>boné</u> errado, na hora errada, no lugar errado?</p>	8	6 de ago. de 2003	A3

ANEXO 3 – Análise das fotografias dos encontros dos integrantes do MST com os representantes do Poder Judiciário e do Poder Legislativo em que há a presença do boné do MST



Corrêa recebe presentes de integrantes do MST: "Ganhei uma cesta básica e um boné e disse que lá em casa vou usar o boné"

Figura A - Foto publicada em OESP, 10/7/2003: A7, com legenda: *Corrêa recebe presentes de integrantes do MST: "Ganhei uma cesta básica e um boné e disse que lá em casa vou usar o boné"*.

A audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, foi registrada por OESP em matéria de destaque, no alto da página A7, da edição de 10 de julho de 2003, com o título "Corrêa recebe MST e volta a pedir respeito à lei".

A matéria traz uma foto do ministro recebendo uma cesta de um integrante do MST (Figura A). Apesar da legenda da foto falar em "cesta básica", no interior da cesta percebe-se apenas as extremidades de duas garrafas de vinho. Estrategicamente situado no meio da cesta, na parte superior, permitindo sua visibilidade quase completa, está o boné vermelho do movimento.

O líder do MST sorri e Corrêa olha para o interior da cesta, demonstrando algum desconforto. O boné voltava à cena e ganhava novamente o centro das atenções. O texto da reportagem diz:

Corrêa ganhou um boné do MST, mas, ao contrário do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não quis colocá-lo. “Ganhei uma cesta básica e um boné e disse que lá em casa vou usar o boné”, afirmou. O ministro disse que usar o boné poderia “partidarizar” a sua ação. (OESP, 10/7/2003: A7)

Ou seja, o ministro reconhece que vestiria o boné, mas não publicamente, visto que seu uso ali, em frente às câmeras fotográficas e de televisão, poderia gerar simbologias extras indesejadas.



Figura B - Foto publicada em OESP, 11/7/2003: A10, com legenda: *João Paulo exhibe boné que ganhou do MST: líderes pediram rejeição de proposta que transfere para Estados responsabilidade por reforma.*

Apesar de ser do PT, partido tradicionalmente aliado ao MST, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, também não vestiria o boné no encontro com as lideranças do movimento. A edição de 11 de julho de 2003, não dá destaque em texto ao encontro, limitando-se a dizer que: “Fonteles e João Paulo foram presenteados com cestas de alimentos produzidos em assentamentos e bonés do MST”. A única referência a um provável uso do boné vem do procurador-geral

da República, Claudio Lemos Fonteles, que diz: “O boné que eu coloco é o do Clube de Regatas Vasco da Gama”.

A foto de João Paulo segurando o boné do MST, no entanto, é publicada em quatro colunas, no alto da página A10 (Figura B). O presidente do Legislativo segura o boné com a mão direita, posicionando-o de frente para a câmera fotográfica, de forma que seja identificada sua insígnia. Olhando para ele, sorri, como que imaginando o efeito potencial de vesti-lo.



Figura C - Foto publicada em OESP, 23/11/2003: A8, com legenda: *Suplicy, com João Paulo e José Rainha no Congresso: libertação 'foi fundamental, principalmente no início de um governo popular'.*

Mas se em julho de 2003, no auge da crise do boné, João Paulo Cunha resistira a vestir o boné do MST, alguns meses depois, na edição de 26 de novembro de 2003, uma fotografia publicada no jornal mostraria uma cena protagonizada pelo deputado ainda mais representativa sobre a relação do MST com as autoridades públicas (Figura C).

Ao lado da matéria intitulada “CNBB cobra plano para fixar homem ao campo”, a fotografia mostrava o deputado João Paulo vestindo o boné do MST, tendo a seu lado esquerdo o líder do MST José Rainha e, do lado direito, o senador Eduardo Suplicy, do PT, que segura a bandeira do MST. Todos sorriem. A libertação a que se refere o texto, era a de Rainha e sua mulher, Diolinda Alves de Souza, que ficaram 52 dias presos e haviam sido recém-liberados por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

ANEXO 4 – Texto da reportagem de *O Estado de S. Paulo* sobre o lançamento do livro de Xico Graziano, publicada em 7 de dezembro de 2003, página A10

**Título: ‘Reforma agrária no Brasil é um fracasso total’
‘NÃO HÁ CHANCE DE O PROJETO DAR CERTO’
Especialista prepara livro no qual diz por que vida piora ao trocar
periferia das cidades pelo campo
Autor: ROLDÃO ARRUDA**

Convencido de que os milhares de assentamentos no País já permitem a avaliação dos resultados da política de reforma agrária, o engenheiro agrônomo Francisco Graziano Neto, mais conhecido como Xico Graziano, decidiu ir a campo. Visitou acampamentos no Pará, andou pelo Nordeste, foi conhecer as experiências do Pontal do Paranapanema e outros lugares. Voltou com material para um livro, que deve ser lançado em janeiro, com o título *O Carma da Reforma Agrária no Brasil*.

Nele afirma que o País desperdiça dinheiro ao distribuir terras para quem não sabe trabalhar nela.”Embora exista a idéia de que a reforma agrária é uma coisa legal para o Brasil, o projeto é um fracasso total. Nada funciona”, diz. Segundo ele, os índices de produtividade são pífios. “No Pontal, a média da produção de milho nos assentamentos é mil quilos por hectare – volume abaixo de qualquer consideração crítica.”

Muitas vezes a produção não garante a subsistência. Ele conta que viu assentados morando em condições piores dos que as que tinham em favelas, contrariando tese do Movimento dos Sem-Terra (MST) de que a situação dos assentados é sempre melhor que as dos desempregados das cidades, pois têm o que comer. “Nas favelas podiam pelo menos fazer um gato e desfrutar do conforto da energia elétrica. No Pará, 50% dos assentamentos não têm energia.”

Números – Graziano é especialista em economia agrária e dirigiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 1995, no início do governo Fernando Henrique. Já escreveu quatro livros sobre o assunto. Mas este será o primeiro que adota o viés de repórter, com relatos e fotos do que viu.

O livro não dá ênfase a estatísticas. Mas o autor estima que a vida de 30% das pessoas piorou ao serem assentadas e 35% dos assentados deixam o lote depois de certo tempo. Dos que ficam, muitos alugam o lote para terceiros. “Encontrei um fazendeiro que tem 2 mil cabeças de gado em terras de assentados.” O custo da reforma é alto, segundo ele, quando comparado a outros programas sociais. “A média do investimento por assentado é R\$ 50 mil. Imagine um Bolsa-Família com desembolso de R\$ 200 por mês. Em um ano seriam R\$ 2.400”, diz. “Do jeito que está não dá: gasta-se R\$ 50 mil para assentar pessoas que abandonam a terra.”

Seleção – Para ele, uma razão do fracasso da reforma é o método de seleção dos que serão assentados. “Classifica-se como sem-terra pessoas que não são mais da terra, ou nunca foram. No Pará quem está sendo assentado são os desempregados do garimpo de Serra Pelada. Não há a mínima chance de o projeto dar certo com desempregados.”

Com isso ele nega a tese de que o objetivo da reforma agrária hoje seria minorar o problema do desemprego urbano. Segundo o MST, o custo do emprego na zona rural é bem mais barato do que na cidade. “Em primeiro lugar, não se pode dizer que R\$ 50 mil por emprego seja barato”, rebate Graziano. “Em segundo, são coisas incomparáveis. O emprego urbano é financiado pela empresa privada. No caso do assentamento, quem paga é o contribuinte.” Além disso, diz, produzir no campo hoje não é simples. “É preciso conhecimento e tecnologia, estar ligado aos mercados. A qualidade das pessoas escolhidas não se coaduna com as exigências do meio rural.” Graziano também afirma que não há tantos sem-terra no País como se apregoa. “O Brasil não é mais rural. Não há tanta gente assim querendo voltar para lá.”

FIM

ANEXO 5 – Texto da reportagem de *O Estado de S. Paulo* sobre o livro de Xico Graziano, publicada em 18 de abril de 2004, página A6.

Título: ‘Esse modelo de reforma não funciona mais’

Autor: JOSÉ MARIA MAYRINK

‘ A reforma agrária está ligada hoje ao emprego e sua discussão supõe uma política fundiária que leve isso em conta

‘ Os milhões de sem-terra simplesmente inexistem, sendo produto de uma quimera, um sonho ideológico

Ex-presidente do Incra, Xico Graziano denuncia fracasso do sonho de seus tempos de estudante

Militante de esquerda desde 1969, quando se preparava para o vestibular em Piracicaba e se tornou “aprendiz de revolucionário” no período mais duro da repressão do regime militar, o engenheiro agrônomo Francisco (Xico) Graziano denuncia agora o fracasso da reforma agrária, sonho e bandeira ideológica nos seus tempos de estudante. “Esse modelo de reforma que temos aí está ultrapassado, não funciona mais”, afirma Graziano, explicando a decisão de lutar contra o distributivismo - que é a proposta de repartir as terras dos latifúndios a trabalhadores rurais que abandonaram o campo e pretendem voltar às suas raízes.

Especialista em economia agrária e ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Graziano defende essa tese no livro *O Carma da Terra no Brasil* (A Girafa Editora), no qual ele tenta derrubar um mito intocável para sua geração e denuncia as “mazelas” que, em sua opinião, impedem a busca de uma solução adequada para a questão fundiária. “É preciso repensar a reforma agrária, porque o problema não está na propriedade da terra, como a

esquerda tradicional pregava 50 anos atrás”, diz Graziano, retomando uma advertência que já fazia em 1989, quando defendeu sua tese de doutorado em Administração, pela Fundação Getúlio Vargas.

Repensar não significa, para ele, deixar de lado um desafio que continua existindo, mas buscar alternativas que respondam melhor a uma nova realidade. Não existem mais latifúndios e os trabalhadores que reivindicam um pedaço de chão não são tantos como se imagina.

“Os milhões de sem-terra simplesmente inexitem, sendo produto de uma quimera, um sonho ideológico, uma idéia fantasiosa criada e alimentada pelo paradigma que domina a questão agrária no País”, responde Graziano em seu livro àqueles que perguntam o que fazer com “milhões” de pessoas miseráveis, excluídas da sociedade.

O ex-presidente do Incra - que, no governo passado, foi também deputado federal pelo PSDB e chefe de gabinete do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, seu amigo - saiu a campo como se fosse repórter, de caneta e câmera fotográfica nas mãos, para comprovar o que se propunha escrever. “Eu precisava, às vezes, me convencer de que estava certo, ver de perto e documentar coisas das quais eu tinha informações”, disse Graziano ao Estado, na semana passada.

Em busca da “trilha da realidade”, percorreu acampamentos do Pontal do Paranapanema (SP) e voltou a Eldorado do Carajás (PA), onde estivera em 1995, “tentando acalmar o maior conflito agrário do País”. Os dados que coletou deram ao autor munição para as denúncias que faz contra os dirigentes do Movimento dos Sem-Terra (MST), entre os quais cita João Pedro Stédile e José Rainha como responsáveis por “ações criminosas” praticadas em nome da reforma agrária.

“A democracia está sendo maculada pelas invasões de terras, um processo desvirtuado que ruma para uma espécie de terrorismo no campo, misturando perigosamente gente de bem com oportunistas de todo tipo, estelionatários e foragidos da polícia, configurando um verdadeiro banditismo rural”, escreveu Graziano.

Com relação a supostos latifúndios que os sem-terra invadem e ocupam para forçar a desapropriação, o ex-presidente do Incra adverte que eles não existem

mais, porque são propriedades rurais que se modernizaram e muitas delas se transformaram em produtivas empresas rurais.

Emprego - “A reforma agrária está ligada hoje ao emprego e sua discussão supõe uma política fundiária que leve isso em conta”, afirma Graziano, aconselhando o governo a encarar a questão com esse foco. “A atividade rural cria empregos além-porteira e não só dentro das cercas das fazendas”, observa ele, argumentando com o sucesso do agronegócio em toda a sua ramificação.

Graziano denuncia no livro distorções e equívocos de defensores incondicionais da reforma agrária que confundem áreas cobertas de matas virgens com latifúndios ociosos e improdutivos. “Ao igualarem floresta natural com área ociosa, os agraristas se aproximam dos ruralistas tradicionais, querendo desmatar tudo em nome do progresso”.

Com essa nova mentalidade, observa o agrônomo, a derrubada de árvores não serve mais à ganância do capital e sim ao combate da pobreza. “A causa se tornou mais nobre, mas o efeito continua desolador.” Em sua visita à fazenda Macaxeira, hoje Assentamento 17 de Abril, em Eldorado do Carajás, Graziano fotografou toras de castanheiras derrubadas por integrantes de movimentos sem-terra.

Ao criticar um distributivismo que limita a reforma agrária à distribuição de terras, o ex-presidente do Incra lamenta a ação de setores da Igreja Católica liderados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) que insistem num modelo ultrapassado, como se o assentamento de trabalhadores sem-terra fosse o único caminho justo e possível.

Com-terra - O livro de Graziano tem um capítulo para o “drama dos com-terra”. São “os milhões de pequenos e médios agricultores que há gerações cultivam seu pedaço de chão e hoje lutam desesperadamente para sobreviver na competição da economia global”.

Segundo estudos feitos pelo Incra em parceria com a FAO, órgão das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura, há 4,5 milhões de agricultores familiares no País. Esses filhos e netos de gente do interior, “um enorme exército de homens e mulheres dedicados”, adverte Graziano, precisam continuar produzindo, mas seu esforço nem sempre é reconhecido.

O ex-presidente do Incra aconselha o governo a investir nos assentamentos já existentes, em vez de destinar milhões de reais para atender os clientes do MST que invadem propriedades ou acampam nas margens de estradas. Os assentamentos - “que viraram um bom negócio, porque muitos assentados vendem ou arrendam os lotes” - se multiplicaram por pressão política.

Graziano disse que isso ocorreu também na administração passada. “O governo FHC realizou a maior reforma agrária já promovida num regime democrático, mas o distributivismo agrário, tornado paradigma da esquerda, não conseguiu realizar sua maior proeza: garantir qualidade de vida aos seus beneficiários.” A culpa, que era do modelo, acabou caindo sobre o governo.

Se a reforma agrária não deu certo e precisa ser repensada, cabe ao PT buscar a alternativa e, na avaliação de Graziano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu partido caminham nessa direção. “Nada melhor que governar para assumir responsabilidades, largar a pedra e virar vidraça”, observa o ex-deputado tucano, ao analisar o que Lula andou falando sobre a questão.

Por exemplo, que “neste país, ninguém faz reforma agrária nem na marra nem no tapa”, pois “a reforma vai ser feita no tempo certo e na medida do possível”. Ou então que “não é mais possível sustentar uma reforma com base na transferência da miséria urbana para a miséria rural”. Feliz com a mudança de rumo, Graziano constata que “a cada declaração do presidente Lula, percebe-se uma guinada para a sensatez, para a responsabilidade”. Ele acha que, se José Serra tivesse sido eleito e falasse a mesma coisa, seria um pandemônio político.

O autor de *O Carma da Terra no Brasil* se surpreendeu também com uma entrevista de seu primo José Graziano, então à frente do Programa Fome Zero, deu no ano passado, ao discordar da tese de que a reforma agrária possa ser solução para o desemprego. “Muita gente que está nos acampamentos, sem aptidão para a terra, não precisa exatamente de um lote, mas de um emprego na cidade, uma boa ocupação”, advertiu.

Mudanças à vista também na Igreja Católica, “sempre tão comprometida com o ideário distributivista”, a julgar pelas palavras de d. Cláudio Hummes. “Será necessário reinventar em muitos aspectos a reforma agrária, dado que, segundo muitos peritos, a situação mudou enormemente em relação a 50 anos, quando

ainda se poderia ter realizado uma reforma agrária no estilo clássico”, disse o cardeal.

Graziano se confessa aliviado com manifestações desse tipo.

“Quiseram me excomungar, quando eu afirmei, algum tempo atrás, que o drama do mundo moderno residia no emprego, e não mais na terra”, lembra ele. O militante de esquerda que propõe uma rediscussão da reforma agrária, com o argumento de que modelo atual fracassou, avisa aos ex-companheiros que não está renegando o passado.

Revisionista, sim, mas sem traição. O que seu livro propõe, faz questão de deixar bem claro, é um debate de idéias, em busca de uma solução adequada para a questão fundiária.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)